

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Antonio Ribeiro Silva

Gênero artigo de opinião na perspectiva sócio-retórica

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
PUC-SP

Antonio Ribeiro Silva

Gênero artigo de opinião na perspectiva sócio-retórica

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Mercedes Fátima de Canha Crescitelli.

SÃO PAULO

2008

Título: Gênero artigo de opinião na perspectiva sócio-retórica de gêneros textuais
Autor: Antonio Ribeiro Silva

Resumo

A pesquisa levada a efeito neste trabalho tem como objetivo geral analisar o gênero artigo de opinião sob a perspectiva dos estudos sócio-retóricos de gêneros textuais. Dentre os objetivos específicos, estão: analisar o contexto situacional de produção e recepção do artigo de opinião; analisar os elementos lingüísticos utilizados nos procedimentos argumentativos que realizam o gênero em questão e, estreitamente relacionado com o objetivo anterior, analisar o pluralismo argumentativo presente nos artigos de opinião que compõem o *corpus* selecionado. A análise foi dividida em cinco etapas, nas quais se distribuíram os elementos sócio-discursivos e os lingüísticos-estruturais que determinam a argumentatividade. Desse modo, vinte artigos publicados pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Diário de Grande ABC*, igualmente distribuídos, passaram por esse processo de análise.

Foram entrevistados produtores e interlocutores envolvidos no processo de interação do artigo. Assim, obtiveram-se informações no que diz respeito à situação de interação desencadeada pelo artigo de opinião. Colocar subsídios à disposição de futuros estudos na área que, obtidos com a visão sócio-retórica, contribuam para o entendimento do gênero artigo de opinião no que tange a esses elementos justifica este trabalho. Como resultados da análise, destacam-se os esclarecimentos obtidos sobre o contexto de produção e recepção do gênero em questão, a interação entre o articulista e seu interlocutor, além dos aspectos históricos determinantes na formação da comunidade discursiva por onde circula o artigo de opinião. Quanto ao estudo dos elementos lingüísticos-estruturais que foram abordados, tendo em vista o estudo da argumentação presente nesses gêneros, ressalta-se o grau de pluralismo argumentativo que foi possível detectar nos dois conjuntos de exemplares do gênero componentes da amostra utilizada.

Palavras chave: 1. Linguagem e línguas – Estudo e Ensino. 2. Análise do discurso.
3. Professores de Línguas.

Title : Opiniom article genre in the social-rhetorique perspective of text genre

Name: Antonio Ribeiro Silva

ABSTRACT

The research made in this work have the general objective to analyse the genre opinion article under the social-rhetorique perspective of text genre. Between the specific objectives, three of them to become detached. The first is to analysis the situation context of production and reception of opinion article. The second is to analysis the linguistic elements that implicate in the argumentative procedures of the text that performs the genre here in question. The third specific objective, associate with the second, is to analysis the argumentative pluralism present in the opinion articles that compose the seleccioned *corpus*. With this purpose, the analysis is divided in five stages, in which are distributed the social-discursive and the structure-linguistic elements that determine the argumentation. In this manner, twenty articles published by *Folha de S. Paulo* and *Diário do Grande ABC* pass for the analysis process.

Writer and reader involved with in the interation process of opinion article were interviwed; in order to obtained informations about the interation situation of the article. The main justification of this work is offer subsidies to a complete undertanding of this genre, concerning the linguistic, discursive, social and argumentative aspects. As results of this analysis, to become destached the elucidations obtained about the production and reception context here in question, the interaction between the productor of the genre and the reader, farther determined historic aspects in the discursive comunity where circulate the opinioon article. About the linguistc-stuctural elements boarded for the argumentatios study present in this genres. to become destached the degree of argumentative pluralism that were possible detect in the two genre collection of the *corpus*.

Key Words: 1. Language – Study and teaching. 2. Discourse analysis.

3. Language teacher

SUMÁRIO

Introdução _____	01
Capítulo 1 – Abordagem sócio-retórica de gêneros textuais _____	10
1.1 Diversas disciplinas contribuidoras para o estudo dos gêneros textuais ____	11
1.2 Conceito de gênero na concepção sócio-retórica _____	23
1.3 Comunidade discursiva e propósito comunicativo _____	27
1.4 Situações recorrentes _____	33
1.5 Modelos de análise na concepção sócio-retórica _____	35
Capítulo 2 – Gênero artigo de opinião _____	40
2.1 Conjunto dos gêneros opinativos _____	41
2.2 Gênero artigo de opinião _____	50
2.2.1 Caracterização na esfera jornalística _____	50
2.2.2 Caracterização na esfera científica: perspectiva de gêneros textuais.	55
Capítulo 3 – Análise da amostra _____	63
3.1 Primeira etapa: contexto de produção e recepção do artigo de opinião ____	66
3.2 Segunda etapa: desenvolvimento histórico dos jornais _____	73
3.3 Terceira etapa: função dos operadores argumentativos _____	80
3.4 Quarta etapa: estrutura retórica e pluralismo argumentativo _____	102
3.5 Quinta etapa da análise: especialistas da esfera jornalística _____	111
Considerações finais _____	120
Bibliografia _____	127
Anexos _____	133

INTRODUÇÃO

Uma área de pesquisas e estudos lingüísticos, no interior do amplo terreno da lingüística aplicada, mostra-se interessada e realmente envolvida com as atividades da vida real, em que o discurso é indispensável para que se efetive, de maneira conseqüente, a interação entre os membros nas esferas institucionais. Essa área, multifacetada e interdisciplinar, é a análise do discurso aplicada, que não tem a atenção exclusivamente dirigida para a língua em si mesma, mas para o seu uso da língua em contextos autênticos.

A partir das últimas décadas do século XX, a área referida acima tem recebido benefícios dos estudos sobre os gêneros textuais, desenvolvidos não apenas a partir da divulgação da teoria de gêneros de Bakhtin, mas também das contribuições da Nova Retórica, vertente desenvolvida nos Estados Unidos. Entre as origens desses benefícios, estão os trabalhos de análise de gêneros desenvolvidos nos últimos anos por lingüistas aplicados, envolvidos no ensino instrumental de línguas com objetivos acadêmicos e profissionais. Alguns desses lingüistas terão suas obras expostas, ao longo do presente trabalho.

A noção de gênero, de acordo com a tradição, está vinculada aos estudos literários, como é do conhecimento geral. No entanto, atualmente, verifica-se uma expansão dessa noção. Assim, compreende-se por gênero qualquer uso distintivo e tipificado de discurso que, na modalidade oral ou escrita, tem seu lugar nas interações sociais recorrentes. E, a esse novo conceito de gênero, subjaz uma outra maneira de conceber a linguagem, aquela que a considera como atividade marcada pela interação e pelo caráter social.

A palavra gênero não é nova, embora, nos dias atuais, esteja muito mais em evidência nos estudos sobre textos e discursos, que a concebem de diversos modos na tradição ocidental dos estudos sobre a língua e o discurso. O gênero é uma categoria que, além da notável presença na teoria literária, surge também na retórica da antigüidade, nos estudos antropológicos e na etnografia da

comunicação. Os estudos e pesquisas sobre gênero são incrementados pelo dialogismo de Bakhtin, chegando a ser incorporado, efetivamente, à lingüística textual e discursiva. Aqui, em nosso trabalho, destaca-se a perspectiva sócio-retórica de gênero, na visão dos autores da escola de estudos de gêneros norte-americana, que é uma abordagem originada pela fusão de diversas correntes pós-estruturalistas nas ciências sociais, observadas a partir de 1950, cujas influências são evidentes nos estudos lingüísticos e discursivos. Nessa abordagem, os gêneros são apreendidos, em situações recorrentes, como ações retóricas tipificadas.

Cabe destacar de modo especial, nas recentes pesquisas e estudos que têm por objeto o gênero textual na perspectiva sócio-retórica, a significativa contribuição fornecida pela análise de gênero ao indispensável trabalho que têm como objetivo descrever gêneros da modalidade escrita, cuja circulação compreende as esferas acadêmicas e profissionais. Os indivíduos que necessitam dominar esses gêneros, para o bom desempenho de suas tarefas comunicativas e institucionais, têm um grande interesse nesses estudos.

Colocados os aspetos acima, necessário se faz esclarecer que esta dissertação lançará mão da abordagem retoricamente formulada de gênero textual, tendo em vista a abordagem de um tipo de realização discursiva que ocupa as páginas de jornais e revistas. Trata-se de um gênero do domínio jornalístico: o *artigo de opinião*. O estudo aqui desenvolvido analisará esse gênero textual, fazendo uso da metodologia sugerida por Bhatia (1993), por meio da qual os elementos sócio-discursivos no seu contexto de produção e recepção são investigados.

Mas essa metodologia também sugere a análise dos elementos lingüístico-estruturais. Para esses últimos elementos, o próprio Bhatia (1993) sugere o modelo desenvolvido por Swales (1990), tendo em vista a elucidação da distribuição das informações no gênero em questão e, assim, desvendar a sua organização retórica e, por conseguinte, o propósito comunicativo do artigo de opinião. Esse último

elemento é fundamental na identificação do gênero, assim ele se faz necessário para a seleção do *corpus* a ser analisado.

A leitura desse gênero presente nos jornais é praticada por uma parcela muito pequena da população brasileira; em outras palavras, apenas uma “elite” participa como interlocutor no processo de interação realizado pelo artigo de opinião. Mas porque aborda questões controversas e de grande relevância social, política, econômica e cultural na sociedade, os gêneros opinativos mostram-se muito importantes na formação de opiniões nos indivíduos e sua leitura se torna indispensável ao pleno exercício da cidadania. Essa realidade, a relativa à leitura de artigos praticada no Brasil e ao papel dos gêneros opinativos, faz despertar o interesse no estudo do gênero artigo de opinião.

Nota-se que o estudo e a análise de gêneros acadêmicos, nos últimos anos, têm desfrutado de considerável interesse nos cursos de pós-graduação brasileiros. Esse fato decorre das influências de pesquisas postas em prática por lingüistas estrangeiros. Alguns desses lingüistas já foram aqui citados. Sem qualquer dúvida, a importância desses gêneros acadêmicos é inegável, pois contribuem para otimizar o desempenho de seus usuários. Contudo, há de se convir que as habilidades no trato com os gêneros do domínio jornalístico são, também, de grande relevância. Isso quando se pretende tocar positivamente na competência comunicativa e no nível de letramento das pessoas preocupadas em participar, na condição de cidadão, das questões nacionais.

O ensino da produção e compreensão de texto conduzido na escola básica também poderia ser beneficiado com o estudo e análise do artigo de opinião, uma vez que o desempenho dos educandos no que diz respeito à escrita e à leitura não tem sido satisfatório. Nesse nível de ensino, observa-se um desinteresse generalizado pelos textos apresentados, assim como pelas produções exigidas dos alunos no currículo. No que diz respeito à leitura, a maioria dos alunos encara como um verdadeiro

“martírio” ler um romance, gênero predominante no conjunto de leitura proposto a eles. Isso ocorre porque a significação dessas obras ainda se encontra indisponível a uma grande parcela dos adolescentes. São obras produzidas ao longo do desenvolvimento histórico do Brasil, portanto muito tem a ver com o brasileiro atual e seu contexto, mas isso está obscuro ao nosso adolescente.

Essa obscuridade não existe quando se analisam e discutem questões que o educando vive em seu cotidiano, polêmicas presentes na mídia. Tais questões cotidianas apresentam-se nos artigos de opinião, tornando-os significativos aos olhares dos alunos, despertando-lhes o interesse em compreender e produzir esse gênero do domínio discursivo jornalístico.

Assim, somam duas as razões que estabelecem a justificativa para o estudo do artigo de opinião. A primeira consiste em colocar à disposição subsídios para um entendimento completo do gênero artigo de opinião no que tange aos seus aspectos lingüístico-estruturais e sócio-discursivos. A segunda diz respeito ao ensino da produção e compreensão de textos na escola básica que poderia ser favorecido pelo emprego pelo gênero do artigo de opinião, cuja função mais importante, na atual conjuntura escolar, seria a de despertar o interesse em compreender e produzir textos nos alunos, pois esse gênero traz mensagens que lhes são significativas e numa linguagem, de modo geral, simples e direta, tal é a linguagem jornalística.

Justificada a pesquisa, apresentamos as **questões** do trabalho que formulamos para proceder ao estudo do o gênero artigo de opinião. A primeira questão indaga se os modelos de análise sugeridos por Bhatia (1993) e Swales (1990) se adequam à análise do artigo de opinião? Por meio da segunda questão, indagamos sobre a organização retórica do artigo de opinião, a fim de saber como as informações se distribuem nesse gênero, como elas se estruturam no texto, assim perguntamos: Como se estrutura a distribuição de informações predominante no artigo de opinião?

Já terceira questão se preocupa com uma possível avaliação do artigo de opinião, no que diz respeito a um grau de abertura às vozes contrárias à posição do articulista. Desse modo, formulamos essa questão: o artigo de opinião pode passar por um processo de avaliação, que tem como finalidade mensurar o seu grau de abertura às vozes contrárias à posição do articulista?

Uma vez formuladas essas questões, expomos os **objetivos** deste trabalho. O objetivo geral é analisar o artigo de opinião, publicado pela instituição jornalística impressa, na abordagem sócio-retórica de gêneros textuais. Essa análise abrangerá os elementos lingüístico-estruturais, dentro desses os argumentativos, e os elementos sócio-discursivos e institucionais.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro deles é analisar o contexto situacional da produção e recepção do artigo de opinião, examinando os elementos que caracterizam a comunidade discursiva, os papéis dos participantes do discurso realizado por esse gênero, além das práticas discursivas postas em prática. O segundo objetivo específico é analisar os elementos lingüísticos, com o exame e determinação de um padrão da estruturação retórica do artigo de opinião. Aqui temos a efetivação da análise levada a efeito com o modelo de Swales (1990) e, ainda, define-se o propósito comunicativo do gênero artigo de opinião. E, em terceiro lugar, ainda como objetivo específico, estudar-se-á o pluralismo argumentativo presente em cada exemplar do *corpus*. Para tanto, serão levantados os operadores argumentativos que introduzem os argumentos correspondentes.

Cabe adiantar que o *corpus* é constituído por um conjunto de vinte artigos de opinião que mais à frente serão detalhados, no capítulo 3. Com relação à metodologia empregada neste trabalho, tendo em vista o tratamento do tema, o *estudo e a análise do gênero artigo de opinião*, utiliza-se o modelo de análise de gênero primeiramente criado por Swales (1990), mas adaptado para a análise do resumo de dissertações por Biasi-Rodrigues (1998) e do Editorial, um gênero do

domínio discursivo jornalístico, analisado por Souza (2006). Os demais aspectos do gênero em questão são analisados, quase que em sua totalidade, com a orientação metodológica sugerida por Bhatia (1993).

A metodologia de análise proposta por Bhatia (1993) compreende sete passos que foram distribuídos em cinco etapas de trabalho. Na primeira etapa, composta de 4 passos, uma vez definido o gênero a ser trabalhado, ele é situado em seu contexto de produção. Esse é o primeiro passo. Prosseguindo a análise, no segundo passo, levantamos a literatura existente sobre o artigo de opinião, dando destaque à obra de Melo (2003) sobre o jornalismo opinativo e, ainda, a dois trabalhos ligados à teoria de gênero: Rodrigues (2005) e Cunha (2005). O terceiro passo da análise faz um refinamento contextual situacional. Os procedimentos referem-se à definição do falante/escritor do texto, o articulista, assim como do leitor do artigo de opinião. No quarto passo, constituiu-se um *corpus* com cerca de vinte exemplares, cujas fontes foram duas instituições jornalísticas, a *Folha de S. Paulo* e o *Diário do Grande ABC*, com suas gráficas e redação situadas na Grande São Paulo. A coleta, realizada entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008, não obedeceu a nenhum outro critério, senão o estabelecido para identificar o gênero artigo de opinião.

Na segunda etapa da análise, expomos o desenvolvimento histórico das duas instituições jornalísticas, fontes do *corpus* coletado, com suas linhas editoriais que determinaram suas ações retóricas ao longo dos anos. Esse retorno histórico das instituições jornalísticas brasileiras traz explicações para as características e convenções (lingüísticas, sociais, culturais, acadêmicas e profissionais) encontradas no gênero, indispensáveis à sua definição.

Na terceira etapa da análise, são abordados os níveis de análise lingüística, o passo 6 da metodologia de Bhatia. Considerando, de acordo com Koch (2006b), a argumentatividade como inscrita na própria língua, passa-se a fazer a análise de aspectos lingüísticos verificados no gênero artigo de opinião. Primeiramente, é feito

o levantamento dos operadores argumentativos presentes em cada exemplar do *corpus*. Com esse levantamento, foi possível o estabelecimento das dimensões do artigo de opinião no que diz respeito ao número de palavras e ao número de operadores argumentativos em cada conjunto de artigos de cada um dos periódicos selecionados. Com esses dados, revelou-se um relacionamento entre as dimensões do artigo de opinião e o pluralismo argumentativo. Na seqüência, são definidas as funções dos principais operadores e expostas suas ocorrências.

A análise prossegue e, na quarta etapa, baseando-se no modelo CARS (*create a research space*) de Swales, examinamos a distribuição das informações no gênero artigo de opinião, chegando-se a um padrão de organização retórica dos exemplares formadores do *corpus*. Definido esse padrão, tratou-se da argumentatividade propriamente dita, fazendo-se uso da tipologia de Barbosa (2000) para se analisar a “tendência da orientação argumentativa” em cada texto. Com esse procedimento, chega-se ao nível de abertura às vozes contrárias à posição do articulista, ou seja, a presença de argumentos *divergentes*. A presença desses últimos no texto determina o pluralismo argumentativo do exemplar considerado. Na última etapa da análise, a quinta, são relatadas as entrevistas realizadas com especialistas da esfera jornalística, ligados à edição do gênero artigo de opinião, e são discutidos os resultados. Com essas entrevistas foram obtidas informações que puderam confirmar ou descartar alguns conceitos sobre aspectos considerados de maneira intuitiva.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, são expostos os aspectos essenciais da concepção sócio-retórica, que servem aos objetivos propostos neste trabalho e ao objeto de análise eleito. Iniciamos com as contribuições de diversas disciplinas no estudo dos gêneros textuais, caracterizando-o como uma atividade multidisciplinar. Ainda, nesse capítulo, apresentamos o conceito de gênero na perspectiva teórica aqui adotada, destacando a obra de Bakhtin e o ressurgimento da retórica, a nova retórica. Tanto

a primeira quanto a segunda representam influências significativas na formulação de conceitos trabalhados na concepção sócio-retórica. Outros dois conceitos, comunidade discursiva e propósito comunicativo, são expostos e discutidos.

Fechando o capítulo, são apresentados dois modelos de análise, primeiramente o elaborado por Swales (1990) e, a seguir, o sugerido por Bhatia (1993). O primeiro objetiva demonstrar a distribuição de informações em um gênero textual, ou seja, a sua organização retórica, contribuindo para o esclarecimento do seu propósito comunicativo, elemento relevante na definição e identificação de um gênero, juntamente com outros elementos lingüísticos e discursivos. O segundo modelo objetiva, principalmente, estudar e esclarecer os aspectos discursivos e sociais de um gênero. Aproximando-se do contexto de produção e recepção do gênero, essa metodologia analítica nos leva a considerar efetivamente os papéis dos participantes do discurso.

No segundo capítulo, o artigo de opinião é estudado, primeiramente, na perspectiva do jornalismo profissional e, a seguir, na teoria de gêneros textuais. Nessa ordem, são apresentados os núcleos emissores de vários gêneros opinativos, assim como uma caracterização desses gêneros, uma vez que, dados os seus pontos em comuns, poderiam ser confundidos com o gênero aqui em análise. Esse processo, que objetiva a habilitação no discernimento entre os gêneros opinativos, prossegue com um maior detalhamento do artigo de opinião até se chegar aos dois movimentos dialógicos que nele são observados.

No terceiro e último capítulo, o gênero artigo de opinião é analisado sob a perspectiva sócio-retórica de gêneros textuais e, para tanto, utilizamos os modelos de Swales (1990) e Bhatia (1993). Esses modelos se complementam, permitindo uma análise abrangente dos elementos lingüístico-estruturais e sócio-discursivos do gênero objeto da nossa análise.

CAPÍTULO 1

ABORDAGEM SÓCIO-RETÓRICA DE GÊNEROS TEXTUAIS

Neste capítulo, encontram-se os aspectos da concepção sócio-retórica de gêneros que, servindo como a base teórica do presente trabalho, dizem respeito às pesquisas e análises aqui levadas a efeito com o gênero artigo de opinião. Na seqüência, são comentadas as contribuições das diversas disciplinas e ciências para o desenvolvimento da teoria de gêneros em questão. A exposição abaixo empreendida, após os comentários sobre essas contribuições, coloca as manifestações de autores afinados com essa perspectiva sobre o conceito de gênero textual. Encerra-se o capítulo com a apresentação de dois modelos de análise: o proposto por Swales (1990) para a análise da distribuição de informações em um gênero, e uma metodologia de análise de gênero em sete passos proposta por Bhatia (1993). Para cumprir os objetivos deste trabalho, esses dois modelos se complementam.

1.1 As Diversas disciplinas contribuidoras para o estudo dos gêneros textuais

Ao comentar o conceito do termo gênero, Swales (1990) conclui que gênero permanece ainda como um conceito confuso, um termo solto da arte. Especialmente nos Estados Unidos, em anos recentes, gênero se tem associado a um modo formuláico de construção de textos particulares. Daí o autor desvenda uma pertinente questão, a saber, se o gênero como uma estrutura planejada para o ensino de língua é destinado a encorajar a impensada aplicação de fórmulas ou se tal resultado é mais uma simplificação trazida por conveniência pedagógica. Assim, Swales toma a questão com um exame inicial sobre o que os alunos se têm inteirado no que tange a gêneros em algumas áreas. Para tanto, ele considera o uso do termo em quatro disciplinas: *Folclore*, *Estudos literários*, *Linguística e Retórica*.

A seguir, esse uso será exposto sucintamente, ao lado das observações de outros autores sobre o mesmo assunto, tais como Bhatia (1993), Bazerman (2006) e Miller (1994), que também discutem a participação de outras disciplinas e ciências nos estudos de gêneros textuais.

Bhatia (1993) vê a análise de gêneros como sendo uma prática multidisciplinar e, nesses termos, ela é uma aplicação da análise do discurso que precisa tirar partido das contribuições de diversos domínios, cuja possibilidade de serem atraídos a colocar subsídios à disposição dos analistas é uma realidade. Nesse sentido, ele aponta três tipos de orientação: *lingüística, sociológica e psicológica*. A síntese de cada uma dessas orientações é colocada nos respectivos parágrafos a seguir, obedecendo a ordem estabelecida para essas disciplinas, assim como as observações de outros autores afinados com a concepção sócio-retórica.

Gêneros no Folclore

Iniciemos com os folcloristas que enfatizam as funções do gênero e atentam para o seu valor sociocultural. Nesse particular, Swales (1990) cita Malinowski (1960) para quem os gêneros do folclore contribuem para a manutenção e a sobrevivência de grupos sociais e necessidades espirituais. E é requerido, ao investigador, que ele esteja atento na atribuição de valor cultural ao *como* uma comunidade percebe e classifica gêneros. Assim, para muitos folcloristas, os gêneros de narrativa extensa – o mito, a lenda e o conto - não são assim rotulados de acordo com a forma da narrativa, mas de acordo com o *como* a narrativa é recebida pela comunidade.

Para uma abordagem baseada em gêneros do inglês acadêmico, Swales (1990) acredita que as lições dos folcloristas são várias: a primeira se refere à classificação de gêneros que é vista como tendo um uso limitado e como uma conveniência de arquivo ou tipológica, em detrimento de uma visão de procedimentos de descoberta. A segunda lição diz que uma comunidade, seja social ou discursiva, sempre visualizará gêneros como meios para alcançar fins. A terceira reconhece ser importante dedicar atenção à percepção que a comunidade tem de como um texto é interpretado.

Os folcloristas também atraem a atenção de Bazerman (2006), e esse autor se volta para as específicas habilidades lingüísticas e performance, criadoras do evento

narrativo. Assim, ele cita o folclorista Richard Bauman (1992), que, examinando a arte dos gêneros folclóricos americanos: os contos de *troca de cães*, contos de travessuras e anedotas, chama a atenção para as específicas habilidades lingüísticas performáticas, criadoras do evento narrativo e reconstrutoras do evento narrado. Esse trabalho de Bauman, diz Bazerman (2006, p. 54), “sinaliza como a textura da experiência vivida e lembrada é formada por performances focalizadas nos gêneros ao usar habilidades específicas do gênero”.

Gêneros na Literatura

Os folcloristas podem, por terem razões históricas especiais, defender a estabilidade na forma. Por sua vez, os críticos literários e teóricos, ao contrário, podem ter razões especiais que justifiquem a ausência da defesa da estabilidade da forma, “à medida que as suas atividades de estudo tipicamente designadas a mostrar como a escolha do autor quebra o molde da convenção e, assim, estabelece significação e originalidade,” esclarece Swales (1990, p. 36). O autor acrescenta, ainda, que a prática literária nos dias atuais dá mostras de abrir mão das convenções na forma, no conteúdo e no papel do autor, de maneira que o termo gênero se torna obsoleto. Essa visão é observada na obra de Todorov (1980), que, inicialmente, menospreza o estudo dos gêneros. No desenvolver de seu raciocínio, entretanto, demonstra a importância de tal estudo na literatura.

Ao contrário de inibir o trabalho do escritor, os gêneros estimulam suas criações. Dessa constatação, Swales (1990) encontra uma defesa na obra de Fowler (1982): Os gêneros oferecem espaço adequado, um direito à palavra, para que ele escreva. Desse modo, compreende-se o papel dos gêneros no que diz respeito ao escritor, a quem os gêneros estendem um provocante convite definido. O escritor recebe um convite para fazer a combinação de experiência e forma em um modo específico ainda sem determinação. O seu problema de expressão não estará resolvido com o recebimento favorável do convite, mas lhe dá abertura às idéias formais de como uma variedade de constituintes pode convenientemente ser combinada. Gêneros

também oferecem um desafio por provocar um espírito livre, estimulando-o a ultrapassar os limites de um protótipo colocado *a priori*.

Falando sobre essa disciplina, Bazerman (2006) minimiza a relevância dos gêneros literários no estudo amplo dos gêneros, que considera a abrangência global das atividades humanas com seus infinitos enunciados e contextos situacionais. Na verdade, ele busca representar a complexidade muito pouco definida dos estudos que envolvem noções e classificações. Nesse sentido, ele diz: “Os gêneros literários são apenas uma parte do orçamento comunicativo maior de qualquer sociedade, um sistema particular de gêneros inter-relacionados em um dado lugar e tempo” (Bazerman, 2006, p. 61) . Ele afirma, ainda, que os gêneros literários interagem com os gêneros observados nas seguintes áreas: política, economia, justiça, profissional, educacional, religiosa, cotidiano doméstico e lazer.

Gêneros na Lingüística

Ao observar o comportamento e a atitude de lingüistas com relação aos gêneros, Swales (1990, p. 38) diz que eles, “como um grupo, têm sido mais parciais na atenção que têm dado ao termo gênero”, ou seja, o autor percebe um certo desdém em estudiosos do grupo da Lingüística com relação ao tema *gêneros*. Ele deduz que isso acontece, em parte, devido às tendências tradicionais para negociar com aspectos da linguagem abaixo do nível dos textos e, também em parte, devido à relutância desses lingüistas em empregarem um termo da arte associado intimamente aos estudos literários. Todavia, o autor indica lingüistas cujos trabalhos tratam do termo gênero, esses lingüistas estão situados nos ramos de persuasões etnográficas ou sistêmicas.

A posição do etnógrafo é colocada por Swales, informando que se mostra básico para a etnografia que as unidades usadas para segmentar, ordenar e descrever dados devem ser aquelas utilizadas pelo grupo colocado como objeto da pesquisa, e não categorias *a priori* do investigador (Saville-Troike, 1982 *apud* Swales 1990).

Entretanto, o que se pode chamar de categorização *folk* e a categorização *a priori* do investigador não estão necessariamente em oposição exclusiva, adverte Swales (1990). Em verdade, pode ser argumentado que o papel do investigador em análise de gênero não é seguir fielmente as nomenclaturas dos grupos, tampouco seria o de provê-las com seu próprio sistema dedutivo e introspectivo de categorias. Antes, o procedimento do investigador deve ser o de desenvolver séries de categorias *a posteriori*, sendo essas baseadas em investigação empírica e observação, no interior das quais a categoria-rótulos da comunidade executa um papel central.

Um outro ramo da Lingüística, apontado por Swales (1990), em que os conceitos de gênero também têm sido discutidos, é o da sistêmica, aquele que diz respeito aos lingüistas hallidaianos, embora o relacionamento entre gênero e o conceito de registro, esse há muito estabelecido nesse ramo da Lingüística, não seja sempre suficientemente claro. Registro, ou variação da linguagem funcional, é uma categoria contextual de agrupamentos correlacionados de características lingüísticas com características situacionais recorrentes (Gregory e Carroll, 1978 *apud* Swales 1990).

Dentro da lingüística sistêmica, providencia-se um incomum esclarecimento sobre o uso de registro e o de gênero. Com esse propósito, afirma-se que os registros impõem coações nos níveis lingüísticos de vocabulário e sintaxe, enquanto as coações de gênero operam no nível da estrutura do discurso. Swales acrescenta uma outra observação, buscada em Couture (1986), essa observação estabelece que, ao contrário do que ocorre com o registro, o gênero é realizado somente em textos completos ou textos passíveis de serem projetados como tais, por um gênero que faz mais que tipos específicos de códigos existentes em um grupo de textos relatados; o gênero determina condições especiais para começar, continuar e terminar um texto.

De acordo com esses esclarecimentos, os dois conceitos precisam ser mantidos separados. De um lado os gêneros tais como os relatórios de pesquisa, explanação, relatórios de negócio, artigos de opinião que são textos estruturados completos. De outro, os registros, tais como a linguagem de reportagem científica, a linguagem de reportagem jornalística, a linguagem burocrática, que representam mais as escolhas estilísticas generalizáveis. Essa questão de distinção entre gênero e registro, mais o desdém do grupo de lingüistas dirigido ao termo gênero, passam ao largo das observações de Bazerman (2006) quando ele nota o relacionamento dessa disciplina com o estudo dos gêneros. O ponto de vista desse autor procura ressaltar as contribuições da Lingüística ao estudo de gênero. Assim, ele afirma que, “na lingüística, as preocupações com a linguagem em uso e a análise do discurso têm renovado o interesse no gênero como meio de organizar os aspectos lingüísticos em relação à ação situada” (Bazerman, 2006, 58).

Com efeito, ele pôde notar, na Lingüística, a existência de estudos sobre o modo como elementos semânticos e sintáticos são agregados em diversos gêneros, assim como os estudos dos modos como a organização interna dos gêneros explicita o processo lingüístico dos eventos numa série de movimentos tipificados, passíveis de descrição em termos relativos à forma e, também, em termos relativos às funções.

Dentre as três orientações apresentadas por Bhatia para a análise de gênero, uma delas é predominantemente lingüística. Essa orientação está mais atenta ao estudo dos traços lingüísticos: gramaticais, lexicais, estilísticos, de registros, do que ao estudo dos aspectos discursivos e retóricos de um gênero. O autor não deixa de esclarecer que, na verdade, grande parte do que tem sido considerado como alguma forma de registro ou de análise de estilo, e mais recentemente como certos tipos de discurso, tem sido relacionado à descrição lingüística de vários textos (Bhatia, 1993, p. 17).

Vale ressaltar, aqui, que essa visão de Bhatia (1993) se aproxima da visão sobre as competências da gramática encontrada em Ducrot (1976 *apud* Koch 2006, p. 29), quando ele diz que toda língua possui, em sua gramática, mecanismos que permitem apontar a orientação argumentativa dos enunciados. Assim, conclui o autor, a argumentatividade se encontra inscrita na própria língua. Essa orientação argumentativa dos enunciados é empregada na análise que aqui realizamos com o gênero do domínio jornalístico, tendo em vista a presença de argumentos favoráveis ou contrários à posição assumida pelo articulista no artigo de opinião.

Cabe destacar, também, nessa visão da análise dos traços lingüísticos, a problemática do registro que, segundo Bhatia (1993), trata-se do termo com o qual se nomeia uma variedade da língua de acordo com o seu uso. Embora reconheça a importância do estudo sobre registro, o autor o vê como insuficiente por cuidar somente da superfície lingüística, pois o mais importante é o conhecimento sobre o porquê uma certa variedade assume a forma que assume em certos gêneros. Com esse ponto de vista, Bhatia (1993) afirma que as análises das variedades ou registros por elas mesmas falam de maneira insatisfatória “sobre a verdadeira natureza dos gêneros e sobre a maneira como os propósitos sociais, neles e através deles, são alcançados nos contextos nos quais são utilizados” (Bhatia, 1993, p. 18).

Gêneros na Retórica

Essa insatisfação explica-se em algumas questões significativas que se encontram sem respostas. A primeira delas questiona sobre o modo com os traços lingüísticos constroem as realidades sociais numa determinada área de estudo ou profissão. A segunda quer saber por que os usuários de um determinado gênero utilizam tais traços e não outros. Na terceira questão, buscam-se esclarecimentos sobre o uso dos traços lingüísticos, se eles representam convenções específicas num determinado gênero, e se isso for verdade, quais as conseqüências sofridas pelos praticantes que usufruírem algumas liberdades relacionadas a tais convenções.

Comentando as contribuições da Retórica, Swales (1990), inicialmente, estabelece um contraste entre um exemplo moderno de modelo proeminente, *A teoria do discurso: os objetivos do discurso* em Kinneavy, e o trabalho de escolares retóricos, ambos relacionados com a classificação do discurso. Com relação ao primeiro, Swales (1990) afirma que, embora suas classificações tenham credenciais impressionantes e intelectuais, além de considerável poder de organizar, a propensão para a categorização inicial pode conduzir a uma falha, no que diz respeito a entender discursos particulares em seus próprios termos.

Já com relação aos escolares retóricos, o autor avalia que eles têm abraçado uma abordagem mais indutiva, tendem a considerar mais o contexto e dar ao gênero um lugar mais central. Como exemplo, o autor cita Jamieson (1975), pois essa autora está entre aqueles que estudam o desenvolvimento histórico dos discursos em situações recorrentes. Além disso, tem a visão de que um gênero é um grupo de atos unificados por uma constelação de formas recorrentes em todos os seus membros. Em outros grupos, tais formas surgem isoladas. A repetição de formas juntas em constelação é o que se mostra distinto em um gênero (Campbell & Jamieson, 1978 *apud* Swales, 1990)

A preocupação presente nesse tipo de análise de gênero consiste mais em *iluminar* do que em *classificar*. Entre outras coisas, ela disponibiliza uma maneira de estudar o desenvolvimento discursivo no tempo que é detectável em uma análise de um evento individual; esse tipo de análise também sugere, por meio da comparação, similaridades retóricas e diferenças, um método potencial de estabelecer o quadro de membros ou, de outra maneira, de um texto particular.

Em seu ensaio seminal *Gênero como ação social*, Miller (1994 a) assume a perspectiva de Campbell e Jamieson que revela a possibilidade de a análise de gêneros atuais tornar claros certos aspectos sociais e históricos da retórica que, de outra maneira, podem ser perdidos. Miller (1994a) é, tal como Campbell e

Jamieson, uma antitaxionomista, pois, segundo comentário da autora, gêneros são entidades instáveis e a quantidade deles em qualquer aglomerado humano é indeterminada, pois está sujeita à complexidade e a diversidade desse aglomerado social. (Miller, 1994a).

Além dessa posição em relação aos retóricos, Miller (1994 a) avança em alguns outros aspectos. Desse modo, ela tem principiado razões para estender o alvo da análise de gênero a tipos de discurso frequentemente negligenciados, tais como carta de recomendação e manual do usuário. Quanto a uma definição retórica de gênero, ela argumenta que tal definição precisa ser centrada não na substância ou na forma do discurso, mas na ação que o gênero executa. Finalmente, a autora dedica uma séria atenção à maneira como os gêneros se encaixam na mais ampla escala das ocupações humanas. Então ela entende que o que se aprende, ao aprender um gênero, não é precisamente um padrão formal ou mesmo um método de alcançar nossas próprias metas. Aprende-se, de maneira mais importante, que metas se pode ter.

Por sua vez, Bazerman (2006) observa que, como nos Estudos Literários, na Retórica o gênero desfruta de uma longa história, assentada em diversos gêneros, aos quais essa disciplina colocou à disposição seus *conselhos práticos: jurídico, deliberativo, demonstrativo, sermão, carta, escrita ensaio acadêmico, comunicação comercial e técnica*. O lingüista também observa que, a partir de meados da década de 1960, a crítica retórica tem desenvolvido um interesse em gênero, mas com renovações e tendo como base o programa de Edwin Black (1965). Esse programa toca no exame do “gênero como componente da construção retórica da sociedade; a atenção tem focalizado particularmente os gêneros políticos” (Bazerman, 2006, p. 59). Bazerman focaliza os retóricos cuja preocupação volta-se para o ensino da escrita, e observa: para esses pesquisadores:

“O gênero tem sido uma maneira de lidar com as características particulares da escrita situada – uma maneira de ir além do processo das particularidades da etnografia para atender à forma como é realmente

percebido e utilizado em situações comunicativas, em vez de como é idealizado em abstrações sobre o que é correto e sobre os modos de organização de parágrafos.” (Bazerman, 2006, p. 59)

Para esses retóricos, o gênero tem também se mostrado particularmente útil na compreensão das práticas discursivas acadêmicas e profissionais, nas quais enunciados altamente individuais e estratégicos são elaborados utilizando-se de formas diferenciadas e identificáveis. Tais formas possuem “histórias conscientes extensivas e para as quais escritores novos precisam dedicar algum tempo para aprendê-las, independente das habilidades de escrita que o escritor traz consigo” (Bazerman, 2006, p. 59)

Gêneros na Sociologia

A segunda orientação de Bhatia (1993) traz uma caracterização sociológica, porque oferece a possibilidade, ao analista, de um entendimento de como um determinado gênero define, organiza e comunica a realidade social. Essa característica da análise de gênero permite destacar que o texto é um objeto incompleto, pois manifesta a ausência de significado quando é considerado isoladamente. Numa atitude diversa, o texto “deve ser considerado como um processo contínuo de negociação no contexto de questões tais como papéis sociais, propósitos do grupo, preferências profissionais e organizacionais e pré-requisitos” (Bhatia, 1993. p. 19).

Miller (1994 a) posicionando-se em uma perspectiva etnometodológica, também valoriza os subsídios sociológicos quando considera o gênero como ação social. A relevância atribuída aos aspectos sociológicos também se manifesta, ainda de modo mais explícito, no ensaio que ela publica dez anos mais tarde, na passagem em que recorre à *Teoria da estruturação* do sociólogo Antony Giddens (1984: 24 *apud* Miller 1994 b): a instanciação da estrutura precisa ser também a da reprodução da estrutura, como afirma o sociólogo, e “*a conduta dos atores individuais reproduz as propriedades estruturais de amplas coletividades*”. Miller (1994 b) conclui que reprodução é a mais contundente maneira de caracterizar aquilo que os retóricos denominam recorrência.

Quando ela usou o termo no ensaio *Gênero como ação social*, a recorrência lhe pareceu ser, primeiramente, uma matéria de percepção intersubjetiva. Assim, ela ajuizava que a recorrência se mostrava implicada por nosso entendimento de situações como, de certo modo, comparáveis, similares ou análogos a outras situações (Miller, 1994 b). A isso, são acrescentadas, pela noção de reprodução, as ações dos participantes: atores sociais criam recorrência em suas ações pela reprodução de aspectos estruturais das instituições, pelo uso de estruturas avaliáveis como meio de suas ações e, assim, produzem aquelas estruturas novamente (Miller, 1994 b).

Assim como Miller (1994 b), Bazerman (2006) também estuda o trabalho do sociólogo Antony Giddens e a sua teoria da estruturação social. Nessa teoria, o lingüista norte-americano encontra complementação para algumas convicções sobre o uso do gênero. Assim, defende que o gênero se apresenta como um recurso para que os indivíduos possam se orientar e realizar situações de maneira reconhecível, tendo conseqüências também reconhecíveis. Desse modo, estabelece um mecanismo concreto para as teorias estruturais, que fazem a sugestão de que a estrutura social é reelaborada em cada interação e restabelece as relações ordenadas. Somando-se a isso, enfatizando ainda mais a importância das interações entre indivíduos, o lingüista norte-americano indica uma sugestão de Luhmann (1989), negando que a sociedade exista na agregação de indivíduos cujas ações mostram-se sempre de agentes individuais, e afirmando que ela existe nas interações concretas verificáveis entre indivíduos.

Mantendo, ainda, o tema das teorias estruturais, Bazerman (2006, p. 56) diz que elas “decorrem da Idéia de Schutz sobre a tipificação na produção da vida cotidiana.” Nesse contexto, surge a realização de um dos alunos de Schutz, Thomas Luckmann que elaborou de maneira específica, *a conexão entre gênero e construção da vida diária*. O trecho que Bazerman selecionou desse aluno mostra-

se muito esclarecedor na questão dos gêneros, portanto ajuizou-se que cabe aqui a sua reprodução:

A função elementar dos gêneros comunicativos na vida social é de organizar, rotinizar, e condicionar (em maior ou menor grau) as soluções para problemas comunicativos recorrentes. Os problemas comunicativos para os quais tais soluções são estabelecidas socialmente e depositadas no estoque social do conhecimento tendem a ser aqueles que afetam os aspectos comunicativos das interações sociais que são importantes para a manutenção de uma dada ordem social. Dessa forma, sociedades diferentes não têm o mesmo repertório de gêneros comunicativos, bem como os gêneros comunicativos de uma época podem se dissolver em processos comunicativos mais “espontâneos”, enquanto outros gêneros até então pouco definidos podem se congelar em novos gêneros. (Luckmann, 1992 *apud* Bazerman, 2006, p. 56)

De acordo com essas palavras de Luckmann, os gêneros comunicativos visam soluções para problemas comunicativos recorrentes; essas soluções se estabelecem socialmente, formando o cabedal social de conhecimentos. Tais problemas, de modo geral, são relevantes para o mecanismo das interações sociais mantenedoras de uma determinada ordem social.

Com essa observação, concluímos a exposição sobre a contribuição da sociologia para a teoria dos gêneros; Passemos, segundo a ordem estabelecida nesta dissertação, à última das orientações apresentadas por Bhatia (1993).

Gêneros na Psicologia

Os aspectos táticos ou estratégicos da construção de gênero são focalizados na terceira orientação sugerida por Bhatia, essa é de natureza psicológica e psicolinguística. De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que o aspecto psicolinguístico da análise de gênero diz respeito à estruturação cognitiva, o aspecto tático chama a atenção para as escolhas estratégicas individuais que o usuário pratica tendo em vista a eficácia da sua produção para, assim, alcançar seus reais propósitos comunicativos ou intenções.

A seleção dessas estratégias considera vários fatores: as especificidades da audiência, os meios utilizados, as convenções e as restrições do próprio gênero em

análise. No sentido de que essas estratégias não alteram o propósito comunicativo essencial do gênero, elas são geralmente não-discriminativas. Essas estratégias não-discriminativas referem-se “à exploração das regras convencionais do gênero relacionadas ao propósito de maior eficácia num contexto sociocultural muito específico, à originalidade e a outras considerações especiais da audiência”. (Bhatia, 1993, p. 20). Em outros termos, tais estratégias são procedimentos específicos escolhidos pelo escritor objetivando determinados efeitos pretendidos, evitando, contudo, o desrespeito às restrições e as convenções do gênero.

Essas explanações de Bhatia sobre os aspectos táticos ou estratégicos da construção de gênero, como será visto, influenciaram significativamente a revisão que Swales e Askehave (2001) levaram a efeito no conceito de propósito comunicativo. Inicialmente, esse conceito foi elaborado por Swales em 1990, sendo causa de muitas polêmicas e discussões, conforme será relatado ainda neste capítulo. Expostas as contribuições de algumas disciplinas ao estudo de gêneros, passemos ao seu conceito construído na concepção sócio-retórica.

1.2 Conceito de gênero na concepção sócio-retórica

Na área da comunicação verbal, a obra de Bakhtin (1997), juntamente com a Nova Retórica, constituem duas importantes influências da concepção sócio-retórica. O estudioso russo lida com uma teoria que define o enunciado com critérios que vão além dos elementos lingüísticos. Alguns desses critérios se referem às condições específicas e às finalidades de cada uma das esferas da atividade humana e ao conteúdo temático. Conseqüentemente, os gêneros são relativamente estáveis, possibilitando o seu reconhecimento e uso pelos membros das esferas, pois a linguagem só se realiza em gêneros. Essa condição, na qual a linguagem se encontra, faz o número e a diversidade de gêneros serem infinitos, tornando impossível a elaboração de um repertório. Uma vez que a criação de gêneros é ininterrupta, novos gêneros sempre estão surgindo, enquanto outros caem em desuso em função das diferentes atividades humanas ao longo da história.

Outro raciocínio de Bakhtin (1997) que chega ao conceito de gênero do discurso como enunciado relativamente estável é posto a seguir, logo após um comentário sobre o emprego da expressão gênero textual ou do discurso. O teórico russo coloca o adjunto adnominal *de discurso* em sua obra sobre gêneros, mas esta dissertação utilizará em toda a sua extensão o termo *gênero textual*, como ficou convencionado entre os autores que abraçaram a concepção sócio-retórica de gêneros.

Bakhtin (1997), em *Estética da criação verbal*, afirma que a utilização da língua, emanando dos membros das diversas esferas da atividade humana, realiza-se na forma de enunciados concretos e únicos. Cada uma dessas esferas tem suas próprias condições específicas e finalidades que se mostram refletidas nos enunciados. Isso não se limita ao seu *conteúdo temático*, ao seu *estilo verbal*, à seleção que se opera nos recursos lingüísticos, mas também chega a sua *construção composicional*. Na totalidade do enunciado, o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são fundidos de forma indissolúvel, e a especificidade de uma dada esfera de comunicação os identifica com suas marcas. Todo enunciado analisado de maneira isolada “é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 1997, p.279).

Entre os estudiosos brasileiros de gêneros, encontra-se Marcuschi (2005) afirmando que a noção de gêneros textuais que remete a fenômenos históricos, ligados à existência cultural e social em uma comunidade constituiu-se atualmente em algo trivial. Os gêneros, acrescenta o autor, como resultados de tarefa coletiva, colaboram no sentido de ordenação e estabilidade das atividades cotidianas de comunicação. Para ele, os gêneros são entidades sócio-discursivas e formas de ação social. Percebe-se a visão de Miller (1994a), gênero é ação social, nessa caracterização de Marcuschi, que considera, ainda, a inevitabilidade dos gêneros em qualquer circunstância de comunicação verbal.

Embora, em qualquer contexto discursivo, os gêneros apresentem um elevado grau de predição e interpretação das ações humanas, eles não atuam para estancar e enrijecer a ação criativa do usuário. Ao contrário, mostram-se como eventos textuais flexíveis, marcados pelo dinamismo. As necessidades originadas por atividades sócio-culturais determinam o surgimento de gêneros textuais.

Esse raciocínio justificaria o pensamento de Miller (1994a). Ela argumenta que uma definição teoricamente válida de gênero precisa ser centrada não na substância do discurso, tampouco em sua forma, mas na ação que o acompanha. Posteriormente, Marcuschi (2005) se posiciona em consonância com essa visão. Essa perspectiva da autora norte-americana a conduz a advogar o entendimento de gênero retórico tendo como base a prática retórica, as convenções do discurso estabelecidas pela sociedade como modos de agir conjuntamente. Para ela, o número de gêneros correntes em qualquer sociedade é indeterminado e esse montante se coloca na dependência da complexidade e diversidade do aglomerado humano considerado.

Em suas dimensões pragmáticas, ainda de acordo com Miller (1994a), os gêneros não somente ajudam pessoas reais em comunidades espácio-temporais a levar avante seus trabalhos e a conduzir seus propósitos, mas também ajudam comunidades virtuais, os relacionamentos que carregamos em nossas cabeças para reproduzir e reconstruir eles mesmos, para continuar suas histórias. Então os gêneros auxiliam os membros de uma comunidade, entre outras coisas, a conduzirem os seus propósitos.

Por sua vez, Swales (1990) afirma, em sua caracterização de gêneros, que eles compreendem classes de eventos comunicativos. Tais eventos ocorrem em circunstâncias nas quais a linguagem desempenha um papel significativo e indispensável. Em uma determinada classe, esses eventos variam em sua ocorrência, do extremamente comum ao relativamente raro. O autor concebe, ainda, o evento comunicativo como a formação não apenas do próprio discurso e de seus

participantes, mas acrescenta o papel do discurso e do seu contexto de produção e recepção, tornando inclusos seus relacionamentos históricos e culturais.

Swales (1990) influencia notavelmente a concepção de gênero em Bhatia (1993), todavia algumas diferenças podem ser apontadas. Analisando a abundante caracterização que Swales (1990) apresenta, Bhatia (1993) observa uma negligência com que tal caracterização trata os aspectos psicológicos, e providencia a inclusão de aspectos cognitivos, que incrementam o caráter já dinâmico dos gêneros. Tais aspectos se relacionam com os papéis dos participantes do discurso.

Ao comentar as funções *ouvinte* e *receptor*, os participantes do processo discursivo, Bakhtin (1997) observa que elas determinam uma visão enganosa do processo complexo da comunicação verbal. Ele refere-se aos cursos de lingüística geral, lembrando Saussure (1922), e afirmando que os pesquisadores de então se satisfaziam *em representar* “os dois parceiros da comunicação verbal, o locutor e o ouvinte, por meio de um esquema dos processos ativos da fala no locutor e dos processos passivos de recepção e compreensão da fala no ouvinte” (Bakhtin, 1997, p. 290).

O teórico russo nega-se a afirmar, de maneira clara, que tais esquemas são equivocados e não correspondem a determinados aspectos reais. Ele afirma, entretanto, que, ao pretender representar o todo real da comunicação verbal, esses esquemas se apresentam como uma ficção científica (Bakhtin, 1997). Com efeito, ao receber e compreender a significação de um discurso, o ouvinte ou leitor assume concomitantemente uma atitude responsiva ativa e, desse modo, aceita ou não a fala do locutor de acordo com suas próprias convicções. Assim se comporta o leitor do artigo de opinião, com sua atitude responsiva ao interpretar e compreender esse gênero, como o revela a pesquisa levada a cabo neste trabalho.

Acima de tudo, deve-se considerar o enunciado como uma resposta a enunciados produzidos anteriormente no interior de uma determinada esfera. Assim, com relação aos anteriores, o enunciado atual refuta-os, confirma-os, completa-os, encontra suas bases neles, imagina-os conhecidos e, de uma maneira ou de outra, conta com eles. É necessário ter em mente o fato de que o enunciado toma uma posição definida numa determinada esfera da comunicação verbal, em relação a um determinado problema, a uma determinada questão. Abstendo-se de correlacionar sua posição com outras posições, o autor do enunciado não poderia determinar sua posição. Assim pensa Bakhtin que completa afirmando que se deve a esse motivo o fato de “o enunciado ser repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal” (Bakhtin, 1997, p. 316).

A exposição da concepção sócio-retórica, que aqui está sendo feita, visa à análise do artigo de opinião, portanto cabe ressaltar que esse pensamento de Bakhtin se mostra totalmente aplicável ao artigo de opinião, em que o autor, ou seja, o articulista, sempre argumenta em favor de uma posição que se defronta com outras posições. Essas características revelam o mecanismo de reação-resposta no gênero do domínio jornalístico objeto de análise deste trabalho. E o articulista que deixa de considerar as posições contrárias às suas, por este ou aquele motivo, faz enfraquecer a posição defendida no artigo.

1.3 Comunidade discursiva e propósito comunicativo: conceitos em evolução

Enquanto Bakhtin trabalha com o conceito das esferas de atividade humana, nas quais a utilização da língua se efetua em forma de enunciados concretos e únicos produzidos por seus integrantes, Swales (1990) faz uso da expressão **comunidade discursiva**, à qual os gêneros pertencem, como diz o autor, negando a possibilidade de eles pertencerem ao indivíduo. Essa visão de comunidade discursiva em Swales é lembrada por Miller (1994b), justamente quando ela chega ao segundo maior objetivo do seu ensaio: a exploração da natureza da coletividade. De acordo com a autora, a ausência dessa exploração numa teoria impossibilita o

completo entendimento dos gêneros. Convém assinalar a revisão dos conceitos de comunidade discursiva e propósito comunicativo feita por Swales em trabalhos posteriores. Certamente influenciado por Miller (1994 b) quanto ao conceito de comunidade discursiva e, quanto ao propósito comunicativo, a influência decorre do trabalho de Bhatia (1993), conforme será visto logo a seguir. Dessa forma, a exposição do raciocínio de Miller sobre comunidade se faz necessária.

Para Miller (1994b), comunidade representa um conceito inoportuno, pois parece desvalorizar direitos individuais e capacidades para privilegiar a dominação da maioria ou uma ortodoxia, além de ser um conceito que torna difícil dar conta de mudança.. Desse modo, ela gostaria de focalizar aquilo que faz uma comunidade especificamente retórica como distinta de uma comunidade de fala, de uma comunidade política ou de uma comunidade de discurso. Com tal propósito, Miller (1994b) recorre a Harré (1981) que sugere a existência de duas espécies de coletividade, às quais ele chama de *taxionômica* e *relacional*. Os membros da primeira talvez até compartilhem qualidades ou crenças, mas apenas no sentido de serem comuns aos membros que não mantêm relações reais uns com os outros. Essa coletividade existe somente na mente do classificador. Já os membros da segunda, em contraste, mantêm relações reais um com o outro por meios que compartilham, e essa coletividade tem uma estrutura. A crença de Harré é a de que, freqüentemente, a pesquisa social identifica coletividades taxionômicas, a respeito das quais, de acordo com a visão de Miler, apenas pouco mais do que interesse sociológico pode ser levado em conta.

Além dessas duas espécies de comunidade, Miller afirma a existência de um tipo de comunidade com um terceiro *status*, o metafísico, contrastando com as comunidades taxionômicas e relacionais, um *status* denominado por Giddens (1984) de virtual, mais que material ou demográfico. Essa seria a comunidade retórica e, segundo pressuposições da autora, é justamente uma entidade virtual, uma projeção discursiva, um construto retórico. Como as estruturas de Giddens,

comunidades retóricas existem nas memórias humanas e, em suas respectivas instâncias, em palavras: elas não são inventadas *a priori*, mas persistem como aspectos estruturais de todas as formas de ação sócio-retórica numa hierarquia do discurso, não em um tempo-espaco, mas em um nível muito mais alto de acumulação que gênero.

A autora norte-americana acredita que muitos retóricos têm cometido uma falha de categoria análoga a dos sociolinguistas a quem Harré repreende, afirmando que esses sociolinguistas mostram-se buscando, de maneira demográfica e geográfica, por comunidades. E isso tem sido feito em salas de aula, forças de tarefa física, grupos de hobby, conferências acadêmicas. Cabe lembrar, aqui, que Swales (1990) expõe uma sociedade de filatelia, com sede em Hong Kong, como um exemplo de comunidade discursiva da qual ele mesmo participava, e via essa participação como um hobby. A repreensão de Harré (e de Miller?) talvez tenha como alvo o trabalho de Swales que, como já comentado, repensa seu conceito de comunidade discursiva.

Ao enfrentar a necessidade de tornar claro o conceito de comunidade discursiva, Swales (1990) aponta algumas características que poderiam defini-la. A primeira dessas características diz respeito ao conjunto de objetivos em comum. O critério mais importante para a identificação de uma comunidade discursiva está ligado ao fato de os objetivos dos membros se mostrarem normalmente compartilhados. Os mecanismos de comunicação entre os participantes da comunidade consistem na segunda característica enumerada pelo autor, pois os seus membros devem estabelecer comunicação entre si com mecanismos próprios para se dar a comunicação entre eles. Uma terceira característica diz respeito à descrição da função da troca de informações.

Prosseguindo essa caracterização, Swales (1990) aponta a capacidade de desenvolver seus próprios gêneros consistindo tal capacidade numa quarta

característica da comunidade de discurso. Como quinta característica, ele elege o léxico que cada comunidade discursiva possui, com termos detentores de significados específicos. Finalizando, o autor afirma que uma comunidade discursiva possui um número mínimo de membros com um grau acentuado de conteúdo relevante e de excelência discursiva, mas também se encontra na dependência de uma proporção razoável de novatos.

Essas características contribuíram para a formação do conceito de comunidade discursiva encontrado em Swales (1990) na obra *Genre Analysis*. Tal conceito estimulou significativo debate entre acadêmicos e, fazendo a revisão desse conceito (Swales 1992; 1993; 1998), o autor reage ponderando alguns aspectos resumidos por Biasi-Rodrigues e Hemais (2005, p. 116): “um dos aparentes pontos fracos da conceituação inicial está no fato de que a comunidade discursiva era concebida como um grupo verdadeiro e estável, marcado pelo consenso de suas posições”. Entretanto, teoricamente, ele indaga se uma comunidade discursiva representaria realmente um construto social ou uma ilusão que se presta a generalizações sobre o mundo. Como foi visto em parágrafos anteriores, para Miller (1994b) essa comunidade é sim um construto, mas retórico.

Além disso, o conceito original não incorpora a idéia do avanço e do novo que faz caracterizar as comunidades, porque elas procuram “e aceitam novos gêneros, tópicos e questões novas, produtos novos e a criação de espaços novos de pesquisa” (Swales, 1993 *apud* Biasi-Rodrigues e Hemais, 2005). Baseado na teoria da estruturação de Giddens, Swales (1993) chega a conclusões afinadas com a perspectiva de Miller (1994b) sobre a noção de comunidade retórica.

Em Swales (1998), encontra-se um prosseguimento da reelaboração da idéia de comunidade discursiva empreendida pelo autor que “mantém a sua restrição sobre o conceito como concebido inicialmente porque não abriga a existência de conflitos dentro de comunidades” (Biasi-Rodrigues e Hemais, 2005, p. 116). Ausentes das

tensões que se mostram presentes em qualquer comunidade discursiva, as comunidades discursivas de *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings* (Swales, 1990) assemelhavam-se a instâncias utópicas. A isso, acrescenta-se a ausência de mecanismos que pudessem detalhar a abrangência da expressão *comunidade discursiva*, no que diz respeito a distinção e medidas.

Nesse processo de reelaboração da definição de comunidade discursiva localizada em Swales (1990), sobre uma própria definição anterior que trazia uma outra limitação: sua aplicação abrangia somente as comunidades já formadas. Na fase inicial, ou em transição, as comunidades não dispõem de gêneros capazes de as identificar, pois os traços lingüísticos dos seus gêneros mostram-se instáveis. Swales (1998) reconhece, enfim, que o conceito alcançado em 1990 se prestou a dar validade apenas a grupos já existentes, abstendo-se de fornecer meios para a análise da formação de grupos. As circunstâncias dessa indefinição quase levam o autor a abandonar o conceito, mas ele assume em definitivo a tarefa de reelaborar “o que é uma comunidade discursiva, e o faz no contexto de uma instituição universitária – a University of Michigan” (Biasi-Rodrigues e Hemais, 2005, p. 117).

Como resultado, Swales (1998) faz a proposta do conceito de *comunidade discursiva de lugar*: um grupo de indivíduos que, de maneira regular, operam juntos, possuindo uma noção estável dos objetivos do grupo, tais objetivos mostram-se vulneráveis a um processo de evolução natural. Essa comunidade elabora gêneros cuja função consiste na orientação e monitoração dos objetivos e das propostas do grupo. Aos participantes mais antigos, tais gêneros mostram-se com características, sejam discursivas ou retóricas, muito evidentes. Para esses participantes, um sistema ou rede interativa composta pelos gêneros tem a função suplementar de validar as atividades da comunidade em espaços não pertencentes ao seu domínio.

Quanto a ritmos de trabalho, níveis de produtividade, expectativas, objetivos e relações entre teoria e prática, há um consenso na comunidade. Ela também

desenvolve um léxico específico, além de uma visão completa de seus valores de trabalho. Possuindo uma noção de sua própria história, a comunidade discursiva de lugar busca conscientizar, com respeito às suas tradições, os novatos da comunidade, da mesma maneira que lhes inculcar as práticas discursivas mais apropriadas (Swales, 1998). Biasi-Rodrigues e Hemais (2005) ainda admitem a possibilidade de existência, nessa redefinição de comunidade discursiva, de circunstâncias caracterizadas pela divergência, pela falta de união e até pelo preconceito entre os participantes.

Além dessa revisão no conceito de comunidade discursiva, um outro conceito também passa por um processo de revisão na concepção sócio-retórica de gêneros, pois, inicialmente, de acordo com Swales (1990), privilegiar o **propósito comunicativo** comum entre os membros que o compartilham como o principal determinante de um gênero, relegando as similaridades formais ou qualquer outro critério a um segundo plano, revela uma atitude afinada com a posição de Miller (1994a). Aprovando a visão da autora, ele assume essa postura diante desse determinante, baseando-se na suposição de que os gêneros são meios de comunicação que têm em vista o alcance de propósitos. Mas, em 1990, Swales já se defrontava com a dificuldade de identificação precisa do conceito de propósito comunicativo e, em especial, de identificação clara do propósito de um exemplar de gênero.

Em decorrência disso, essa questão é reavaliada por Askehave & Swales (2001), quando tomam consciência de que o propósito comunicativo, com relação à forma, é menos visível e, dessa maneira, a possibilidade de se prestar como critério básico para a determinação de um gênero se torna remota e difícil. Isso não bastando, os autores ainda levam em conta que os membros da comunidade discursiva podem não estar de acordo com o propósito comunicativo de determinado gênero, apesar de possuírem grande conhecimento dos gêneros ali circulantes.

As dificuldades presentes no critério para identificação do gênero, tendo como base o propósito comunicativo, levam esses autores a ouvir as palavras de Bhatia (1993), quando este afirma que, manipulando os elementos de intenção, posicionamento, forma e função em favor de suas intenções particulares, os membros mais experientes da comunidade exploram o gênero ao sabor de suas conveniências. Tal exploração se realiza sob a cobertura dos propósitos socialmente reconhecidos. Essa posição de Bhatia (1993) é ressaltada por Askehave e Swales (2001) que, em consequência de suas observações, reconhecem a complicação na identificação do propósito. Esse reconhecimento é exemplificado com o comportamento de um jornalista explorando uma reportagem, tendo em vista a inserção de suas convicções políticas do assunto. Diante dessas circunstâncias, o conceito de propósito comunicativo como uma questão de propósitos em camadas de forma complexa obtém a preferência dos autores.

Conseqüentemente, a posição de defesa do propósito comunicativo como critério fundamental do conceito de gênero se mostra distanciada de Askehave & Swales (2001), que externam uma proposta de abandono da noção desse propósito como um instrumento imediato, pronto para classificar os gêneros. Todavia, deve o analista estar ciente de que o propósito se encontra em função do resultado da análise, em outras palavras: desvenda-se o propósito ao se proceder à análise. E, no final das contas, os autores concluem “que o propósito comunicativo seja mantido, não como predominante ou evidente, mas como um critério privilegiado, em função do resultado da investigação sobre o gênero” (Biasi-Rodrigues e Hemais, 2005).

1.4 Situações Recorrentes

Segundo Miller (1994 a), o que é particularmente relevante para uma teoria de gêneros, em se tratando de situações retóricas, é que essas situações ocorrem, mas é necessário rejeitar tendências materialistas na teoria situacional tendo em vista o entendimento de recorrência. A recorrência está implicada com o nosso

entendimento da situação, de algum modo comparável, similar ou análogo a outras situações. Entretanto, situações objetivas são únicas, portanto elas não podem recorrer. A recorrência não se verifica em uma configuração material de objetos, eventos e pessoas, tampouco numa configuração subjetiva, numa percepção, porque essas também são únicas de momento a momento e de pessoa a pessoa. Sendo um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social não pode ser entendida em termos materialistas.

Resultados de definições e não de percepções, as situações são construtos sociais; é assim que Miller (1994 a) as percebe. Porque a ação humana é baseada e guiada por significado e não por causas materiais, no centro da ação está um processo de interpretação. Antes que se possa agir, é necessário interpretar o indeterminado ambiente material. Nesses termos, os usuários definem ou determinam uma situação. Observa-se a possibilidade de se chegar a determinações comuns dos estados materiais das questões sujeitas a muitas e possíveis interpretações, porque o estoque de conhecimentos que detém o ser humano é baseado em tipos. Em outras palavras, o ser humano tipifica e denomina uma situação recorrente, apesar de ela variar em suas ocorrências, pois a comunicação se tornaria impossível caso as situações recebessem denominações diferentes a cada ocorrência.

Trabalhando na mesma perspectiva de gênero como ação social, Bazerman (1994) observa as regularidades nas propriedades das situações recorrentes, que originam a recorrência na forma e no conteúdo do ato comunicativo. Vale acrescentar o fato de o autor, nessas observações, dedicar uma atenção particular às invenções sociais reconhecidas nas situações recorrentes. Ele defende que a existência de um gênero está condicionada ao reconhecimento e à distinção dos usuários. Com isso, manifesta-se a importância que os usuários do gênero assumem na noção de recorrência em Bazerman, à medida que somente os envolvidos possuem meios próprios para a interpretação de determinadas situações e para respondê-las, como

recorrentes. Dessas situações, os usuários extraem semelhanças e diferenças que lhes pareçam relevantes para uma tipificação.

Na observação dessa perspectiva manifestada em Bazerman, há a imposição de uma implicação metodológica: “a necessidade de consulta aos usuários de um gênero para verificar que regularidades são consideradas relevantes não só em relação a características textuais, como também aos papéis sociais por eles assumidos” (Carvalho, 2005)

1.5 Modelos de análise na perspectiva sócio-retórica

Baseando-se em artigos de pesquisa, Swales (1984) desenvolve a primeira versão do modelo *CARS* (*create a research space*). No entanto, essa versão sofre críticas que são ouvidas democraticamente pelo autor e, assim, uma segunda versão do modelo é apresentada, diferenciada da primeira no número de movimentos. A versão inicial se limitava a quatro movimentos, espelhando a estrutura de introdução de artigos de pesquisa. Já a segunda versão, como foi assinalado, resultado de críticas e sugestões reconhecidas por Swales (1990), apresenta apenas três movimentos, mas cada um desses três movimentos é subdividido em passos opcionais e obrigatórios, como demonstrado no quadro 1, colocado a seguir:

<p>Movimento 1: estabelecer o território Passo 1 – Estabelecer a importância da pesquisa e/ou Passo 2 – Fazer generalização/ões quanto ao tópico e/ou Passo 3 – Revisar a literatura (pesquisas prévias)</p> <p>Movimento 2: estabelecer o nicho Passo 1 A – Contra-argumentar ou Passo 2 B – Indicar lacuna (s) no conhecimento ou Passo 3 C – Provocar questionamento ou Passo 4 D – Continuar a tradição</p> <p>Movimento 3: ocupar o nicho Passo 1 A – Delinear os objetivos ou Passo 1 B – Apresentar a pesquisa Passo 2 – Apresentar os principais resultados Passo 3 – Indicar a estrutura do artigo</p>

Quadro 1- Modelo CARS (Biasi-Rodrigues e Hemais, 2005)

Esse modelo serve como base para que se definam regularidades na distribuição de informações, presentes no artigo de opinião. Evidentemente, tal modelo passará por adaptações, levando-se em conta experiências anteriores na sua utilização com gêneros acadêmicos e profissionais.

Bhatia (1993), em *Analysing Genre*, aponta para uma metodologia destinada à análise abrangente de qualquer gênero, sistematizada em sete passos. Tais passos podem ser executados total ou parcialmente, ficando esse aspecto na dependência dos interesses do analista. Logo a seguir, coloca-se a seqüência desses sete passos de maneira muito resumida, pois retornaremos a eles no percurso de análise do artigo de opinião, no qual também será empregado o modelo CARS para a definição de sua organização retórica:

1 – Situar o gênero num contexto situacional

O primeiro passo, após a identificação do gênero, de um exemplar típico representativo de um determinado gênero, é situá-lo em seu contexto de produção, fazendo uso da experiência prévia do analista no uso desse gênero e/ou a de usuário que o utiliza sistematicamente nas suas atividades profissionais. É preciso estar atento também às convenções comunicativas associadas ao gênero dentro da comunidade em que circula.

2 – Proceder ao levantamento da literatura existente sobre o gênero em questão.

Aqui, Bhatia recomenda a investigação de alguns tópicos relativos à literatura disponível.

3 – Refinar a análise contextual/situacional.

Nesse passo, o autor recomenda, entre outros procedimentos, a definição do falante/escrevente do texto, da audiência, e seus relacionamentos e metas.

4 – Selecionar o corpus.

Entre outras decisões e definições aqui recomendadas, deve o pesquisador definir o gênero com que quer trabalhar de forma que ele possa ser distinto de outros gêneros de maneiras similares ou intimamente relacionadas de alguma forma. O autor recomenda também que o pesquisador esteja certo de que os critérios tidos para decidir se o texto pertence a um gênero estão claramente definidos.

5 – Estudar o contexto institucional

Ao estudar o contexto institucional, o analista leva em conta o sistema e/ou a metodologia em que o gênero tem o seu uso, além das regras e convenções – lingüísticas, sociais, culturais, acadêmicas e profissionais – que determinam o uso da língua em tal contexto. São regras e convenções mais freqüentemente entendidas – implicitamente ou não – e seguidas – inconscientemente ou não. Em alguns casos, simplesmente são regras e convenções impostas como é o caso de determinados contextos institucionais – interrogatório na corte de justiça, por exemplo. Uma boa parte das informações sobre regras e convenções aparece em manuais, guias profissionais e nas discussões da estrutura social, nas interações, na própria história, nas crenças e nos objetivos da comunidade, dados encontrados, portanto, na literatura disponível.

6 – Examinar os níveis de análise lingüística

Na execução desse passo, o analista decide em qual (quais) nível (níveis) os traços mais significantes da língua, para o seu problema motivador, ocorrem, e realiza a análise apropriada, a qual pode se encontrar em um ou mais dos três seguintes níveis de realização lingüística:

Nível 1 – Análise dos traços léxico-gramaticais

Um texto pode ser analisado de modo quantitativo, estudando-se seus traços específicos de linguagem utilizados predominantemente na variedade a qual ele

pertence. Bhatia expõe a maneira como isso pode ser levado a cabo mostrando exemplos.

Nível 2 – Análise da padronização de texto ou textualização

O aspecto tático do uso convencional da língua - especificando a forma como os membros de uma certa comunidade discursiva assumem os valores restritos a vários aspectos da língua quando trabalham com um determinado gênero – é realçado por essa análise. Citando exemplos, o autor lembra o trabalho de Swales (1974), entre outros bastante ilustrativos.

Nível 3 – Interpretação estrutural do texto gênero

Essa interpretação destaca os aspectos cognitivos da organização lingüística do texto. Em outras palavras, enfatiza os modos escolhidos para estruturar e organizar discursivamente as informações, tendo em vista a comunicação de intenções. Bhatia recomenda o modelo CARS de Swales (1981), até então com quatro movimentos, mas, como foi estudado páginas atrás, esse modelo é modificado, passando a ter apenas três movimentos, cada um deles contendo diversos passos opcionais e/ou obrigatórios.

7 – Obter informações especializadas para a análise de gênero

Em linhas gerais, o autor afirma que este passo é muito importante para a confrontação das descobertas realizadas pelo analista com as informações obtidas junto a informantes especialistas. Esses informantes são, geralmente, pessoas envolvidas com a prática cultural e disciplinar na qual o gênero tem a sua utilização empregada rotineiramente.

Os passos compreendidos nessa metodologia determinaram cinco etapas de trabalho no decorrer da análise. Na primeira, analisamos o contexto de produção e

recepção do artigo de opinião. Na segunda, verificamos dados históricos referentes ao desenvolvimento das fontes do objeto de análise eleito pela nossa pesquisa. Já na terceira etapa da análise, ocupamo-nos com as funções dos operadores argumentativos ao introduzirem argumentos e conclusões. A estrutura retórica e o pluralismo argumentativo foram ocuparam toda a quarta etapa. Finalmente, expomos as palavras dos especialistas na quinta etapa da análise.

Com a exposição desse entrelaçamento de aspectos da perspectiva sócio-retórica de gêneros, manifestados em obras de vários autores, completa-se a perspectiva teórica com que se vai analisar o gênero artigo de opinião. Para tanto, faz-se necessária uma exposição das características principais desse gênero, antecedendo a sua análise da qual o último capítulo dará conta. Assim, a seguir, no capítulo 2, expomos o artigo de opinião visto da sua esfera de produção, a instituição jornalística, comparando-o com outros gêneros opinativos, objetivando um necessário discernimento. Fechamos o segundo capítulo com o artigo de opinião sendo visto pela teoria de gêneros textuais, o ponto de vista norteador dos estudos levados a efeito neste trabalho.

CAPÍTULO 2

GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

O objeto da análise a que nos propusemos conduzir neste trabalho ocupa as páginas de jornais e revistas que circulam na sociedade brasileira. Desse modo, o gênero artigo de opinião se coloca à disposição de um grande número de pessoas, embora nem todas se dediquem à sua leitura completa e atenta. Isso se deve a inúmeras razões, algumas delas serão apontadas e comentadas neste capítulo. Esse gênero textual pertence à categoria de gêneros opinativos do domínio discursivo jornalístico, que também ocupam as páginas dos mesmos suportes, causando certos equívocos quanto a sua identificação.

Assim, tendo em vista a caracterização do gênero artigo de opinião, ele será defrontado com outros gêneros opinativos. Nesse sentido, são comentadas as principais características que identificam o editorial, o comentário, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura, a carta e o artigo de opinião. Esse último gênero recebe um comentário com mais riqueza de detalhes, pois, sendo o objeto desta pesquisa, seu estudo merece uma discussão mais pormenorizada.

A caracterização, exposta logo a seguir, traz as marcas do ambiente profissional jornalístico, no que diz respeito à terminologia e à tipologia de gêneros. Mas, no último subtítulo, o artigo de opinião passa a ser estudado na perspectiva da teoria de gêneros textuais, com a caracterização desse gênero efetuada em dois trabalhos elaborados na visão dialógica de gêneros. Com isso, procura-se uma maior aproximação desta pesquisa com o contexto de produção real do gênero artigo de opinião, embora se tenha sempre em vista a concepção sócio-retórica de gêneros textuais.

2.1 Conjunto dos Gêneros Opinativos

Relacionando um gênero opinativo ao seu produtor ou escritor, é permitido afirmar que, além de se revelar no conjunto da orientação editorial, a opinião da empresa jornalística surge, mas de maneira oficial, no editorial. Como profissional

regularmente remunerado e ligado legalmente aos quadros da empresa, o jornalista tem a sua opinião manifestada sob a forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, de modo eventual, artigo. Já o colaborador tem a sua opinião divulgada expressando-se por meio de artigos. Geralmente, o colaborador é uma personalidade representativa da sociedade civil que procura as aberturas na imprensa. e tem em vista a sua participação no cenário político e cultural da sociedade por onde o jornal circula. Finalmente, por meio de carta, temos o leitor expressando a sua opinião. O quadro abaixo ilustra a ilustra essa esposição.

Núcleo Emissor	Gênero Opinativo
Empresa jornalística	Editorial
Jornalista	Comentário, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura e Artigo de opinião (eventual)
Colaborador	Artigo de opinião
Leitor	Carta

Quadro 2 – Núcleos emissores dos gêneros opinativos

Os manifestantes de opinião, nesses termos, expressam-se em gêneros possuidores de características comuns, no que diz respeito à estrutura redacional ou do ponto de vista de análise. Todavia, no contexto do jornalismo praticado no Brasil, cada um desses gêneros tem sua própria identidade. Em seu comentário, Melo (2003) observa que a maioria desses gêneros é universal, e apresenta-se nas páginas dos jornais de diversos países da América Latina e da Europa. No Brasil, entretanto, esses gêneros assumem características próprias, mesmo que possam conservar alguns traços do jornalismo praticado em outros países.

A seguir, expomos uma caracterização dos gêneros opinativos produzidos no Brasil, conforme expostos no quadro 1, por seus “núcleos emissores”: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor. Iniciamos com a empresa jornalística que manifesta sua opinião no editorial.

A empresa jornalística como núcleo emissor

Diante dos acontecimentos de repercussão significativa no momento de sua emissão, o **editorial** é o gênero do domínio discursivo jornalístico que manifesta oficialmente a opinião da empresa. A sua natureza de representante dessa instituição jornalística, entretanto, necessita de uma compreensão e uma delimitação que se aproximem mais da realidade do cotidiano jornalístico. Com uma advertência semelhante, Melo (2003) dá seqüência a sua caracterização do gênero emitido pelo núcleo responsável pela manifestação da opinião da empresa.

Assim, a opinião do proprietário do jornal está contida no editorial; isso é considerado popularmente como verdadeiro. Contudo, essa verdade alcança apenas as instituições de porte médio e as pequenas empresas cujas finanças se limitam aos cuidados de apenas um proprietário, ou de um pequeno grupo de pessoas intimamente ligadas a esse proprietário.

O jornalista como núcleo emissor

O **comentário** veio ao encontro da demanda provocada pela mudança no campo jornalístico, causada pela velocidade que a divulgação das notícias ganhou com o rádio e a televisão. Com isso o cidadão se viu na necessidade de saber mais e precisa se orientar sobre o desenvolvimento dos acontecimentos, pois aqueles meios de comunicação eletrônica o informam de maneira rápida e resumida sobre tais acontecimentos.

Segundo Melo (2003:, p.112), “o comentarista é geralmente um jornalista com grande experiência e tirocínio, que acompanha os fatos não apenas na sua experiência, mas possui dados sempre disponíveis ao cidadão comum”. Detentor de meios para desvendar determinadas tramas encobridoras de fatos e colocá-las à disposição do seu interlocutor, o comentarista é um jornalista possuidor de uma perspectiva privilegiada. Esse profissional conta com grande prestígio em sua esfera de ação, pois possui uma bagagem cultural que o capacita à emissão de

opiniões e *valores* que dispõem de credibilidade incontestável e atua como líder opinativo.

O comentarista, ao contrário de se mostrar um julgador partidário, praticante de proselitismo ou doutrinação, revela-se um analista apreciador dos acontecimentos, estabelecendo conexões, sugerindo desdobramentos. Todavia ele busca, na medida do possível, a manutenção de uma distância dos fatos. Sem cair na neutralidade, ele age como um profissional que participa possuindo opinião própria.

Nessa caracterização dos gêneros opinativos, observa-se que uma avaliação das obras-de-arte ou dos produtos culturais, tendo como meta a orientação do comportamento de fruidores ou consumidores, corresponde o gênero do domínio discursivo jornalístico o qual se convencionou chamar de **resenha**. Esse termo ainda não logrou generalização em nosso país, pois no Brasil persiste o uso dos termos *crítica*, para dar significado aos textos que cumprem aquela função, a de orientar fruidores e consumidores de obras-de-arte ou dos produtos culturais, e *crítico* para nomear quem produz tais textos.

Nos estudos dos gêneros do domínio discursivo jornalístico, busca-se saber as causas do descompasso verificado no uso da palavra resenha. Desse estudo, surge uma dedução afirmando que a explicação desse descompasso está na transição verificada no jornalismo brasileiro. Essa mudança significou a passagem da fase amadorística para o período profissionalizante. Nessa primeira fase, os espaços dos jornais e revistas eram abertos aos intelectuais, raramente remunerados, para que eles expusessem análises estéticas em áreas tais como literatura, música, artes plásticas. Já no período profissionalizante, a valoração dos produtos culturais passa a ser feita de maneira regular, e sempre remunerada, ganhando caráter popular. O que aconteceu, realmente, foi a negação da crítica esteticamente embasada tanto da parte dos grandes intelectuais quanto da parte dos editores culturais.

Como resultado, surge a resenha configurada como um gênero jornalístico, cuja função é a de oferecer orientação ao público nas decisões de escolha dos produtos culturais colocados em circulação no mercado das artes. Não portando o propósito, ou intenção, de expor um julgamento estético, a resenha põe em prática uma ligeira apreciação, abstendo-se de penetrar na essência do produto enquanto bem cultural. Defronta-se, portanto, com uma atividade essencialmente utilitária. Encontrando muitas escolhas no mercado de cultura, o consumidor precisa ter a sua disposição informações e juízos de valor que o ajudem a tomar a decisão de compra (Melo, 2003, p.132)

No que diz respeito à **coluna**, afirma-se que a caracterização desse gênero jornalístico enseja ambigüidades, uma vez que se constata a existência de uma tendência generalizada de nomear como coluna toda seção que não seja móvel. Nessas circunstâncias observadas, o termo corresponderia ao comentário, à crônica, chegando a alcançar a resenha. Desse modo, recorre-se à história buscando explicações, e encontra-se a origem da coluna no interior da superada diagramação vertical, na qual as matérias tinham uma disposição de cima para baixo, ocupando a coluna ao lado caso fosse necessário. Atualmente, com o advento da diagramação horizontal, a coluna deixa de ocupar o espaço em disposição vertical e tem a sua abrangência invadindo o espaço fronteiro. Devido a isso, comumente o uso do termo *seção* substitui o termo *coluna*. Com essa última observação, percebe-se a dimensão dessa ambigüidade.

A coluna, como um composto de várias partes distintas, é um mosaico cuja estrutura se mostra formada por unidades diminutas de informação e de opinião, que a agilidade e a abrangência caracterizam. Ela, atualmente, leva avante uma função que se comportou como própria do jornalismo impresso anterior ao surgimento do rádio e da televisão: o furo, conforme nos informa Melo (2003). Tangida pela disputa da audiência, a coluna busca apresentar aos seus leitores acontecimentos, idéias e julgamentos em primeira mão. Ela desfruta dos bastidores

da notícia como seu *laboratório* privilegiado, desvendando acontecimentos de sutil previsão e pinçando opiniões ainda não manifestadas. Além disso, exerce sutilmente uma atividade de condução da opinião pública.

Quanto à **crônica**, nota-se que é um gênero que detém, no jornalismo brasileiro, uma definição elaborada de forma plena. A alguns pesquisadores, a configuração atual desse gênero possibilitou que o declarassem genuinamente brasileiro, não localizando nada semelhante no jornalismo estrangeiro. Rónai (1971) afirma que o vocábulo *crônica*, aos ouvidos de todo brasileiro, possui significado claro e inconfundível, apesar de não constar em dicionários; indica uma composição marcada pela brevidade, estreitamente relacionada ao momento atual e divulgada em periódicos. Esse significado está de tal maneira arraigado na esfera jornalística que só mesmo os especialistas em historiografia se lembram do outro, bem mais antigo, o de narração histórica por ordem cronológica.

O sentido que a crônica toma no Brasil corresponde à feição de um relato poético do real, localizado nos limites entre a informação dos fatos atuais e a narração literária. Já em outros países, o sentido de crônica ocorre de maneira diversa. A palavra *crônica*, na imprensa mundial, vincula-se àquele outro significado indicado acima por Rónai (1971), dizendo respeito ao relato cronológico, típico da narração histórica. Como é possível perceber, até aqui, a caracterização desse gênero é algo um tanto controvertido, e sofre variações em cada país em que é estudada.

Ao incorporar a imagem ao universo opinativo, a **caricatura**, tanto a do jornal quanto a da revista, torna-se o gênero opinativo não-restrito ao texto. A utilização da imagem como instrumento de opinião pode ser encarada como uma iniciativa que tem em vista a inclusão de um público que, por inúmeras e complexas razões, não participa da leitura dos gêneros opinativos convencionais, tais como editorial, artigo, crônica etc. Uma dessas razões, seria a variedade de linguagem empregada na produção desses gêneros, às vezes não-correspondente à utilizada pelas camadas

populares de leitores. Frequentemente, preocupado em tomar ciência de maneira rápida do que acontece no mundo, também o leitor de camadas mais privilegiadas se limita a um passar de olhos, escapando a uma adesão, a um posicionamento quanto às opiniões explícitas no veículo (Melo, p. 2003)

De maneira explícita e permanente, um posicionamento opinativo se manifesta por meio da **caricatura**, cuja finalidade satírica ou humorística pressupõe a emissão de juízos de valor. Com tal proposição se busca justificar o ponto de vista manifestado por Columba (1959), o autor coloca a caricatura na condição de *supremo tribunal*, detentora de um mandato conferido pela opinião pública. Assim, todo exagero social ou político, cuja suspeição envolva um comportamento desonesto, encontra na caricatura um modo de ser assinalado. E ela assinala sem formalidades para obter juízos, sem apresentação de provas, tampouco possíveis apelos. A ela submetem-se os próprios juízes e as autoridades nacionais. Isso significa que uma suprema jurisdição é exercida pela caricatura, exercício privilegiado que, certamente, outras atividades afins não o possuem.

O leitor como núcleo emissor

Os produtores das informações de atualidade deveriam ter no leitor o principal foco de sua atenção, pois é por causa dele que os profissionais da esfera jornalística praticam a observação dos fatos e, a partir daí, redigem matérias e os editores tomam a decisão de publicar. Dessa forma, o interlocutor significa o outro lado da totalidade jornalística, uma vez que o processo só se completa no momento em que a informação trabalhada pela empresa jornalística chega ao conhecimento desse leitor e ele a confronta com o seu referencial comunitário.

Ao contrário, a empresa jornalística mostra-se um processo de transmissão de informações, cujo fluxo é unidirecional. Assim o leitor não tem participação no processo de produção jornalística. Ou seja, ele não participa de maneira ativa, mas de modo passivo, abstrato e indireto. Resta saber se, a médio e longo prazo, a

instituição jornalística, que depende do leitor para subsistir, ganha benefícios ou malefícios relegando a perspectiva do leitor a um segundo plano.

O gênero **carta** suscita muitas críticas e observações sobre a participação do leitor no processo de produção jornalística, também sobre a inexistência de um diálogo mais democrático entre o leitor do jornal e aqueles responsáveis pelas informações e opiniões diariamente divulgadas. Verificam-se outros países em que o leitor tem uma participação maior, por meio de cartas, no processo de produção jornalística. Melo (2003) nota que o volume de cartas enviadas aos jornais tem aumentado de maneira significativa, enquanto o espaço disponibilizado a elas continua o mesmo.

Especialidades dos Gêneros Opinativos

Afastando-se da produção jornalística norte-americana e, em determinado sentido, da produção italiana, alemã e espanhola, o comentário, a coluna e a crônica mostram-se gêneros que tomam marcas opinativas, tornando explícitos juízos de valor e a intenção de influenciar o leitor, segundo pondera Melo (2003).

Funcionando como núcleos de poder, as colunas no jornalismo brasileiro mostram-se um caso singular, pois assumem dimensões que só podem ser comparadas a fenômenos verificados na história do folclore brasileiro. Melo (2003, p. 180) refere-se ao “coronelismo, remanescente sociocultural da carcomida estrutura fundiária brasileira”.

Por sua vez, a crônica também é contornada por aspectos genuinamente brasileiros, delineando-se como espaço privilegiado do relato poético, possuidor de um significado definido no que diz respeito ao aspecto político, transformando-se em um meio para a prática jornalística incessante de intervir socialmente. Isso ocorre intervindo no território do real, mas se expressando por meio do poético.

A resenha brasileira, por seu turno, não possui a mesma seriedade e profundidade que podemos encontrar no jornalismo europeu ou norte-americano Melo (2003). Malgrado as exceções, a resenha brasileira surge como um gênero nutrido na superfície dos produtos culturais que se prestaram a objetos da análise e tornando-se, segundo as palavras do autor, presa fácil dos mecanismos aliciadores que fazem a promoção da indústria da cultura e dos seus protagonistas. Ele destaca uma singularidade do editorial: estruturalmente, reproduz um modelo do discurso aristotélico; funcionalmente, orienta-se não como uma bússola da opinião pública e sim como conversação, às vezes matreira, às vezes ostensivamente ameaçadora, travada com os poderosos.

Ao contrário do que é comum no jornalismo norte e hispano-americano, no Brasil a caricatura não representa o ponto de vista do editorial; ela toma o papel de intérprete do comportamento coletivo, dando cores de ironia ao cotidiano, fazendo sátira de seus personagens, num estilo marcado pela marotagem e *gozação* bem brasileiras.

Chegando ao gênero carta, constatamos que ela possui caracteres reveladores de um determinado aspecto de malandragem espreado no comportamento do brasileiro. Defronta-se com um fenômeno de duas faces: a do leitor buscando o anonimato e a do editor tentando sutilmente colocar na boca do cidadão comum críticas ou denúncias que o jornal se abstém de fazer.

Ao final da exposição dessas especialidades detectadas nos gêneros opinativos do jornalismo brasileiro, pode-se dizer que o perfil esboçado possui a apreensão do provisório. Na verdade, o que se pretende é a construção de “um marco referencial para a pesquisa empírica”, confessa-o Melo (2003 p. 181), acrescentando que algumas hipóteses por ele apresentadas podem não encontrar respaldo no confronto sistemático com o real. Contudo, o autor busca justificar afirmando que o provisório, o efêmero e o caduco mostram-se desafiadores cotidianos do jornalismo

no meio profissional. Então questiona se a pesquisa do jornalismo poderia estar imune ao ritmo veloz do objeto eleito para seus exames.

Com isso, terminamos a caracterização dos gêneros opinativos, os quais podem ensejar, como dissemos no início deste capítulo, confusões e equívocos com o gênero artigo de opinião, pois esse último possui muitas características em comum com os demais. Agora, passamos a uma caracterização do gênero do domínio jornalístico objeto da análise a que nos propusemos.

2.2 Gênero artigo de opinião

Como núcleo emissor, o gênero artigo de opinião tem o colaborador do jornal. Trata-se de uma pessoa que se destaca nesta ou naquela área de diversas atividades sociais: profissionais, políticas, esportivas, sindicais etc. Se o assunto a ser tratado no artigo fizer parte do cotidiano da pessoa que se dispõe a produzir esse gênero, então ele é visto como um escritor autorizado a produzi-lo. A seguir, examinamos a visão dominante na esfera jornalística e os conceitos obtidos na perspectiva dos estudos dos gêneros textuais.

2.2.1 Caracterização na esfera jornalística

Na sociedade brasileira, na perspectiva da esfera jornalística, observam-se duas significações no emprego da palavra *artigo*. A primeira acepção, a mais comumente utilizada pela população, refere-se a qualquer matéria publicada em jornal ou revista. Assim, todo texto que a imprensa divulga é denominado artigo, pouco importa a sua natureza. A segunda, própria das empresas jornalísticas, é aquela que identifica o artigo como um gênero específico, uma forma de expressão verbal. Nessa segunda acepção, Melo (2003, p. 123) afirma que “se trata de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião”. O artigo tem essa dimensão explícita no instante em que representa

aquele tipo de matéria que os colaboradores geralmente escrevem e que é publicada nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados.

Quanto à forma, são identificadas duas espécies de artigos, o artigo propriamente dito e o ensaio. O que os difere não é somente a extensão, mas também o tratamento dado ao tema e a argumentação, enquanto o artigo é um ensaio curto, o ensaio é um artigo longo, o que pode ser notado de modo visual na superfície impressa. O artigo possui julgamentos que se aproximam da provisoriedade, pois é produzido no momento em que ainda os fatos têm a sua configuração em curso, enquanto o ensaio exhibe perspectivas mais bem definitivas, alicerçadas solidamente, pois possui entendimento mais amplo do fato e anseia a sistematização do seu conhecimento. Por fim, no que tange à argumentação que o autor utiliza no artigo, baseando-se em seu próprio conhecimento e sensibilidade. Já no ensaio, a argumentação se sustenta em fontes legitimadas pela sua credibilidade documental, concedendo a confirmação das idéias sustentadas pelo ensaísta.

ARTIGO QUANTO A FORMA					
Artigo propriamente dito			Ensaio		
<i>Extensão</i>	<i>Tratamento ao tema</i>	<i>Argumentação</i>	<i>Extensão</i>	<i>Tratamento ao tema</i>	<i>Argumentação</i>
O artigo é um ensaio curto	julgamentos com a marca da provisoriedade	conhecimento próprio do articulista	O ensaio é um artigo longo	perspectivas definidas e alicerçadas	fontes legitimadas, documentos

Quadro 3 – O artigo propriamente dito e o ensaio quanto à forma

No tocante à finalidade, duas feições são assumidas pelo artigo: doutrinário e científico. Tendo em vista conservar a expressão utilizada na bibliografia espanhola, diz Melo (2003, p. 124), o *artigo doutrinário* seria aquele mais adequadamente denominado de *artigo jornalístico* e que objetiva à análise de uma questão atual, fazendo a sugestão, aos leitores, de uma determinada maneira de enxergá-la ou de fazer o seu julgamento. Trata-se de uma matéria por meio da qual o seu produtor toma parte do cotidiano da sua sociedade, significando a sua posição intelectual,

inteiramente envolvida com o desenrolar dos fatos. Nesses termos, o artigo doutrinário, de acordo com a denominação espanhola, se aproxima muito do denominado artigo de opinião nas instituições jornalísticas brasileiras.

Quanto à segunda feição do artigo, no tocante a sua finalidade, assinala-se que, ao repartir com o público leitor os novos conhecimentos e os novos conceitos, o *artigo científico* objetiva divulgar o desenvolvimento da ciência. Existe a possibilidade, rara diga-se de passagem, de se publicarem artigos científicos nas edições diárias dos jornais. Esses artigos costumam ser publicados nas edições de domingo dos diários ou nas seções especiais dos semanários e dos periódicos de informação geral. A distinção entre o artigo científico e o artigo doutrinário, ao estarmos diante de colaborações cujo objeto pertence às Ciências Sociais, apresenta dificuldades, pois nesse particular a análise científica nem sempre se diferencia, aos olhos do leitor comum e da rotineira apreciação jornalística ou da participação política .

É necessário esclarecer, no que diz respeito ao artigo científico, a existência de duas subdivisões explícitas. A primeira delas, *artigo de divulgação*, destina-se simplesmente a levar “ao conhecimento dos leitores as novas descobertas, novas hipóteses, ou sumariar o estado da pesquisa sobre um determinado setor científico” (Melo, 2003 p. 124). A segunda subdivisão, *artigo educativo*, destina-se ao convencimento, uma persuasão aplicada aos leitores para que adotem novos conhecimentos e façam uso adequado de novas descobertas. O artigo de divulgação se ajusta à área informativa de atualidade conhecida como jornalismo científico, já o artigo educativo se encontra no setor denominado jornalismo especializado.

ARTIGO QUANTO A FINALIDADE		
Doutrinário	Científico	
O denominado artigo jornalístico cujo objetivo é analisar uma questão atual, sugerindo um certo ponto de vista para enxergá-la ou julgá-la	<i>artigo de divulgação</i> Destina-se a levar as novas descobertas, novas hipóteses ao conhecimento dos leitores.	<i>artigo educativo</i> Objetiva persuadir os leitores na adoção de novos conhecimentos e usem adequadamente as novas descobertas.

Quadro 4 – O artigo no tocante à finalidade

O artigo, em cada uma de suas espécies, possui suas próprias particularidades de redação. Para a concepção do artigo, inexistiu uniformidade de um padrão. Há uma dependência da natureza do veículo em que ocorre a publicação. Entretanto, Beltrão (1980) sustenta a idéia de que a estrutura narrativa do artigo se assemelha a do editorial, trazendo os elementos seguintes: a) título; b) introdução; c) discussão/argumentação; d) conclusão. Já Vivaldi (1973) coloca-se de maneira distinta, afirmando que, no artigo, a forma flui do fundo; seu estilo é o estilo do articulista. Como colaboração marcada pela espontaneidade ou solicitação às vezes remunerada, a verdade é que, na produção do artigo, o autor ganha plena liberdade: “Trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também em relação ao modo de expressão verbal”, comenta Melo (2003, p. 125).

Com relação a essa *plena liberdade*, convém observar que, na situação real e concreta da produção jornalística, o artigo de opinião tem seu suporte de divulgação representado por uma empresa que necessita defender seus interesses no meio social em que atua. Tais interesses estão diretamente ligados aos aspectos econômicos, dos quais decorrem os aspectos políticos e vice-versa. A empresa jornalística, respondendo socialmente por suas publicações, responsabiliza-se também por artigos escritos por colaboradores e divulgados nas páginas de seu jornal. Portanto, a *plena liberdade*, a que se referiu no parágrafo anterior, necessita de alguma cautela em sua interpretação. Ao se apresentar a análise de Rodrigues (2005) sobre o artigo de opinião, mais a frente neste capítulo, essa questão será esclarecida em termos mais apropriados.

O processo de produção não muda segundo a estrutura dada ao artigo. Como afirma Vivaldi (1973), são três os seus momentos fundamentais: invenção, disposição e elocução. O primeiro momento é representado pelo verbo *inventar* que estaria no sentido de extrair do mundo, do desenrolar da vida, do mundo dos acontecimentos e das idéias. A invenção implica procurar na atualidade uma motivação, que seja suficiente para justificar o contato estabelecido com o público

leitor. Não é o suficiente fazer apenas a identificação de uma idéia, de um argumento; é necessário que o autor do artigo faça a avaliação da sua habilidade em levá-lo adiante.

Já o verbo *dispor* vem com o significado de colocação das idéias em ordem. Tomar nota dessas idéias assim que elas forem surgindo e ordená-las à medida que forem se desenvolvendo. O equilíbrio correspondente entre a inspiração e a ordem é a disposição. Portanto, o articulista não deve se deixar levar pelo descontrolado imaginativo, tampouco colocar obstáculos no caminho da reflexão com critérios estreitos e inflexíveis. A elocução, o terceiro momento fundamental nesse contexto de produção, diz respeito à forma de “expressão escrita das idéias já planejadas. É momento de dar forma definitiva ao pensamento. O que não significa apenas escrever, mas pressupõe também rever, corrigir. E corrigindo, abreviar, suprimir, substituir” (Melo, 2003, p. 126). O quadro 3, colocado a seguir, ilustra o processo de produção do artigo de opinião com seus três momentos fundamentais:

MOMENTOS FUNDAMENTAIS NA PRODUÇÃO DO ARTIGO	
Invenção	o verbo <i>inventar</i> significa extrair do mundo, dos acontecimentos e das idéias
Disposição	o verbo <i>dispor</i> significa a colocação das idéias em ordem
Elocução	diz respeito à forma de expressão escrita das idéias já planejadas

Quadro 5 – Momentos no processo de produção do artigo de opinião

Com relação à ação de escrever o artigo de opinião, tanto um profissional do jornalismo, com vínculo nos quadros regulares da empresa de notícias, quanto um colaborador que o jornal convida objetivando suas opiniões a respeito de tema que a sua competência envolve, podem executar tal ação. E quanto ao que se escreve nos artigos de opinião, podemos afirmar que seus conteúdos tratam de questões polêmicas que afetam um grande número de pessoas. O articulista busca esclarecer essas questões, por meio de uma discussão o mais ampla possível, no sentido da apresentação de argumentos prós e contra à sua posição. Além de exigirem a utilização da argumentação, esses gêneros incrementam a discussão de problemas concernentes aos interesses da sociedade como um todo. Portanto, a

compreensão e a produção de artigos de opinião é uma maneira menos passiva, menos alienada de vivenciar o mundo.

Antes de encerrarmos a identificação dos gêneros opinativos no jornalismo brasileiro, afirmamos ser esse estudo uma caminhada que precisa ganhar prosseguimento. Desse modo, mostra-se muito importante realçarmos algumas especialidades detectadas nos gêneros estudados.

2.2.2 Caracterização na esfera científica: perspectiva de gêneros textuais

Cunha (2005), com base na definição dialógica de gênero discursivo, discute a notícia e o artigo de opinião. Consultando Adam (1997), ela comenta que as classificações dos textos produzidos pelos jornais são caracterizadas pela ausência de uma teoria de gêneros, obedecendo a critérios variados. Assim, tendo em vista uma definição para esses dois gêneros, Cunha recorre a Brouker (*apud* Adam, 1997), que diferencia os denominados *gêneros redacionais: a informação e o comentário*. O objetivo de cada um desses gêneros determina a sua especificidade; assim, o texto informativo possui o objetivo de *fazer saber*, como é o caso da notícia, enquanto o de comentário busca *fazer valer* um ponto de vista, um julgamento, um sentimento, como nos artigos de opinião.

A seguir, o quadro exhibe os gêneros reacionais com seus objetivos. A informação, que faz saber algo, corresponde ao gênero notícia no âmbito jornalístico. Já o comentário, que faz valer convicções, corresponde ao artigo de opinião.

GÊNEROS REDACIONAIS	OBJETIVOS
Informação	Fazer saber (notícias)
Comentário	Fazer valer (convicções)

Quadro 6 – Gêneros redacionais e seus objetivos

Assim, de acordo com a exposição de Cunha (2005), baseada nos termos colocados por Brouker, o artigo de opinião corresponde ao comentário e, diferentemente da notícia, que se limita a relatar objetivamente um acontecimento, ele traz a apreciação do autor sobre o acontecimento. Essa caracterização do artigo de opinião se aproxima, como será visto mais à frente, de uma outra noção desenvolvida por Rodrigues (2005), cujos aspectos despertam o interesse deste trabalho, semelhantemente ao que ocorre com o estudo de Cunha.

Ambas as autoras adotam a teoria sustentada por Bakhtin. Enquanto Cunha (2005) propõe a leitura da notícia e do artigo de opinião na escola, observando o funcionamento dialógico desses dois gêneros que a autora considera como a base da esfera jornalística, Rodrigues (2005), busca a apreensão de determinadas regularidades articuladas em cada etapa de sua pesquisa, alicerçada na ordem metodológica para o estudo da língua numa perspectiva de caráter sociológico. Dessa forma, ela não trabalha partindo de categorias de análise preestabelecidas e não se refere ao ensino de gêneros.

Convém alertar para o fato de que tais descrições apresentadas por Cunha (2005), com base no trabalho de Broucker (*apud* Adam 1997), não podem ser aplicadas à realidade dos textos verificados na mídia. Essa advertência se deve ao fato de como o autor procede a sua classificação, baseando-se somente em uma das características que constituem os gêneros: o objetivo ou propósito comunicativo. Já Bakhtin apresenta cinco características que constituem o gênero ou seu enunciado. E essas características revelam que seus limites são determinados pela mudança de interlocutores; possui um acabamento interior específico; um propósito comunicativo que é revelado na tonalidade expressiva do falante/escritor; relaciona-se com o já-dito e sempre se dirige a um interlocutor.

A autora alerta também para o fato de que as notícias não exibem, de maneira necessária, a estrutura narrativa canônica, tampouco são exclusivamente

informativas, como é mostrado em suas análises com dois exemplos. Ela afirma: “e os artigos de opinião podem usar narrativas como estratégia argumentativa, ser escrito em terceira pessoa e inserir citações para dar objetividade aos argumentos” (Cunha, 2005, p. 171). Ainda assim, reconhece a autora, as definições colocadas em seu trabalho podem ser úteis como plataforma inicial para se operar com a notícia e com o artigo de opinião.

A relevância do funcionamento dialógico dos gêneros publicados na imprensa foi constatada na análise operada por Cunha (2005). Ela mostra que a notícia é uma espécie de relato, formada de fragmentos de discursos, de maneira que, caso se suprimam os discursos alheios, muito pouco ou quase nada sobraria. Com essa estratégia, o jornalista pretende marcar uma posição discursiva, a neutralidade, ou tornar a informação mais verdadeira. Quanto ao artigo de opinião, Cunha considera que ele é formado por outras formas discursivas “sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, para fazê-lo aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito” (Cunha, 2005 p. 179).

Para a autora, todo esse seu trabalho veio a comprovar que o texto é a instância em que circulam discursos, explícitos ou implícitos, e a origem do sentido não é o sujeito. Entretanto, esse sujeito é o responsável pela construção de tal ou qual sentido, dado seu trabalho com o *já-dito*.

A observação atenta, voltada para o processo teórico-metodológico, elaborado por Rodrigues (2005), para a análise do gênero artigo, indica que ela considera, de modo especial, a esfera social desse gênero, a situação de interação a ele correspondente e suas relações dialógicas. A seguir, colocamos o olhar dispensado a essas grandes instâncias levadas em conta por Rodrigues (2005) no seu trabalho em que o artigo de opinião é analisado.

Divergindo de Cunha (2005), Rodrigues (2005) usa o termo *artigo* isoladamente, sem o emprego do adjunto adnominal *de opinião*, mas ambas se referem ao mesmo gênero do domínio discursivo jornalístico opinativo. e estão atentas à abordagem dialógica de gêneros, como defendida por Bakhtin (1997).

Em sua análise do artigo, Rodrigues (2005) observa, entre o processo de produção e o de interpretação dos enunciados na comunicação jornalística, a existência do espaço de trabalho de mediação da esfera jornalística. Esse trabalho de mediação regulamenta as diversas interações ali ocorridas, executa a filtragem, a interpretação, impondo acento de valor. E, ainda, coloca em evidência os fatos, acontecimentos, conhecimentos, opiniões, que tomarão parte do universo temático-discursivo do jornal.

A tarefa que compreende a seleção e divisão desse universo em cadernos, seções, rubricas e suplementos já é um ato temático, estilístico e composicional, pois esse ato de segmentação, além de selecionar, rotula o que pode ser publicado em cada caderno. Portanto, entre o trabalho do articulista e o público leitor, ou seja, os interlocutores, coloca-se a esfera jornalística que, como um todo, implica interesses políticos e econômicos ou organizacionais, diretamente envolvidos com a sobrevivência da instituição como empresa que visa a lucros e, também, como a reunião de ideais e princípios humanos e democráticos. O articulista, ao utilizar o suporte jornalístico, também observa os interesses do jornal, conforme podemos concluir.

Em sua caracterização do gênero artigo de opinião, Rodrigues (2005) percebe a manifestação de dois movimentos dialógicos: um deles incorpora outras vozes ao discurso do autor, que as avalia de maneira positiva, logo as chama para construir o seu ponto de vista o que corresponde ao movimento dialógico de assimilação; o outro distancia, isola, desqualifica as vozes objeto da oposição do autor e se denomina movimento dialógico de distanciamento

Além dessa relação dialógica com vozes anteriores, o gênero em estudo também se caracteriza por orientar-se em direção ao interlocutor, tendo em vista a sua reação-resposta ativa. Sustentando essa observação, Rodrigues (2005) percebeu que articulista e interlocutor se relacionam na construção dos seguintes movimentos dialógicos básicos: o primeiro representa o movimento de engajamento do leitor ao discurso do autor; o segundo diz respeito ao movimento de refutação da posição adversa do leitor e o terceiro corresponde ao movimento de interpelação do leitor ao horizonte axiológico do articulista. O quadro abaixo ilustra os movimentos dialógicos presentes no artigo de opinião.

MOVIMENTOS DIALÓGICOS			
Vozes anteriores	<i>Assimilação</i> : o articulista incorpora outras vozes ao seu discurso		<i>Distanciamento</i> : o articulista distancia, isola, desqualifica as vozes contrárias
Articulista e interlocutor	Engajamento do interlocutor ao discurso do articulista	Refutação da posição adversa do interlocutor	Interpelação do interlocutor ao horizonte axiológico do articulista

Quadro 7 – Movimentos dialógicos no artigo de opinião

Na teoria de gêneros, o artigo de opinião também é comparado a outros gêneros do domínio jornalístico. O artigo de opinião carrega determinados traços verificáveis em outros gêneros desse domínio, por exemplo: articulista e interlocutor não interagem no mesmo espaço e tempo físicos; essa interação sofre a mediação ideológica dos interesses da esfera jornalística; esses gêneros obedecem a uma certa periodicidade etc.

Nos jornais, a seção Opinião comporta o artigo de opinião, “pois é o lugar da sua ancoragem ideológica, delimitando a que parte do universo temático do jornalismo ele se refere, qual o seu horizonte temático, sua finalidade de interação” (Rodrigues, 2005, p. 170). Repartindo o espaço com os demais gêneros na seção Opinião, o artigo de opinião se encontra em meio aos gêneros que, de maneira histórica, têm a sua perspectiva temática e axiológica orientada para expor uma expressão de

valores sobre os fatos sociais noticiados pelos jornais. Nessa tarefa avaliativa, o trabalho do articulista é reconhecido e assumido pelos participantes da interação.

A perspectiva temática do artigo de opinião diz respeito a acontecimentos sociais típicos do ambiente da comunicação jornalística, embora estejam ligados ou se refiram à esfera de ação profissional do articulista, a partir de onde ele constrói sua posição. Assim, os acontecimentos atuais motivam o surgimento desse artigo. A esfera jornalística faz o discurso ou o enunciado desses acontecimentos, que podem ser de ordem política, econômica ou sócio-cultural. O articulista pode chamar a atenção para esses acontecimentos desencadeadores e colocá-los como objetos de crítica e questionamento ou de concordância e comentário positivo.

Ao articulista, o que mais interessa no processo de interação (portanto também para o interlocutor) desencadeado pelo artigo de opinião é a análise dos acontecimentos e o manifesto da sua posição sobre eles, pois a apresentação desses acontecimentos cabe ao noticiário. Na articulação entre a apreciação dos acontecimentos sociais e a questão da perspectiva da autoria se encontra o conteúdo temático do gênero opinativo que estamos estudando. Essa perspectiva, diga-se de passagem, reflete um posicionamento externo ao jornal, e ela representa, ainda, o conteúdo temático do artigo de opinião.

A orientação apreciativa do autor do artigo de opinião diante dos acontecimentos não se elabora de maneira solitária, embora a autoria desse gênero seja um argumento de autoridade para o que é exposto. Essa orientação apreciativa se entrelaça com outras posições discursivas; em outras palavras, o articulista “mantém relações dialógicas com outros enunciados já-ditos” (Rodrigues, 2005, p. 174). Pela maneira diferenciada de incorporação e tratamento com que o autor encara as diversas vozes, outros acentos de valor, seu posicionamento se vai construindo.

Um dos aspectos do movimento dialógico de assimilação de vozes se constitui com o acúmulo de autoria, uma vez que o jornal, na condição de *autor interposto*, assume a responsabilidade jornalística e política pela divulgação do artigo de opinião. Também se mostrando como um argumento de autoridade, outro movimento de assimilação encontra-se no relacionamento do articulista com a esfera em que atua. Assim, os pontos de apoio da posição do autor do artigo de opinião são o jornal e a esfera social de onde fala o articulista.

Durante a elaboração da orientação valorativa, entretanto, o articulista junta outras vozes ao seu discurso, como podemos observar no estudo do movimento dialógico de assimilação. O artigo de opinião é dialogizado pelo enunciado já-dito que fornece credibilidade à fala do autor, “pois traz consigo outras opiniões, verdades, fatos, dados com os quais o autor mantém relações dialógicas que vão dar corporeidade e sustentação a sua opinião” (Rodrigues, 2005, p. 174). Enquanto os fatos e dados são os recursos que sustentam a opinião, as relações dialógicas com outros enunciados dão passagem a esse artigo, ou seja, inspiram o articulista na escrita do seu enunciado.

Neste capítulo, primeiramente estudamos o artigo de opinião na perspectiva da esfera jornalística. Com os estudos realizados nessa área, notadamente o apresentado por Melo (2003), pudemos comparar esse gênero com outros marcados pelo caráter opinativo, tendo em vista a sua identificação e discernimento nas páginas dos jornais que representam suportes comuns a esses enunciados. Com relação à extensão, à forma e à finalidade do artigo, as observações contidas no estudo levado a cabo por esse autor nos possibilitou um aprofundamento de maior de nossa pesquisa.

Os estudos empreendidos por Cunha (2005) e Rodrigues (2005) nos permitiram observar o artigo de opinião na perspectiva dos estudos de gêneros, na abordagem dialógica, é bem verdade, enquanto a abordagem que aqui adotamos é a sócio-

retórica. Mas, de acordo com Meurer, Bonini, Motta-Roth (2005, p.9): “as abordagens teóricas tanto se aproximam – ao lançar um olhar social e discursivo sobre a linguagem – quanto se distanciam – ao pôr em cena conceitos-chave bastante distintos”. O objeto que elegemos nesta pesquisa, o artigo de opinião, pertencente ao universo da mídia, levou-nos a encarar a linguagem jornalística do ponto de vista social e discursivo. Isso se deveu à interatividade considerada por nós na relação entre o articulista e o interlocutor, tratando de questões que afetam a sociedade como um todo.

Com esse ponto de vista, consultamos o estudo realizado por Cunha, o que nos permitiu esclarecer o relacionamento entre a notícia e o artigo de opinião. Esse último *faz valer* uma convicção sobre um acontecimento, um fato que aquela *faz saber*. Rodrigues (2005), por sua vez, contribuiu ao nos desvendar a presença dos movimentos dialógicos no enunciado aqui considerado, além da posição da esfera jornalística entre o articulista e o interlocutor. Os movimentos dialógicos de assimilação e distanciamento forneceram subsídios ao trabalho de análise dos aspectos concernentes ao pluralismo argumentativo. Esses aspectos serão tratados no próximo capítulo, no qual a análise do artigo de opinião se desenvolve.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA AMOSTRA

Para analisar o artigo de opinião, tanto em seus elementos lingüísticos e estruturais, quanto nos sociais e discursivos, elegeu-se o modelo de Bhatia (1993). A escolha desse modelo se explica, como será visto neste capítulo, pelo caráter pertinente dos sete passos, quando aplicados a esse gênero. A consonância de Bhatia (1993) com a obra de Swales (1990) pode ser constatada explicitamente quando, nas análises lingüísticas dessa metodologia, aquele recomenda o modelo CARS desse último ao pesquisador que objetiva a determinação da organização retórica em um gênero. Assim procedeu-se nesta pesquisa, sendo, pois, a organização retórica dos artigos de opinião examinada com esse modelo.

Os procedimentos requeridos pela análise do artigo de opinião, tendo como base a metodologia proposta por Bhatia (1993), exigem atividades relacionadas à pesquisa e entrevista com locutores e interlocutores, além de pesquisas de caráter bibliográfico. Neste trabalho, essas tarefas foram divididas e executadas em cinco etapas que determinaram a forma como expomos a análise do gênero aqui em estudo.

ETAPAS E PASSOS DA ANÁLISE	
Etapas	Passos
Primeira etapa	1º Contexto situacional do artigo; 2º Levantar a literatura; 3º Refinar a análise contextual situacional; 4ª Selecionar o <i>corpus</i> da pesquisa do artigo de opinião
Segunda etapa	5º Estudar o contexto situacional, com a sinopse histórica dos periódicos selecionados, mais a do primeiro jornal brasileiro
Terceira etapa	6º Níveis de análise lingüística (primeira parte): Levantamento dos operadores argumentativos no <i>corpus</i> e suas funções na introdução dos argumentos
Quarta etapa	Ainda os níveis de análise lingüística do 6º passo: determinação da estrutura retórica dominante nos exemplares do <i>corpus</i> e do pluralismo argumentativo
Quinta etapa	7º Pontos de vista emitidos por especialistas da esfera jornalística, ou seja, a palavra de pessoas envolvidas com o contexto de produção e recepção do artigo de opinião

Quadro 8 – Etapas e passos da análise

Na primeira das etapas, executam-se os quatro passos iniciais da metodologia de análise sugerida por Bhatia (1993). Os procedimentos que compreendem o primeiro passo são a apresentação das características do contexto situacional da produção do artigo. No segundo passo, levanta-se a literatura existente sobre o gênero eleito. No terceiro passo, com o refinamento da análise contextual situacional, define-se o

autor do enunciado correspondente ao artigo de opinião, assim como os seus interlocutores, que são entrevistados, o relacionamento e os objetivos envolvidos na interação estimulada pelo gênero opinativo aqui em análise.

Na segunda etapa, percorrendo o quinto passo, seleciona-se o *corpus*, um conjunto de vinte artigos de opinião, originados no contexto de produção da *Folha de S. Paulo* e do *Diário de Grande ABC*. Para colocar de maneira clara e conseqüente esse contexto de produção, busca-se expor o desenvolvimento histórico da comunidade discursiva correspondente a cada um dos jornais que contribuem com vinte exemplares do artigo de opinião aleatoriamente coletados. Assim, é feito um refinamento do contexto institucional como está previsto no quinto passo da análise.

Na terceira etapa, os níveis de análise lingüística são considerados com o levantamento dos operadores argumentativos presentes em cada um dos exemplares do *corpus*. Também os argumentos e conclusões introduzidos por esses operadores, refletindo as ocorrências, são expostos no sexto passo. Esses procedimentos se estenderam a ponto de se estabelecer uma quarta etapa para completar a análise lingüística, em que se examinam a distribuição das informações e o pluralismo argumentativo presentes no gênero. Nos passos implicados com as etapas (3ª e 4ª) dessa análise, há o predomínio da visão argumentativa da linguagem buscada em Koch (2006) que se alicerça no trabalho de Ducrot (1976).

Por último, na quinta etapa, faz-se a confrontação das descobertas realizadas no decorrer da pesquisa com as informações obtidas junto a especialistas. Esses especialistas são articulistas com grande experiência na produção do gênero, além de editores que tratam de sua publicação no contexto de produção dos periódicos. Foram entrevistados, na primeira etapa, dez leitores de cada periódico selecionado e seis especialistas da esfera jornalística. Ao final da análise, apresentamos uma sistematização dos resultados.

3.1 Primeira etapa: contexto de produção e recepção do artigo de opinião

O gênero artigo de opinião funciona nas páginas dos jornais formando e orientando o leitor (interlocutor) em questões controversas e polêmicas. Geralmente, essas questões dizendo respeito às áreas política, econômica, cultural etc, têm como origem o noticiário dentro do próprio jornal. Seu produtor, o articulista, jornalista ou profissional sem nenhum vínculo com a empresa jornalística, desenvolve uma idéia sobre determinado assunto, estabelece uma posição e procura defendê-la por meio de argumentos. Essas ações retóricas têm ao seu redor um contexto de produção com aspectos significativos para a presente análise, os quais serão estudados neste primeiro passo.

O contexto de produção compreende, ainda, a manifestação da opinião de cidadãos que – representantes do parlamento, sindicalistas, religiosos, advogados - têm acesso, via artigo de opinião, às páginas de jornal, e esse artigo traz sempre a assinatura de seu produtor. Tais manifestações podem ser encontradas na seção *Tendências e Debates* da *Folha de S. Paulo* e na seção *opinião* do *Diário do Grande ABC*. Esses dois periódicos aqui são citados para exemplificar veículos de circulação nacional, como é o caso do primeiro, e veículos que se restringem a uma circulação mais regional, tal como acontece com o segundo.

A manifestação da opinião de um articulista, com vínculos empregatícios ou não com o jornal, sobre um tema gerador de controvérsias no âmbito da sociedade, é denominada, de modo geral, e aqui neste trabalho, como artigo de opinião. Assim, a opinião deixa de ser um privilégio da instituição jornalística ou dos profissionais a ela vinculados, pois esse gênero, embora ocupe espaço no suporte sob o domínio da empresa jornalística, pode ser escrito por pessoas a ela não vinculadas profissionalmente. Desse modo, o artigo de opinião é o gênero que promoveria a democracia nas páginas dos jornais, dando acesso a diversos profissionais ligados às mais diversas áreas das atividades sociais.

Todavia, entre o processo de produção e o de interpretação dos textos-enunciados na interação jornalística, ou seja, entre o contexto de produção e o de compreensão, encontra-se o espaço de trabalho da comunidade jornalística, que exerce um papel de mediação. Essa comunidade cria e propõe regulamentações para as diversas interações no espaço correspondente, filtrando, interpretando, impondo um acento de valor. Além disso, evidencia os fatos, conhecimentos, pontos de vista, que serão o todo *temático-discursivo* do jornal. As operações que selecionam e dividem esse todo em diversas seções, como foi visto ao final do capítulo anterior, já é um ato determinante do tema, do estilo e da composição.

Com esses esclarecimentos sobre influências e interferências próprias do contexto de produção, mostra-se muito importante atentar para a advertência colocada por Mello (2003, p. 127) a respeito desse processo democrático que, evidentemente, “constitui uma decorrência do espírito de cada veículo: sua disposição para abrir-se à sociedade e instituir o debate permanente dos problemas nacionais”. Assim fica explícito que entre a autoria e o interlocutor coloca-se a instituição jornalística, uma vez que a divulgação do artigo de opinião se submete à leitura e à prévia aprovação dessa instituição, os proprietários do jornal. Portanto, a empresa jornalística atua como um leitor e autor que se interpõe entre o original produtor do artigo e seus interlocutores.

Um processo democrático também pode se manifestar no próprio texto que realiza o artigo de opinião, revelando-se em elementos lingüísticos que podem ser examinados pelo analista. Desse modo, o processo democrático referido por Melo no parágrafo anterior será estendido aos textos desses artigos que compõem o *corpus* e, assim, seus argumentos terão as suas orientações argumentativas sob exame. Essas orientações serão definidas como *convergentes* ou *divergentes* em cada um dos artigos, após um estudo com base em Barbosa (2000). Isso acontece mais à frente, no *passo 6* desta análise, quando os níveis de análise lingüística entram em questão.

A esfera jornalística, para este trabalho, além das entrevistas com profissionais, coloca à disposição do pesquisador o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* e o *Banco de Dados do Diário do Grande ABC*. Ambos representam excelentes fontes de pesquisa para a obtenção de dados referentes à trajetória dos dois jornais ao longo do tempo, assim como aos princípios, procedimentos e a determinadas convenções próprias a cada uma das instituições jornalísticas.

Apresentam-se, ainda, os trabalhos já realizados sobre os gêneros do domínio jornalístico. O de Rodrigues (2005), *Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem*, que trata da abordagem de Bakhtin e em que o gênero artigo de opinião é claramente analisado. Um outro trabalho, elaborado por Cunha (2005), *O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião*, sobre esse gênero, mas incluindo a notícia.

Como já comentado, o artigo de opinião trata de temas ou assuntos gerados por acontecimentos ou fatos noticiados cotidianamente nas páginas jornalísticas. Tais notícias envolvem questões polêmicas e controversas e, conseqüentemente, as instituições jornalísticas se vêem no dever social de orientar seus leitores no esclarecimento dessas questões. Com esse intuito, elas convidam especialistas no assunto, ou pessoas envolvidas com os aspectos da polêmica em discussão - ou representantes de determinadas instituições, cujas opiniões seriam oportunas para os esclarecimentos visados. Em função disso, o articulista procura construir uma imagem de si mesmo para seus leitores: um detentor de saberes sobre o assunto em questão que, seguindo a lógica e a razão, dispõe de argumentação sólida para a defesa de sua posição.

Para a continuidade da observação do contexto de produção, fizemos uma pesquisa junto aos articulistas da *Folha de S. Paulo* e do *Diário do Grande ABC*. Essa iniciativa revelou que as instituições jornalísticas mantêm um relacionamento direto e/ou indireto com uma parte considerável das esferas sociais estabelecidas no

espaço compreendido pela circulação dos seus jornais produzidos. O editor da seção de gêneros opinativos mantém uma equipe preocupada em selecionar os temas em destaque na sociedade, que mereçam ser discutidos nas páginas dos jornais.

A preocupação seguinte, uma vez eleito um tema, consiste na determinação do articulista. Mas, na maioria das vezes, segundo a informação que obtivemos na *Folha de São Paulo*, o colaborador procura o jornal. Esse colaborador dispõe do e-mail da seção, por exemplo, *Tendências e Debates* e, por meio desse canal, estabelece contato com a empresa.

Evidentemente, o artigo enviado pelo colaborador é submetido a um processo de avaliação. Em que consistiria esse processo, tendo em vista a publicação do artigo? Com essa pergunta, a pesquisa se interou do fato de que que, basicamente, a qualidade do texto é avaliada. A palavra qualidade diz respeito aos aspectos lingüísticos do texto, ao emprego adequado das regras e convenções gramaticais. Também diz respeito à pertinência e à relevância do tema e à representatividade do autor, o articulista no que diz respeito ao tema e às instituições envolvidas. A oportunidade e a importância do assunto do artigo de opinião são levadas em conta pela comunidade jornalística, assim como o perfil do articulista como um representante da esfera cujos princípios e interesses ele procura defender. Portanto, também o domínio do autor sobre o tema e a novidade do assunto são levados em consideração pelos editores do jornal.

Também o interlocutor experimenta uma consideração de perfil econômico e social, pois os periódicos jornalísticos, cuja produção visa exclusivamente aos leitores das camadas populares, não apresentam o artigo de opinião. Esse gênero tem como interlocutor o leitor das classes sociais A e B ou C quando a instituição jornalística, como concluiu Rodrigues (2005), tem a região como critério de divisão dos seus jornais. Com isso se torna possível a percepção de como o trabalho ideológico e os

Índices sociais axiológicos se revelam não apenas, acrescenta a autora, “nos conteúdos dos enunciados, mas nos gêneros e na sua circulação social diferenciada, demonstrando a existência de diferentes condições sociais de investimento dos gêneros”. (Rodrigues, 2005, p. 171)

Os leitores do artigo de opinião, de modo geral, são pessoas que freqüentemente lêem determinado jornal ou revista e estão, de alguma forma, interessadas na questão polêmica por ele abordada, ou porque as afeta de maneira direta, ou porque se interessam pela discussão dos assuntos em pauta no meio social. No Brasil, país em que a leitura é um hábito de poucos cidadãos, pode-se afirmar que os leitores de artigos de opinião constituem uma elite sociocultural. Levando em conta a teoria de gêneros adotada nesta pesquisa, justificamos a entrevista com os leitores do gênero aqui objeto da análise com a participação ativa desses leitores na produção do artigo de opinião, pois o articulista ao escrevê-lo está respondendo a posições assumidas anteriormente e a possíveis objeções que serão colocadas durante a sua leitura.

Entrevista com leitores

Inicialmente, expomos o questionário com as perguntas destinadas aos leitores da *Folha de S. Paulo* e do *Diário do Grande ABC*;

- | |
|---|
| <p>1 - Com qual das finalidades abaixo você lê o artigo de opinião?</p> <p>a) Procuro informações de articulistas mais envolvidos com o tema proposto no artigo para poder formar uma opinião própria ()</p> <p>b) Desejo apenas me colocar ciente de pontos de vista convergentes ou divergentes do meu, sem me deixar influenciar por esta ou aquela visão (),</p> <p>c) Leio qualquer artigo como algo efêmero, pois as opiniões ali contidas variam rapidamente, de edição para edição, portanto é preciso cautela ().</p> <p>d) Já tenho minha opinião formada sobre qualquer assunto, simplesmente deseja confirmá-la com a leitura de outras opiniões ()</p> <p>2 - O trânsito pelo texto (o que você lê detalhadamente? O que lê por alto? Que partes pula?)</p> <p>3 - Fale sobre os conhecimentos que podem ser construídos a partir de um artigo de opinião (Que perguntas faz? Que informações privilegia?)</p> <p>4 - Como o conhecimento resultante da leitura do artigo de opinião poderia ser utilizado? (para tomar decisões e/ou para produzir outros textos)</p> |
|---|

Quadro 9 – Perguntas das entrevistas com leitores do artigo de opinião

Como se pode observar, na primeira pergunta, são oferecidas quatro alternativas de resposta ao entrevistado. Nas demais indagações, ele dispõe de mais liberdade para respondê-las.

Esta pesquisa revelou que esse interlocutor, no processo de interação intermediado pelo artigo de opinião, “deseja apenas se colocar cientes de pontos de vista convergentes ou divergentes do seu, sem se deixar influenciar por esta ou aquela visão”. Entre os vinte leitores entrevistados - médicos, professores e diretores de escola – distribuídos igualmente pela Folha de São Paulo e pelo Diário do Grande ABC, dez escolheram essa alternativa de resposta à primeira pergunta.

Uma outra alternativa diz que “o leitor já tem sua opinião formada sobre qualquer assunto e, ao procurar o artigo de opinião, pretende apenas confirmá-la”. Nessa posição ficaram seis leitores. As duas alternativas restantes afirmavam, numa delas: “o leitor procura informações de articulistas mais envolvidos com o tema proposto no artigo para poder formar uma opinião própria” e apenas dois entrevistados escolheram essa alternativa. O fato se repete com a quarta alternativa, em que dois entrevistados assinalam a seguinte afirmação: “O leitor vê qualquer artigo como algo muito efêmero, as opiniões nele contidas variam muito rapidamente, da noite para o dia, de edição para edição, portanto é preciso cautela”.

RESPOSTAS A 1ª PERGUNTA DA PESQUISA				
ALTERNATIVA	a	b	c	d
ENTREVISTADOS	2	10	2	6

Quadro 10 – 1ª pergunta da entrevista com leitores

Quanto ao trânsito pelo texto do artigo de opinião, tema da segunda pergunta, quatorze entrevistados revelaram ter o hábito de o ler integralmente, pois essa leitura somente acontece quando se trata de assuntos que lhes tocam os interesses. Esses estão ligados a aspectos da vida social em comum e a aspectos relativos às atividades profissionais do leitor. Mas seis entrevistados revelaram que, se o

assunto detectado no título do artigo não corresponder ao seu conteúdo, desistem da leitura em seu processo, esteja onde estiver.

SEGUNDA PERGUNTA			
Alternativas	Detalhadamente	Por alto	Pula partes
Entrevistados	14	6	0

Quadro 11 – 2ª pergunta da entrevista com leitores.

Com relação aos conhecimentos adquiridos com a leitura do gênero em análise, os leitores revelaram que, de um modo geral, são conhecimentos aplicáveis à vida social, como a escolha de um candidato durante eleições, ou uma interpretação a um dado fato social qualquer dada por um especialista no assunto discutido no artigo. Também revelaram interesse por conhecimentos relativos aos direitos trabalhistas, possíveis de serem encontrados em tais artigos, segundo uma parcela dos entrevistados. Dezesete entrevistados responderam dessa forma e três deles negaram a existência de conhecimento algum nesses enunciados.

TERCEIRA E QUARTA PERGUNTAS		
Respostas	Conhecimentos aplicáveis à vida social	O artigo de opinião não traz conhecimento
Entrevistados	17	03

Quadro 12 – 3ª e 4ª perguntas da entrevista com leitores

Trata-se de um enunciado pertencente ao conjunto dos gêneros opinativos do domínio discursivo jornalístico, em que outros enunciados se assemelham ou possuem características próprias do gênero que aqui foi escolhido para análise. O produtor de um artigo de opinião é, de modo geral, um especialista no tema abordado, ou uma pessoa envolvida diretamente com o assunto tratado. Dessa maneira, o articulista pode ser um sindicalista, um cidadão ocupante de algum cargo no governo, um acadêmico, e assim por diante. Alguém que, de alguma forma, tenha algo a dizer sobre a problemática tratada no artigo de opinião a ser produzido.

Esse gênero opinativo discute questões controversas, polêmicas, que podem envolver assuntos políticos, sociais, científicos, culturais e econômicos, com

interesse generalizado e atual que, de modo direto ou indireto, dizem respeito a um grande número de pessoas. O articulista busca responder tais questões que, normalmente, surgem a partir de algum fato acontecido e noticiado. Atendendo aos objetivos da pesquisa, dois jornais diários foram escolhidos, um se aproximando mais do caráter regional: o *Diário do Grande ABC*, e outro com uma abrangência nacional: a *Folha de S. Paulo*. E, aleatoriamente, foram destacados dez artigos de cada periódico, no período compreendido entre outubro de 2007 e janeiro de 2008. Desse modo, um total de vinte artigos de opinião passam a constituir o *corpus* desta análise.

3. 2 Segunda etapa: desenvolvimento histórico dos jornais fonte do *corpus*

Nesta etapa, focalizamos o contexto institucional, ou a esfera jornalística, conforme as orientações sugeridas por Bhatia (1993) e expostas no capítulo 1. Assim, dando seqüência à análise, busca-se estudar o contexto que envolve a instituição, incluindo uma exposição do sistema que compreende a esfera jornalística. As duas empresas jornalísticas envolvidas neste trabalho têm, no decorrer de suas atividades, fatores que determinaram e determinam o estabelecimento de regras e convenções usadas na produção dos seus gêneros.

Tratam-se, esses fatores, de processos históricos ininterruptos que se iniciaram fora do Brasil e, assim, serão resumidas as histórias das duas instituições jornalísticas que oferecem o objeto de análise deste trabalho, será apresentada também uma síntese da história do primeiro jornal brasileiro. Esse desenrolar de atividades, em meio aos fatos sociais, mostra-se muito influente na criação de gêneros, determinando-lhes a caracterização de vários aspectos lingüísticos, semânticos e pragmáticos.

Em meio a esse processo histórico, observa-se que a Inglaterra serviu, de acordo com Antezana (2004), como berço ao primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa. Esse jornal, que circulava clandestinamente em terras

brasileiras, foi escrito e editado na nação britânica, pois, como se sabe, qualquer trabalho editorial era proibido na colônia. Mas, a partir da chegada da família real ao Brasil, essa proibição foi derrubada, e o jornalismo passou a ser praticado em terras brasileiras mais livremente, no sentido de sua produção e edição. Evidentemente, outros jornais, também de maneira clandestina, circulavam em terras da colônia e eram perseguidos antes do século XIX, mas para muitos pesquisadores o jornal de Hipólito da Costa, o *Correio Brasiliense*, possui todos os elementos para ser considerado o primeiro jornal brasileiro.

Antezana (2004, p. 81) comenta as quatro seções que compunham o jornal editado por Hipólito. Primeiramente, temos a *Política*, na qual são apresentados documentos oficiais, redigidos por autoridades de Portugal e de outros países, revelando a orientação historicista que marca a atitude do jornalista. Mas não se limita à mera publicação, pois tais documentos têm suas idéias postas em análise. Já a 2ª seção, *Comércio e Artes*, expunha produtos brasileiros do início do século XIX, com suas tabelas e preços. *Notícias e comentários*, a 3ª seção, apresentavam –se como um amálgama.

Na quarta seção, que o redator denominou *Miscelânea*, os artigos abordavam um assunto em debate, por ocasião da edição, e, a partir daí, o articulista expunha suas reflexões. Por vezes, o autor do artigo utilizava apêndice objetivando a correção de informações publicadas e para a apresentação de novos documentos e comentários. A seção *Miscelânea* contribuiu significativamente para a riqueza do jornal como um todo, pois o profissional de imprensa acompanha e faz, cronologicamente, comentários sobre os fatos, tendo-os sempre em vista. Isso pode ser constatado pelo fato de que ele retoma para o leitor um fato ocorrido anteriormente, trazendo-o para o presente e tecendo projeções futuras (Antezana, 2004).

Com essa disposição, a seção Miscelânea apresentava artigos de opinião, tendo como articulista Hipólito da Costa, pois ele comentava fatos ocorridos no passado, estabelecendo críticas e opiniões, além de projeções futuras, que colocavam em desconforto os representantes oficiais da Metrópole. Tais comentários tinham como consequência certa a reação das autoridades portuguesas bloqueando a livre circulação do *Correio Brasiliense* na Colônia. Com esse fato histórico, pode-se comprovar que o jornalismo opinativo, no alvorecer do século XIX, já circulava no Brasil, comentando, criticando e opinando sobre questões controversas relativas a vida política, cultural e econômica da então Colônia.

Hipólito da Costa tinha como metas instruir e seus compatriotas quanto as verdadeiras idéias de governo e às formas portadoras de contribuição em prol do bem estar público. Esse aspecto mereceu um comentário de Rizzini (1957), para quem o propósito primeiro do jornalista era a promoção do desenvolvimento positivo da terra em que nascera, transformando-a em nação unida a Portugal, governada pelo regime monárquico-representativo.

Então, o *Correio Brasiliense* punha em prática um verdadeiro jornalismo opinativo, seu fundador e principal jornalista, Hipólito da Costa, retratou nas páginas desse jornal a sua crença de que o novo reino unido seria fortalecido no que concerne à economia. A Independência do Brasil também era uma questão controversa tratada no jornal, pois o próprio articulista não a propusera inicialmente. Entretanto, no momento em que Hipólito tomou consciência do verdadeiro propósito das Cortes Constitucionais de Lisboa, o de submeter o destino dos brasileiros aos seus caprichos, ele passou a entender que a luta pela Independência representava o caminho mais adequado a ser percorrido.

Sem perder de vista que, ao estudar os fatos históricos registrados na trajetória da instituição jornalística, são obtidos conhecimentos sobre os processos determinantes da formação e estabelecimento de regras e convenções próprias na

criação de seus gêneros, sintetizamos, a seguir, a história dos dois jornais divulgadores dos artigos de opinião analisados neste trabalho. Primeiramente, voltamos nosso olhar para a *Folha de São Paulo*.

Nas primeiras décadas do século XX, quando a Proclamação da Independência do Brasil completava um século, Olival Costa e Pedro Cunha, à frente de um grupo de jornalistas, em 19 de fevereiro de 1921, fundaram a *Folha de S. Paulo*, então com o nome de *Folha da Noite*. Esses homens tinham como meta a atração, por meio desse vespertino, de leitores das classes médias urbanas e da classe operária. Quatro anos após a fundação da *Folha da noite*, essa iniciativa empresarial ampliou-se com o lançamento de um matutino: a *Folha da Manhã*, quando Otaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida compraram os títulos e alteraram a razão social da organização que os editava para *Empresa Folha da Manhã Ltda*. A partir dessa mudança, a defesa dos interesses dos produtores rurais paulistas determinou a linha editorial dos diários.

Esse relato das primeiras atividades do jornal oferece um perfil de seus interlocutores, pessoas da classe média urbana e da classe operária. Após uma mudança ocorrida na instituição, o propósito dos gêneros passou a ser os interesses dos produtores rurais. Nessa defesa, naturalmente ocorria a exposição de opiniões, comentários, cuja argumentação girava em torno da realidade da produção rural de todo o Brasil, mas defendendo os interesses dos produtores rurais paulistas. A produção cafeeira, nessa época, monopolizava as atividades rurais no estado de São Paulo; evidentemente, esse produto apresentava-se como tema constante dos diários publicados pela *Empresa Folha da Manhã*.

Esse período terminou em 1945, final da Segunda Grande Guerra Mundial, quando o jornalista José Nabantino Ramos assumiu o controle acionário da empresa, mudando sua razão social para a que mantém atualmente. Ao final da década de quarenta, Ramos fundou a *Folha da Tarde* e, após dez anos, fundiu os três títulos

em um: Folha de S. Paulo, em 1960. Nessas, então novas circunstâncias, o jornal adotou uma linha editorial próxima aos interesses das classes médias urbanas do estado de São Paulo.

Então, a defesa dos interesses das classes médias urbanas passou a se destacar nas páginas desse jornal. A indústria, notadamente a automobilística, avançava a passos largos, e São Paulo desenvolvia velozmente suas regiões urbanas, sua capital se torna a maior cidade do Brasil. Dessa forma, os problemas e as questões relacionadas á temática rural ganharam a companhia majoritária das questões urbanas.

No início da década de sessenta, quando os empresários Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem as rédeas da instituição, a empresa atravessava sérias dificuldades financeiras. Reorganizar a empresa no que diz respeito às suas finanças e a sua administração consistiu no primeiro desafio enfrentado por esses empresários. Esse foi o principal objetivo no decorrer de cinco anos

Nos aspectos administrativos, foi dada prioridade ao aparelhamento da *Folha* pelos empresários que, no período entre 1968 e 1974, levaram-no avante com unidades impressoras offset, fotocomposição e um eficiente sistema de distribuição. Com a infraestrutura do jornal reparada, a Redação passou a ser objeto de modificações a partir de 1974. Durante os dez anos seguintes, de acordo com o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2005), esse jornal, percebendo a abertura democrática proposta pelos militares, trabalhou ao lado de tal abertura. Esses dados nos revelam aspectos relevantes da evolução tecnológica na produção dos gêneros no contexto institucional dessa empresa jornalística.

A Folha de S. Paulo elaborou, em 1978, um projeto editorial norteador de seus rumos políticos. Seis anos mais tarde, entre os veículos de comunicação do Brasil, ela assumiu a liderança da campanha em favor das eleições diretas para a presidência da república. Em seguida, o jornal tornou-se o periódico de maior

circulação no País. Esse projeto norteador do jornal reflete os propósitos comunicativos e as intenções na produção de seus gêneros

Colocou-se, aqui, uma breve retrospectiva das atividades da Folha de S. Paulo durante as fases de sua existência, desde a década de 1920, momento de sua fundação, até os dias atuais. A história desse jornal praticamente ocupa todo o século vinte em São Paulo e no Brasil. E esse periódico prossegue com suas atividades no século XXI, preservando e, ao mesmo tempo, reconstruindo o seu contexto institucional, aperfeiçoando regras e convenções que norteiam a produção dos gêneros que lhe são peculiares. Com isso, encerramos o resumo da história de um dos periódicos divulgadores do gênero aqui em análise. Passemos, na seqüência, à história do outro periódico.

Com a denominação *NEWS SELLER* estampada em sua primeira página, nasceu o *Diário do Grande ABC* em 1958. Um grupo de jovens, dentre eles Edson Danillo Dotto, Fausto Polesi e Ângelo Puga, lançou o jornal em Santo André, tendo como objetivo principal a ação de congregar a comunidade do grande ABC, dispendo apenas do ideal e muita disposição. Nessas circunstâncias, tal iniciativa foi considerada aventureira, pois lançava um jornal semanal e distribuído gratuitamente.

A população santoandreense, que até aquele momento nunca dispusera de um veículo próprio de comunicação impressa, recebeu tal iniciativa com entusiasmo. Em um tempo muito breve, a distribuição do News seller se expandia para os municípios de São Bernardo e São Caetano, com apoio dos leitores e do mercado anunciante, que descobriu no jornal um excelente veículo para promoção e vendas.

Na história deste jornal, observa-se o papel do interlocutor no contexto institucional. Esse papel se mostrou relevante para a continuidade e desenvolvimento da instituição jornalística. Pode-se notar, ainda, um perfil desse interlocutor revelando

que ele, sentindo-se menosprezado pelos grandes jornais da capital, abraçou a iniciativa dos fundadores, como é colocado a seguir. Ao grande potencial de leitores da região, que nunca dispôs de uma atenção especial dos jornais da capital paulista, credita-se uma parcela significativa desse êxito.

Os jornais da capital paulista, apesar de estarem fisicamente próximos, mostravam interesse somente pela pujança do parque industrial da região. Inicialmente vocacionado à publicação de anúncios permeados de algumas notícias, o News Seller se transformou em bissemanal, incrementando a ação jornalística e exercendo o papel de *porta-voz da comunidade*. O envolvimento desse jornal na construção do Grande ABC foi determinado por sua presença nos acontecimentos cotidianos e marcantes da região.

A demanda pelas páginas do jornal estimulou a ampliação do projeto empresarial e sua transformação em jornal diário em 9 de maio de 1968, passando a ser conhecido a partir de então como Diário do Grande ABC. Nos dias atuais, essa instituição prossegue norteada pelos mesmos ideais que lhe deram origem: ser o principal veículo comunicativo e informativo da região e, para tanto, investir progressivamente no aprimoramento geral da empresa. (Diário do Grande ABC, 2008).

Como vimos, o primeiro jornal que circulava no Brasil, o *Correio Brasiliense*, já discutia aspectos polêmicos da realidade vivida no século XIX pela sociedade brasileira de então. Em outras palavras, o artigo de opinião já era lido pelos habitantes do Brasil-Colônia. Ao esclarecer que esse gênero está a disposição do leitor brasileiro há quase dois séculos, essa informação serve ao nosso trabalho, pois a estrutura retórica do enunciado que realiza esse gênero, assim como os demais elementos que o caracterizam, evolui de acordo com sua prática no tempo.

No decorrer histórico das instituições jornalísticas encontram-se os processos que determinam a formação e o estabelecimento de regras e convenções empregadas na ação de produzir os enunciados correspondentes aos gêneros publicados por essas instituições. As idéias e inspirações temáticas, também nascem no decorrer das experiências vividas ao longo do tempo. Essas convicções nos conduziram a apresentar a sinopse da história do *Correio Brasiliense* e dos periódicos que

Os projetos e as linhas editoriais assumidas pelas instituições jornalísticas, ao longo de sua história, estão diretamente ligados aos propósitos comunicativos e as intenções dos produtores dos gêneros divulgados por esses jornais. Como exemplo disso, citamos o projeto de redemocratização do Brasil que a *Folha de São Paulo* assumiu na década de setenta. Citamos também o Diário do Grande ABC que, sendo a região preterida pelos jornais da capital, surgiu objetivando a divulgação de fatos e acontecimentos importantes para o ABC paulista.

Com essa retrospectiva histórica da comunidade discursiva, em que o contexto de produção e compreensão do artigo de opinião se situa, foi possível constatar a importância dessa atitude para o esclarecimento do contexto institucional.

3.3 Terceira etapa: função dos operadores argumentativos no *corpus*

O passo 6 da metodologia de análise proposta por Bhatia corresponde aos três níveis de análise lingüística que expusemos no capítulo 1. Para proceder à análise desses três níveis, nesta terceira etapa, recorreremos à obra *Argumentação e Linguagem* de Koch (2006a). A autora fundamenta-se na tese de que a argumentatividade está inscrita na própria língua e, dessa forma, não representa somente um elemento somado ao uso da língua. Essa tese é sustentada por Ducrot, Anscombe e Vogt, cujos trabalhos foram pesquisados pela autora que, ainda, afirma que o uso da linguagem não se apresenta de outra maneira senão marcado pela argumentatividade. De acordo com essa visão, é entendida como significação de uma frase o conjunto de instruções relativas às estratégias a serem

empregadas na compreensão dos enunciados por meio dos quais a frase se realiza, possibilitando alcançar as leituras possíveis desses enunciados: “Trata-se de instruções codificadas, de natureza gramatical, o que leva, portanto, ao reconhecimento de um valor retórico (ou argumentativo) da própria gramática” (Koch, 2006a, p. 102).

O fato de um enunciado se mostrar orientando a seqüência do discurso, ou seja, determinando os encadeamentos possíveis com outros enunciados adequados a lhe dar seqüência, é considerado por Koch (2006a). Com essa perspectiva, a autora conclui que se faz necessário aceitar a existência de enunciados marcados pelo fato de serem utilizados com o objetivo centrado na orientação, dirigida ao interlocutor, para determinados tipos de conclusão, excluindo outros. Tais enunciados serão descritos com a necessária determinação da sua orientação discursiva, as conclusões a que eles servem como argumento. Assim, dentro de uma pragmática integrada à descrição lingüística, introduz-se uma retórica integrada que se manifesta por meio de uma relação de tipo bem preciso entre enunciados: “a de ser argumento para” (Koch, 2006a, p. 102)

Esse tipo de relação a que se refere Koch encontra na gramática de cada língua um número indefinido de morfemas que lhe são responsáveis, e têm a função de operadores argumentativos ou discursivos. Esses operadores estão presentes no artigo de opinião, uma vez que esse gênero sempre carrega a posição defendida por um determinado articulista que, para tanto, lança mão de argumentos procurando conduzir o interlocutor a certa conclusão. Assim, faz-se necessário conhecer o modo como se dá a relação entre os períodos nos textos (enunciados para Koch) correspondentes aos artigos de opinião. Para tanto, levantaram-se aspectos da força argumentativa presente no *corpus* selecionado. Foram examinados os tipos de operadores argumentativos verificados em um conjunto de vinte artigos de opinião, divididos igualmente entre o periódico regional urbano e o periódico circulante em todo o território nacional, como nos referimos anteriormente.

O estudo relativo aos operadores argumentativos, que está sendo apresentado, diz respeito aos 20 exemplares de artigo de opinião constantes do *corpus*, publicados entre setembro de 2007 e março de 2008.

Para uma exposição clara e discernível, nos quadros 12 e 13, toma-se por bem enumerar esses artigos, relacionando o título, o nome do articulista, o periódico divulgador, a data de publicação e a página do jornal. Além disso, todos os artigos, na íntegra, são colocados no anexo, para que se possam constatar as ocorrências.

FOLHA DE S. PAULO				
ART.	TÍTULO	AUTOR	DATA	PG
I	<i>Pela democracia, o Senado deve fechar</i>	Falcão, R.	20/09/07	03
II	<i>Masp estatal</i>	Gonçalves, M. A.	18/09/07	03
III	<i>Muitas vantagens uma responsabilidade</i>	Santos, F.	20/10/07	03
IV	<i>Muitos riscos envolvidos</i>	Abdenur, R.	20/10/07	03
V	<i>Filhos indesejados e criminalidade</i>	Hartung, G.	27/10/07	03
VI	<i>Sete anos</i>	Buarque, C.	24/11/07	03
VII	<i>De quando a lei substitui a democracia</i>	Ioschpe, G.	24/11/07	03
VIII	<i>Os perigos da simplicidade</i>	Martine, G.	27/10/07	03
IX	<i>O sigilo é um direito seu, meu, nosso</i>	Lourenço, V. R.	05/01/08	03
X	<i>Receita de combate a sonegação</i>	Dutra, J. E.	05/01/08	03

Quadro 13 – Artigos de opinião da folha de S. Paulo

DIÁRIO DO GRANDE ABC				
ART.	TÍTULO	AUTOR	DATA	PG
I	<i>Fiscalização para todos</i>	Rangel, A.	30/12/07	02
II	<i>Um “simples” para a lei Rouanet</i>	Flory, H.	20/01/08	02
III	<i>Desafios para os biocombustíveis</i>	Sampaio, M.	07/01/08	02
IV	<i>Carga tributária e crescimento</i>	Palocci, A.	19/10/07	02
V	<i>Previdência para o Futuro</i>	Marinho, L.	27/09/07	02
VI	<i>As taxas ocultas do parcelamento</i>	Silva, M. M.	28/12/07	02
VII	<i>SOS Aterro São João</i>	Morelli, L. A.	30/12/07	02
VIII	<i>As metrópoles e o aquecimento global</i>	Saturno, M.E.	27/12/07	02
IX	<i>Justiça pede choque de gestão</i>	Machado, R. A.	16/01/08	02
X	<i>Um campo minado para o PAC</i>	Suruagy, V. M.	16/03/08	02

Quadro 14– Artigos de opinião do Diário do Grande ABC

A seguir, apresentam-se os quadros 14 e 15 com o levantamento dos operadores argumentativos encontrados em cada um dos vinte artigos de opinião componentes do *corpus*.

OCORRÊNCIAS – FOLHA DE S. PAULO											
OPERADORES	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	TOTAL
Aliás										1	1
Assim		1		2					1		4
Apesar de						1		1			2
Ainda que							1		2		3
Além de		1	3		3	1		1			9
Até							1				1
Ainda						2	1		1		4
Bem como			1								1
Contudo			1	1				1	1		4
Com isso		1							1		2
De acordo com								1			1
Em suma								1			1
Entretanto								1			1
Embora			1								1
E	7	11	15	19	8	10	14	11	5	5	105
Inclusive								1			1
Logo									1		1
Mas	2	2	2		1	7	2	3	1		20
Mais que						1					1
Não só (apenas)	1	1						1			3
No entanto	1										1
Nem			1			1	1		1		4
ou seja		1		1							2
Portanto	1		1					1		1	4
Porém					1		1	1			3
Por último			1								1
Pois	1	2					1			2	6
Primeiro...segundo		1			2						3
Porque					2	2	3			1	8
Por sua vez								1			1
Por isso									1		1
segundo					1					1	2
Seja...seja								2			2
Se		1		1	1	2	5		1	1	12
Também	2	2	1	1	1			5	1		13
Tampouco									1		1
TOTAL	15	24	27	25	20	27	30	32	18	12	230 / 230

Quadro 15 – Operadores argumentativos encontrados nos artigos de opinião da Folha de S. Paulo

OCORRÊNCIAS – DIÁRIO DO GRANDE ABC											
OPERADORES	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	TOTAL
Agora				1			1				2
Assim		2						1			3
Apesar de			1		1						2
Ainda que					1	1		1			3
Além de	1		1	1							3
Até						1		2			3
Ainda	1		1			1		1	1		5
Ao contrário				1	2						3
Desde que	1										1
Em decorrência					1				1		2
E	4	12	4	8	2	10	6	10	5	8	69
Em que pese			1								1
Enfim								1			1
Finalmente		1									1
Inclusive					2						2
Já					1	1	1			2	5
Mas	5			1		3	2	1			12
Mais que					1						1
Nem						1	1				2
No entanto							1				1
Portanto					2						2
Porém		1				1			1		3
Pois		1									1
Porque						1					1
Por sua vez			1								1
Para isso						1		1			2
Por isso				1						1	2
Se	1				1	3	1	1			7
Sequer					1						1
Segundo	2										2
Também	2		1	1			1				5
Enquanto									1	1	2
Em vez de										1	1
ou seja									1	1	2
TOTAL	17	17	10	14	15	24	14	19	10	14	154/154

Quadro 16 – Operadores argumentativos encontrados nos artigos de opinião do Diário do Grande ABC

O número de artigos correspondente a cada um dos conjuntos que formam o *corpus* de nossa análise é o mesmo, ou seja, dez artigos. Entretanto, a diferença entre o número de operadores encontrado nos enunciados da Folha de S.Paulo (230) e o encontrado nos enunciados do *Diário do Grande ABC* é bastante significativa. Ainda mais significativa é a diferença entre o número de palavras de que são compostos

os artigos da Folha de S. Paulo: 720 palavras por enunciado, quando comparados com o número de palavras dos enunciados do Diário do Grande ABC: 344 palavras por enunciado.

Essas diferenças entre as quantidades encontradas em cada um dos conjuntos possuem uma razão que pode ser explicada relacionando-as ao pluralismo argumentativo existente em cada um dos artigos analisados. Essa relação é apresentada mais à frente na quarta etapa desta análise.

Dos operadores argumentativos encontrados nos exemplares do *corpus*, foram selecionados os principais e apresentadas as suas funções na enumeração colocada a seguir. E para uma apresentação mais esclarecedora, expomos e comentamos também o contexto que envolve a ação desses operadores, ou seja, as conclusões e os argumentos por eles introduzidos. Esses argumentos receberam, cada um, uma numeração (algarismo romano) que corresponde ao artigo de opinião de onde eles se originaram. Desse modo, temos as seguintes funções:

Função 1

Para fazer valer uma determinada conclusão, o articulista pode empregar vários argumentos, dentre esses um se destaca como o mais forte. Esse argumento é assinalado no artigo de opinião pelos seguintes operadores:

❖ Folha de S. Paulo: *Até ; inclusive; Aliás; Por último.*

Exemplos:

“**Por último**, vale a pena refletir sobre o significado de uma eventual decisão contrária do congresso nacional com relação à mensagem” (III). Essa mensagem foi enviada ao congresso nacional pelo presidente da república propondo a entrada da Venezuela no Mercosul. O articulista apresenta uma série de argumentos favoráveis à aprovação e, *por último*, acrescenta a possibilidade de esse país voltar as costas para a América do Sul, retornando ao Caribe no caso de uma decisão contrária.

“..., mas no Brasil, um país no qual a educação **até** agora fracassa, se acredita que a legislação substitui o consenso.” (VII). O articulista, após ter estudado o financiamento internacional da educação, chega à conclusão de que nos países em que a educação dá certo, o consenso social em torno do tema substitui a lei.

“**Inclusive**, o próprio Donahue já afirmou que um dos achados fundamentais da pesquisa é que, ao poderem decidir sobre suas vidas reprodutivas, as mulheres tomam decisões que têm efeitos positivos sobre seus filhos e a sociedade” (VIII). Após expor vários argumentos contrários à descriminalização do aborto, o articulista lança esse que ele considera o mais forte na sua posição, pois tal argumento está presente nas palavras de um defensor do aborto, o pesquisador citado.

“**Aliás**, não era feito dessa forma antes exatamente pela existência daquela contribuição” (X). Derrubada a CPMF, as autoridades se viram na necessidade de outro mecanismo de fiscalização. Coloca-se em questão a constitucionalidade desse novo mecanismo, então o articulista procura justificar a atitude do governo, e lança um argumento final que ele considera o mais forte.

❖ Diário do Grande ABC: *Até; Inclusive*

Exemplos:

“...confirmado **inclusive** pela Pnad-2006, divulgada na semana passada...” (V) É previsto um cenário favorável à previdência social. Essa previsão possui um argumento de autoridade que a confirma e o articulista o enxerga como o mais forte, introduzindo esse argumento com o operador *inclusive*.

“...nas 40 maiores metrópoles, **até** 50% dessa energia é desperdiçada por ineficiência das edificações.” (VIII). O articulista critica o irracional consumo de energia, cita algumas constatações que justificam sua crítica, a mais contundente refere-se às quarenta maiores metrópoles.

Função 2

A situação discursiva verificada no tipo anterior também acontece neste. Mas é preciso considerar também, além do argumento mais forte, os demais argumentos. Nesse sentido, leva-se em conta os operadores que somam argumentos, de afirmação ou negação, em benefício de uma mesma conclusão.

❖ Folha de S. Paulo: *E; Também; Nem; Além de; Ainda, Por sua vez; Tampouco, Não apenas; Ainda.*

Exemplos:

“O episódio repulsivo oferece a oportunidade de avançar no diagnóstico e na solução da crise de representação” (II) – O articulista se refere ao episódio que culminou na absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros, acusado de corrupção. Esse episódio oferece a oportunidade de avanço no exame daquela instituição e no encontro de soluções para a sua crise.

“**Não apenas** por esses episódios de denúncia de corrupção, mas também pela fraude ao pacto federativo. (II)”. “Esses episódios”, são marcados pela corrupção praticada pelo presidente do Senado e, assim, o articulista conclui que a existência do Senado Federal é um *desserviço* ao regime democrático brasileiro.

“**Além disso**, por que não reduzir o mandato senatorial de 8 para 4 anos” (II). Indignado com os episódios de corrupção, o articulista propõe, entre outras medidas, confiar ao Senado somente as funções referentes aos problemas da Federação e do Estado.

“Considerando que o patrimônio foi formado **também** por um aporte oriundo da Caixa Econômica Federal” (I). O MASP tinha acabado de ser assaltado, uma das razões levantadas foi a falta de segurança oriunda da precária condição financeiras da instituição. Alguns setores da sociedade paulista viam a possível intervenção do Estado como solução. Nesse sentido, a articulista aponta um resquício da participação do Estado acontecida no passado. Isso justificaria a interven

“Não parece ser a opção mais inteligente **nem** a que representa a amadurecida condução de política pública tão crucial” (III). O articulista comenta uma possível decisão contrária à inclusão da Venezuela no Mercosul tomada pelo congresso nacional. Condenando tal decisão, ele apresenta uma conclusão duplamente negativa.

“...mantiveram seus filhos nas exclusivas escolas dos ricos e **ainda** recebem dinheiro público para pagar parte da mensalidade” (VI). O projeto do senador Cristovam Buarque, autor deste artigo, criaria uma lei obrigando os filhos dos representantes políticos a estudarem em escola pública. Então, diante da inviabilidade dessa iniciativa, ele soma argumentos favoráveis ao seu projeto.

“...pobre tem filho demais e isso gera mais pobreza que, **por sua vez**, gera violência” (VIII). O articulista supõe essa lógica no raciocínio do governador do Rio de Janeiro que se mostra favorável à legalização do aborto. Assim, o pobre precisa evitar a geração de filhos, pois ela aumenta a violência. O operador (por sua vez) utilizado introduz o argumento para a legalização do aborto.

“Fora da constituição, não há segurança jurídica **nem** esperança para a sociedade. **Tampouco** para a administração pública” (IX). O autor desse artigo critica aquilo que ele considera uma violação do sigilo bancário pela receita federal. Nesse intuito, ele soma argumentos negativos recorrendo a princípios constitucionais. Os operadores são utilizados para introduzir os argumentos referentes às duas instituições nas quais faltaria *esperança*: o judiciário e a sociedade em geral.

❖ Diário do Grande ABC: *E; Também; Ainda; Nem; Além de, Por sua vez, Sequer*

Exemplos:

“**Além de** complicar drasticamente o tráfego, a força-tarefa parou 2000 veículos” (I). Áurea Rangel, a articulista, utiliza esse operador para argumentar que a Polícia

Militar, preocupada com veículos que circulam ilegalmente pelo ABC, não só complicou o tráfego, mas também parou milhares de veículos.

“diante de tanta arrecadação – que permitiria que mandassem ladrilhar ruas com pedrinhas de brilhante - **ainda** existam vias sem condições de tráfego.” (I). A autora desse artigo argumenta que o poder público arrecada o bastante para tratar satisfatoriamente a manutenção das vias públicas, mas estas se mostram em péssimo estado. São duas circunstâncias opostas, a segunda é introduzida pelo operador *ainda*.

“**Por sua vez**, os produtores de cana-de-açúcar devem se antecipar às novas exigências da redução da queima de cana,...” (III). No parágrafo anterior, o articulista fala sobre obrigações que outras pessoas devem cumprir para garantir o incremento dos biocombustíveis, e lembra também dos produtores de cana-de-açúcar cujas obrigações são somadas e introduzidas pelo operador *por sua vez*.

“..., a conta ficará para os trabalhadores que **sequer** entraram no mercado de trabalho” (V). Essa *conta* diz respeito aos descaminhos verificados na instituição previdência social que, caso não se adotem as medidas necessárias, trarão prejuízos enormes aos trabalhadores do futuro.

“Não podemos culpar os bancos **nem** consumidores por estarem aproveitando esta maré” (VI). Esse operador (*nem*) negativo introduz o argumento que inocenta os consumidores na questão do abuso no crédito oferecido pelas lojas

Função 3

Vários artigos de opinião, em ambos os periódicos, apresentaram operadores que funcionam como introdutores de uma conclusão relativa a argumentos colocados em enunciados anteriores.

❖ Folha de S. Paulo: *Portanto; Logo; Pois; Assim; Em suma; Uma vez que, Com isso.*

Exemplos:

“**Assim**, além de casa legislativa, o Senado tinha atribuições de corte judicial” (II). O articulista argumenta que o Senado foi introduzido no Brasil durante o império e ainda carrega sobras do regime monárquico. A isso se deve essas atribuições que serviam “para julgar delitos cometidos por membros da família imperial, ministros, conselheiros, secretários, senadores e deputados”. O operador *assim* introduz a conclusão de que o senador delituoso, Renan Calheiros, deveria ser julgado pela justiça comum e não por um foro especial, que o senado conserva até os nossos dias.

“**Com isso**, não se sugere ignorar a excrescência da sessão e votação secretas” (II). Neste artigo, são propostas mudanças no Senado e o articulista chama a atenção do interlocutor para o fato de que não se está procurando embaçar os reais motivos da crise na casa legislativa. Com esse objetivo, ele espera que o seu leitor abrace a conclusão introduzida pelo operador *com isso*.

“Não é, **portanto**, ‘apenas’ o sumiço das telas de Picasso e Portinari que justifica uma discussão acerca dos destinos do museu paulista” (II). Com essa conclusão, introduzida pelo operador *portanto*, após a colocação de argumentos reveladores da má administração do MASP, o articulista conclui que o roubo das obras de arte se juntou a outras razões para uma intervenção no museu.

“**Em suma**, é lamentável que problemas sociais complexos continuem sendo mesclados nesse afã pela busca de soluções fáceis” (VIII). O articulista está criticando a posição favorável do governador carioca diante da descriminalização do aborto, então argumenta contrariamente a idéia e, na seqüência, coloca a conclusão introduzida pelo operador *em suma*.

“Integra o rol dos direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos brasileiros, **Logo**, não pode ser tisonada por espécie normativa de hierarquia menor, como estamos vendo” (IX). A proteção ao sigilo bancário é garantida pela Constituição Federal. A isso, está se referindo o articulista que conclui afirmando que uma hierarquia menor não afetar essa garantia.

❖ Diário do Grande ABC: *Portanto; Pois; Em decorrência; Enfim; Finalmente.*

Argumentos:

“**Finalmente** poderá haver um pouco mais de justiça social às comunidades carentes” (II). Nesse artigo, o autor propõe mudanças nas leis de incentivo à cultura e, assim, argumenta apontando circunstâncias mais favoráveis à inclusão de uma imensa faixa da população. Então ele acrescenta, utilizando-se do operador *finalmente*, a conclusão que extraímos do seu enunciado.

“a lei Rouanet, porém, está longe de ser considerada democrática, **pois** apresenta distorções e elas precisam ser corrigidas” (II). Trata-se de uma lei que procura incentivar a atividade cultural, mas o autor acena com a possibilidade de melhoras nessa lei para torná-la democrática. Com esses termos, o articulista afirma que a lei não é democrática, ele precisa provar esse juízo. Para tanto, lança uma conclusão introduzida pelo operador *pois*.

“No futuro, o número de adultos ativos inseridos no mercado de trabalho e, **portanto**, contribuintes da previdência social, pode ser insuficiente para fazer frente aos valores dos benefícios a serem pagos aos aposentados e pensionistas” (V). O articulista percebe que a população brasileira está envelhecendo e o número de contribuintes está diminuindo. Com essa visão, ele utiliza o operador *portanto* para introduzir uma conclusão pessimista.

“Para isso, é preciso coragem para examinar temas estratégicos, ainda que considerados delicados pela sociedade e, **em decorrência**, pelos participantes do

Fórum” (V). O ministro da previdência escreveu esse artigo e afirma que os temas a serem tratados na sua área envolvem medidas consideradas antipáticas pela sociedade. Se a sociedade se antipatiza com esses assuntos, é preciso cautela ao tratar dos mesmos, pois é ela que elege os governantes por meio do voto. Daí o uso do operador *em decorrência*, para concluir que os participantes do Fórum são membros da referida sociedade.

“**Enfim**, agora é o momento de tomar as decisões corretas para que salvemos alguma coisa do nosso futuro” (VIII). Após citar uma série de medidas que devem ser tomadas pelas autoridades e pela população em geral, no trato com o meio ambiente e a vida saudável de São Paulo, o articulista conclui, fazendo uso do operador *enfim*, que chegou a hora de salvar alguma coisa do ambiente saudável.

Função 4

Foram encontrados argumentos alternativos que conduzem a conclusões diferentes ou opostas. Tais argumentos têm seus próprios operadores que os introduzem, como mostram os exemplos encontrados.

❖ Folha de S. Paulo: *Seja...seja*.

Exemplos:

“...**seja** por motivações eugênicas, **seja** como caminho para solucionar problemas sociais complexos” (VIII). O autor está enumerando as razões que levaram autoridades a adotarem políticas de controle da natalidade, essas razões se alternam em argumentos introduzidos pelo operador *seja...seja*. Qualquer desses argumentos, para o articulista, não valida a descriminalização do aborto. porque terminaram em fracasso quando postos em prática.

Obs.: No Diário do Grande ABC, levando em conta o *corpus* estabelecido, não encontramos esse operador.

Função 5

Tendo em vista uma determinada conclusão, o articulista lança mão de operadores que estabelecem relações de comparação entre os elementos.

❖ Folha de S. Paulo: *Mais que*

Exemplo:

“De lá para cá, a porcentagem foi reduzida para 13%, mas o total de analfabetos **mais que** dobrou” (VI). O articulista compara o início do regime republicano com os dias atuais e dá uma superioridade negativa ao período atual servindo-se do operador *mais que*.

❖ Diário do Grande ABC: *Menos que*.

Exemplo:

“E a expectativa dos técnicos é a de que, nas próximas décadas, fique em **menos do que** dois filhos por mulher” (V). Nos anos de 1960, a mulher brasileira gerava em média 6,2 filhos. Esse período é comparado com a época atual, em que a mulher brasileira gera 2,0 filhos. Portanto, o número de trabalhadores contribuintes da previdência diminuiu ano a ano. O operador *menos do que* introduz o argumento que comprova a expectativa de *déficit* na previdência no futuro.

Função 6

Na produção de seu artigo, freqüentemente o articulista busca justificar ou explicar um enunciado colocado anteriormente. Nesse intuito, ele utiliza operadores que introduzem a adequada justificativa ou explicação relativa àquele enunciado.

❖ Folha de S. Paulo: *Porque; Pois*.

Exemplos:

“**Pois** sobre a vontade da câmara de aprovar prevalece a vontade do Senado de rejeitar” (II). O enunciado anterior cuja explicação é introduzida pelo operador *pois*, afirma que o Senado, como Casa revisora, possui mais poder que a Casa dos representantes do povo, a Câmara Federal. O autor desse artigo foi deputado federal.

“A relação entre meu estudo e o de Levitt é que o aborto reduz a criminalidade, em grande medida, **porque** reduz esses fatores” (V). Hatung, o autor desse artigo, comenta o trabalho de Levitt sobre a criminalidade em filhos indesejados nos Estados Unidos. O articulista observa relação entre o seu trabalho e o do norte-americano, ambos consideram que o aborto diminui a criminalidade. Em vista dessa perspectiva, o autor cita alguns fatores que motivam a criminalidade, dentre eles a proporção de filhos nascidos de mães adolescentes e outros semelhantes. Esses fatores são reduzidos e, por isso, a criminalidade também é reduzida com a legalização do aborto, a exemplo do que ocorreu na nação norte-americana. Hatung faz uso do operador *porque* para dar essa explicação em seu enunciado..

❖ Diário do Grande ABC: *Porque; Pois*

Exemplos:

“...está longe de ser considerada democrática, **pois** apresenta distorções” (II). Na primeira oração, o articulista refere-se a uma lei de incentivos culturais, a lei Rouanet, dizendo ser ela não democrática. Para justificar essa proposição, o autor utiliza o operador *pois* que introduz a explicação.

“Sim, **porque**, nos EUA, a participação das cooperativas no sistema financeiro nacional é de 9,1 % e a penetração é de 43%” (VI). Nesse artigo, o articulista critica o grau de participação das cooperativas no sistema financeiro brasileiro, mas elogia essa participação na nação norte-americana e procura explicar esse contexto com o operador *porque* que introduz a justificativa.

Função 7

Nos dois periódicos, encontramos artigos de opinião nos quais estão presentes operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias.

❖ Folha de S. Paulo: *Mas; Porém; Contudo; No entanto; Embora; Ainda que; Entretanto*

Exemplos:

“**Mas** o que mais importa é constatar que a existência do Senado Federal é um desserviço à democracia brasileira.” (II). Nos parágrafos anteriores, uma vez deputado, o articulista comenta erros em seu próprio partido durante o julgamento do senador Renan Calheiros. Erros que toda a nação tomou conhecimento e foram comentados e analisados por toda a mídia, mas o deputado articulista afirma que tais erros representam algo insignificante. O Senado, como instituição que presta um “desserviço à democracia brasileira” , é que deve ser colocado como o verdadeiro vilão e deve ser extinto. Assim, no enunciado, o autor contrapõem a importância da constatação do desserviço praticado pelo Senado Federal, introduzindo-o com o operador *mas*, com a importância dos erros de seu partido

“O patético episódio, **no entanto**, não deixa de oferecer uma oportunidade para intensificar um debate que se trava aqui e ali” (I). O autor inicia o texto minimizando a importância do assalto ao MASP, pois isso é algo comum em todo o mundo. Ele reconhece, entretanto, que esse fato desencadeia uma intensificação dos debates sobre os problemas enfrentados pelo museu. Portanto, o articulista contrapõe dois fatos: o roubo das obras e o debate sobre a crise administrativa do museu. Para isso, ele faz uso do operador *no entanto*.

“Os argumentos contrários à aprovação da mensagem são na maioria das vezes puramente ideológicos e, **embora** controversos, até têm sua razão de ser. São, **contudo**, irrelevantes para a matéria em discussão” (III). Nesse trecho do enunciado, a articulista faz uso de dois operadores, *embora* e *contudo*. Com o primeiro, ele introduz a afirmação de que os argumentos contrários à aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul são controversos contrapondo-se com o fato de terem “sua razão de ser”. Já com o segundo, ele introduz a afirmação de que os argumentos dos que se opõem à mensagem são “irrelevantes para a matéria em discussão”.

“**Porém**, o objetivo de nenhum desses trabalhos é justificar a legalização do aborto” (V). O operador *porém*, introduz uma contraposição à afirmação de que os trabalhos sobre filhos indesejados tratados no artigo, apesar de afirmarem que a legalização do aborto diminui a criminalidade, não justificam essa legalização.

“**Apesar do** seu regime republicano, o Brasil ainda não é uma república” (VI). Nesse artigo, o operador *apesar de* introduz o argumento que afirma ser republicano o regime brasileiro, que se contrapõe ao fato de o país não ser uma república. Para o articulista, a principal evidência dessa contradição “é a separação educacional, berço da desigualdade e do abismo social”.

“**Entretanto**, é preciso sublinhar que, historicamente, as políticas de controle da fecundidade que fizeram recurso ao aborto de maneira instrumental, seja por motivações eugênicas, seja como caminho para solucionar problemas sociais complexos, não apenas foram condenadas como abuso dos direitos mas também não tiveram os resultados esperados”. (VIII). Apesar de reconhecerem o fato de que o governador do Rio de Janeiro tem razão ao considerar “o aborto como um grave problema de saúde pública”, os articulistas, Martine e Corrêa, contrapõem a posição desse executivo estadual referindo-se a experiências anteriores que são introduzidas pelo operador *entretanto*.

“...**ainda que** movimentadas em montante globais inferiores aos limites estabelecidos”. (IX) Nesse artigo, o autor critica a fiscalização de operações financeiras, após o término da CPMF. As instituições financeiras devem prestar conta por um determinado montante estabelecido operado pelo cidadão. Mesmo que o cidadão opere, por meio das instituições financeiras, um “montante inferior ao estabelecido”, elas deverão prestar contas. Assim, o articulista utiliza o operador *ainda que* para contrapor o limite estabelecido ao montante que os bancos devem prestar contas.

❖ Diário do Grande ABC: *Mas, Porém; No entanto; Ainda que; Apesar de; Em que pese, Ao contrário*

“**Mas** o poder público também não cumpre o seu papel e nos nega esse direito” (I). Aqui, a articulista aponta o comportamento do poder público na conservação das ruas e avenidas e constata insatisfações. Desse modo, a autora vê uma contradição na fiscalização desse poder. O operador *e* tem o significado de *mas*, pois o poder público *também* não cumpre o seu dever, portanto não tem moral para fiscalizar o cidadão. Já o operador *mas*, cumpre normalmente a sua função, pois aponta uma contradição entre o que o Estado exige do cidadão e o que essa instituição pratica.

“No âmbito Federal a lei Rouanet, **porém**, está longe de ser considerada democrática” (II). Com o operador *porém*, o articulista introduz a contraposição entre a lei estadual, que se mostra com espírito democrático, e a lei federal que se mostra distante das pretensões democráticas. São leis que cuidam de incentivos culturais.

“A cana-de-açúcar é um fenômeno. **Apesar de** ocupar apenas 2% das terras aráveis do país, encerrou 2007 como o terceiro item em termos de valor bruto da agropecuária” (III). O operador *apesar de* é utilizado, aqui, para introduzir a contradição, ou desproporção, entre o espaço utilizado pelo plantio de cana-de-açúcar e o produto conseguido, traduzido em *valor bruto da agropecuária*,

“**Em que pese** essa euforia, é preocupante o descompasso entre a oferta e a demanda” (III). O articulista está se referindo ao otimismo predominante na produção do álcool, mas preocupa-se com o *descompasso entre a oferta e a demanda* no mercado. O operador *em que pese* introduz essa contraposição.

“..., **ao contrário**, nos últimos quatro anos o valor de desonerações fiscais superou em muito o aumento de tributos” (IV). O articulista busca responder a vozes anteriores que responsabilizam o atual governo pelos aumentos nas arrecadações

tributárias, que seriam gerados por aumento de impostos. Ele reage, introduzindo uma argumentação oposta com o operador *ao contrário*.

“Para isso é preciso coragem para examinar temas estratégicos, **ainda que** considerados delicados pela sociedade.” (V) Esses temas estratégicos são relativos a reforma previdenciária, cujo déficit sugere mudanças antipáticas à população. Aqui temos a necessidade de discutir temas que a sociedade evita tratar, contradição introduzida com o operador *ainda que*.

“**No entanto**, quando os governantes estão a serviço de interesses duvidosos...” (VII). O autor comenta a existência de leis que garantem a preservação do meio ambiente. Ele utiliza o operador *no entanto*, para introduzir situações em que de nada vale a existência das referidas leis, é o caso do governante desonesto.

Função 8

O *corpus* apresenta operadores cuja função é introduzir no enunciado conteúdos pressupostos.

❖ Diário do Grande ABC: *Agora, Já*

Exemplos:

“...**agora** fortalecida com a unificação da Receita Federal com a Receita Previdenciária” (IV) O Operador *agora* introduz o pressuposto de que houve a incorporação da Receita Previdenciária à Receita Federal. Essa união teria dado uma maior eficiência aos processos de arrecadação e, assim, responderia pelos aumentos observados na receita.

“A Pnda registrou continuidade da tendência de desaceleração do crescimento populacional **já** registrada nos anos anteriores.” (V) O operador *Já* introduz o pressuposto de que levantamentos anteriores sobre o crescimento populacional foram realizados. Portanto, o registro apresentado pelo Pnda apenas confirmou uma tendência.

Obs.: Nos artigos da Folha, esse operador não foi encontrado.

Função 9

Operadores que introduzem enunciados que estabelecem uma condição para a efetivação ou realização de outros enunciados.

❖ Folha de S. Paulo: *Se; Na hipótese*

Exemplos:

“A absolvição do senador Renan Calheiros pode contribuir, paradoxalmente, para aperfeiçoar a democracia **se** a reflexão sobre o escândalo transpuser as considerações de caráter circunstancial” (I). O operador argumentativo se introduz a condição necessária para um aperfeiçoamento democrático do senado, imaginado pelo articulista. Desse modo, o autor do artigo consegue enxergar benefícios no escândalo em que o senador se envolveu.

“Não se satisfaz em romper os limites de duvidosa constitucionalidade traçados pela lei complementar e pelos decretos que a regulamentaram: dispôs, no artigo 2º, que, **na hipótese** em que o montante global movimentado por semestre referente a uma modalidade de operação financeira discriminada no parágrafo 5º da lei complementar 105/2001 for superior a R\$ 5000 (caso pessoa física) ou R\$10 mil (por pessoa jurídica), as instituições financeiras deverão prestar informações relativas às demais modalidades de operação, ainda que movimentadas em montante globais inferiores aos limites estabelecidos” (IX). O operador *na hipótese* introduz uma condição para que as instituições financeiras sejam obrigadas a prestar informações relativas a determinadas modalidades de operação.

❖ Diário do Grande ABC: *Se, desde que.*

Exemplos:

“Como fica claro, o motorista não se importa em pagar. **Desde que**, como qualquer consumidor, receba por isso.” (I). O articulista exhibe uma pesquisa (Artesp) em que 95% dos entrevistados aprovam o Programa de Concessões no Estado, ou seja, a

privatização de estradas com a cobrança de pedágio. Nas duas primeiras orações, o articulista mostra um comportamento do usuário da estrada e, na última oração do período, exhibe a condição exigida, introduzida pelo operador *desde que*, para que tal comportamento se efetive.

“talvez boa parte dos que burlam a legislação deixasse de fazê-lo **se** não se sentisse roubado em seus direitos” (I). Nas primeiras orações, o articulista se refere aos motoristas que têm seus veículos com placas de outros estados. Ele justifica esse comportamento ilegal expondo uma condição, introduzida pelo operador *se*, que não é satisfeita pelas autoridades segundo o seu juízo.

Função 10

Certas conclusões são apresentadas como conseqüências de argumentos que funcionam como causas. Essas conclusões são introduzidas pelos seguintes operadores.

❖ Folha de S. Paulo: *Por isso*

Exemplo:

“Por fim, a instrução normativa, se aplicada, irá promover a quebra generalizado do sigilo bancário de inúmeros correntistas, E, **por isso**, é inconstitucional” (IX). O articulista, ao longo do texto, argumenta contra as medidas adotadas para a fiscalização das movimentações financeiras após o término da CPMF e, concluindo o enunciado, aponta uma conseqüência, introduzida pelo operador *por isso*, marcada pela inconstitucionalidade da quebra de sigilo bancário.

❖ Diário do Grande ABC: *Por isso*

Exemplo:

“Na administração pública, os gastos correntes tendem a ganhar de goleada dos gastos com investimentos. É **por isso** que a escolha das políticas públicas precisa ser bem equilibrada” (IV). No primeiro período, o articulista argumenta afirmando que a administração pública emprega os recursos arrecadados quase que

totalmente em gastos correntes. Como consequência, introduzida pelo operador *por isso*, as políticas públicas necessitam de um equilíbrio mais apurado.

Função 11

Quando o articulista recorre a argumentos de propriedade alheia, ele os introduz com os seguintes operadores:

❖ Folha de S. Paulo: *De acordo com; Segundo; Alguém já disse.*

Exemplo:

“**Segundo** o estudo, metade da redução de 40% nas taxas de crimes violentos e cerca de um terço da redução de 30% nas taxas de crime contra o patrimônio de devem a legalização do aborto” (V). Aqui, o articulista introduz, com o operador *segundo*, um esclarecimento sobre o trabalho seminal de Steven Levitt, que atribui a queda da criminalidade nos Estados Unidos à legalização do aborto.

“**De acordo com** essa e várias outras definições, o senador Critovam Buarque é um homem imprescindível” (VII). A definição, referida ironicamente pelo articulista com o pronome demonstrativo *essa*, é de propriedade de Bertold Brecht. Trata-se, portanto, de um argumento alheio que o autor utiliza, antepondo o operador *de acordo com* para “elogiar” o senador.

“**Alguém já disse** que uma vida pode ser escrita a partir dos cheques emitidos e das compras com cartão de crédito” (IX). O argumento, introduzido pelo operador *alguém já disse*, pertence à pessoa não revelada no enunciado. Para o articulista, a quebra do sigilo bancário do correntista, cuja vida seria exposta a todos, é nociva para todos os cidadãos.

❖ Diário do Grande ABC: *Segundo.*

Exemplo:

“**Segundo** dados da secretária da fazenda, o Estado deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão por conta deste tipo de fraude”. Nesse período, encontramos um argumento alheio que é introduzido pelo operador *segundo*. Esse argumento pertencente não a uma

pessoa, mas a uma instituição, uma secretaria de estado que revela uma perda de recursos em função da atitude desonesta de proprietários de veículos

Com a apresentação das onze funções colocadas acima, encerramos essa primeira parte dos níveis de análise lingüística, o sexto passo da metodologia proposta por Bhatia (1993). Na próxima etapa prosseguimos analisando, ainda, os elementos lingüísticos.

3. 4 Quarta etapa: estrutura retórica e pluralismo argumentativo

Dois aspectos de importância são aqui abordados. O primeiro diz respeito à distribuição das informações predominante nos exemplares do *corpus* que realizam os artigos de opinião selecionados. Uma vez encontrada essa distribuição, teremos a nossa disposição a estrutura retórica desse gênero, reveladora do propósito comunicativo. Esse último, auxiliado por outros elementos, permitirá a identificação do artigo aqui em análise. O segundo aspecto de importância refere-se à argumentação que sustenta a posição do articulista em seu enunciado. Quatro tipos de argumento são apresentados, os quais se dividem em argumentos convergentes ou divergentes da posição assumida pelo articulista com relação ao tema abordado em seu artigo de opinião. Esse último será considerado de argumentação *ampla* se forem encontrados tanto argumentos convergentes como divergentes no enunciado que o realiza. Caso o enunciado contenha apenas argumentos convergentes, sua argumentação será considerada *restrita*.

Tendo em vista a apresentação de uma proposta da organização retórica dos artigos de opinião, procedeu-se a uma análise da distribuição das informações em cada um dos 20 exemplares. Para tanto, usando modelo CARS de Swales (1990), adotou-se a terminologia de Biasi-Rodrigues (1998): *unidades retóricas* e *subunidades*. As primeiras representam blocos de textos maiores que não estão necessariamente estabelecidos num mesmo parágrafo ou frase, mas que contêm informações significativas dentro da estrutura global de um gênero. Já as segundas,

as subunidades, são partes que integram os movimentos e podem ser opcionais ou obrigatórias. Souza (2002), utilizando o modelo acima referido, detectou um *padrão* revelado pelos dados de sua pesquisa para a descrição da organização retórica de editoriais de jornais. A seguir, no quadro 13, coloca-se a descrição da estrutura retórica de editoriais feita por Souza (2002):

Unidade retórica 1 – Indicação do tema
Unidade retórica 2 – Apresentação da tese
Unidade retórica 3 – Explicação da tese
Unidade retórica 4 – argumentação sobre a tese
Subunidade 1 – argumentos convergentes e/ou
Subunidade 2 – argumentos divergentes
Unidade retórica 5 – Indicação da posição do jornal

Quadro 17 – Estrutura retórica de editoriais (Souza, 2002)

Também utilizaremos as contribuições de Beltrão (1980), expostas no capítulo 2, que sustenta a idéia de que a estrutura narrativa do artigo é semelhante à do editorial. Essas perspectivas, encontradas em Swales, Bhatia e Beltrão, além das nossas próprias observações, minimizam as fronteiras entre o editorial e o artigo de opinião, e sugerem a utilização de tal modelo. Mas as diferenças existem, portanto, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Assim, procura-se deixar claro que o editorial traz a posição do grupo empresarial, que responde pelo jornal, e não é assinado. Já o artigo de opinião carrega a posição individualizada de um articulista colaborador e é assinado. Além disso, também se notam diferenças com relação à forma: para a produção do artigo de opinião, o articulista faz uso de uma linguagem mais coloquial do que aquela empregada no editorial. Contudo, ambos são definidos como gêneros opinativos e possuem algumas características em comum.

As diferenças observadas não afetam as semelhanças existentes entre as estruturas desses gêneros, como será examinado a seguir. Nesses termos, respeitando as diferenças entre os dois gêneros do domínio jornalístico, e fazendo as adaptações necessárias, prosseguiremos com o uso do Modelo CARS.

Primeiramente, expomos as seqüências observadas na distribuição das informações (organização retórica) contidas em cada um dos artigos da Folha de S. Paulo (quadro 18) e do Diário do Grande ABC (quadro 20). A colocação de cada informação, relativa a sua posição no desenvolvimento do artigo, é indicada por um numeral ordinal do 1^a ao 5^a. Desse modo, passamos a expor a distribuição de informações encontradas nos artigos de opinião publicados pela Folha de S. Paulo e selecionados aleatoriamente para esta pesquisa entre setembro de 2007 e março de 2008.

DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES – FOLHA DE S. PAULO					
Artigos de opinião	Indicação do tema	Apresentação da tese	Explicação da tese	Argumentação sobre a tese	Indicação da posição do articulista
I	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
II	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
III	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
IV	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
V	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
VI	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a
VII	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a
VIII	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a
IX	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
X	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a

Quadro 18– Estrutura Retórica de cada um dos artigos da Folha de S. Paulo constante do *corpus*

O quadro 18 exhibe cada uma das informações trazidas nos exemplares dos artigos de opinião divulgados pela folha de S. Paulo. Referimo-nos ao artigo pelo seu número correspondente (algarismo romano), na primeira coluna à esquerda. A ordem em que se apresentam as informações, no artigo, é colocada na horizontal. A organização retórica predominante nos exemplares acima considerados é aquela correspondente aos artigos I, II, III, IV, V e IX, ou seja, 60% dos exemplares. Outra seqüência foi encontrada no *corpus*, dizendo respeito aos artigos VI, VII, VIII e X que representam 40% dos artigos de opinião publicados pela Folha de S. Paulo e constantes do *corpus* considerado. Como resultado dessa análise, temos a seguir o quadro 19 exibindo a organização retórica padrão encontrada nos exemplares de artigo de opinião do periódico em questão:

Unidade retórica 1: indicação do tema
Unidade retórica 2: apresentação da tese
Unidade retórica 3: explicação da tese
Unidade retórica 4: argumentação sobre a tese
Subunidade 1: argumentos convergentes e/ou
Subunidade 2: argumentos divergentes
Unidade retórica 5: indicação da posição do articulista

Quadro 19– Estrutura retórica do artigo de opinião da Folha de S. Paulo

Comparando a estrutura retórica do editorial encontrada por Souza (2002) com a estrutura retórica do artigo de opinião publicado pela Folha de S. Paulo, no quadro 19, depara-se com uma notável semelhança entre as distribuições de informações nesses dois gêneros opinativos. É necessário, agora, saber se o mesmo ocorre com o outro periódico selecionado. Desse modo, a análise prossegue, agora com os artigos de opinião publicados pelo Diário do Grande ABC.

DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES - DIÁRIO DO GRANDE ABC					
Artigos de opinião	Indicação do tema	Apresentação da tese	Explicação da tese	Argumentação sobre a tese	Indicação da posição do articulista
I	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a
II	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a
II	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
IV	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
V	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
VI	1 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	5 ^a
VII	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
VIII	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
IX	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
X	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a

Quadro 20 – Organização Retórica de cada um dos artigos do Diário do Grande ABC

O quadro 20 traz a ordem em que as informações aparecem distribuídas em cada um dos exemplares de artigo de opinião divulgados pelo jornal Diário do Grande ABC que complementam o *corpus* deste trabalho. Em 70% dos artigos (III, IV, V, VII, VIII, IX e X) encontramos a seqüência 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, também predominante na Folha de S. Paulo. A seqüência 1º, 3º, 2º, 4º e 5º está presente em apenas 30% dos artigos (I, II, VI). O padrão de organização retórica encontrado neste jornal, portanto, coincide com o encontrado na Folha de S. Paulo, ilustrado no quadro 6.

Terminada essa parte da análise que objetivou estudar a interpretação da distribuição das informações nos artigos de opinião, publicados em dois jornais produzidos na Grande S. Paulo, passa-se agora ao estudo das colocações da argumentação nesses artigos.

O pluralismo argumentativo no artigo de opinião

O estudo da argumentação nos artigos fornece subsídios para a afirmação da presença ou ausência de pluralismo argumentativo no artigo de opinião. Assim, os argumentos podem ser convergentes e/ou divergentes da posição assumida pelo articulista. Tal posição é apresentada com pluralismo argumentativo quando há a presença de ambos os argumentos.

Evidentemente, quando o articulista apresenta um argumento contrário a sua posição, ele possui outros para refutar a posição contrária e sustentar a sua. Munido de tais recursos, ele não omite as posições contrárias a sua. Ao contrário, expõe ao interlocutor os argumentos contrários à tese defendida, se, realmente, pretende persuadi-lo da validade de suas idéias. Pois, na hipótese de o leitor ter conhecimento desses argumentos contrários e o articulista não se der ao trabalho de refutá-los, a posição defendida no artigo cairá por terra.

Pesquisadores do EMR (Ensino Médio em Rede) investigaram o trabalho de estudiosos da argumentação, e constataram a proposta de diferentes classificações

de argumentos. Então eles decidiram, em seu trabalho *Seqüência Didática – Artigo de Opinião* (Barbosa, 2000), apresentar os seguintes tipos de argumentos:

- *argumento de autoridade* – o articulista defende uma posição sustentada pela citação de uma fonte digna de confiança; pode se tratar de um especialista no tema ou dados de instituições;
- *argumento de princípio* – a justificativa é legítima e o articulista apela a princípios, o que faz isso faz sua posição se tornar quase que incontestável;
- *argumento por causa* – o articulista emprega tal argumento, quando a justificativa e a posição possuem uma reversibilidade plausível;
- *argumento por exemplificação* – a justificativa remete a exemplos que se comparam àquilo que o articulista tem a intenção de sustentar.

Pudemos verificar, nesta pesquisa, a ocorrência desses argumentos nos enunciados dos artigos de opinião selecionados. Primeiramente, procedeu-se ao exame dos textos correspondentes ao material publicado pela *Folha de S. Paulo*, tendo em vista os tipos de argumentos nele encontrados, além da orientação argumentativa, que pode apresentar, de acordo com a situação contextual, uma atitude de divergência ou convergência com a afirmação da tese e da posição do articulista e, assim estabelece ou não um pluralismo argumentativo. O quadro 17, com os exemplares da Folha de S. Paulo, reflete o resultado desse exame:

ARTIGOS DE OPINIÃO – FOLHA DE S. PAULO						
Artigo	Tipo de argumento				Tendência argumentativa	
Nº	Autoridade	Princípio	Causa	Exemplificação	Convergente	Divergente
I		x	x	x	x	x
II	x	x	x		x	x
III	x	x	x		x	x
IV		x	x	x	x	x
V	x	x	x	x	x	x
VI	x	x	x		x	x
VII	x	x	x		x	x
VIII	x	x	x	x	x	x
IX	x	x	x		x	x
X	x	x	x		x	x

Quadro 21 - Tipo de Argumento e Orientação Argumentativa - artigos da Folha de S. Paulo

No quadro 21, exibe-se o exame realizado nos artigos de opinião publicados pela *Folha de S. Paulo*, no momento em que se objetivou conhecer os tipos de argumento, assim como o caráter convergente ou divergente da orientação argumentativa, presentes nesses artigos. Pode-se notar que, em todos os artigos, 100% dos casos, encontra-se a presença do argumento de causa e também do argumento de princípio. Quanto ao argumento de autoridade, está presente em 80% dos artigos. Já o argumento de exemplificação aparece em 40% desses textos.

Quanto à caracterização dos argumentos, no que diz respeito à orientação argumentativa, se convergente ou divergente, pode-se afirmar que, de acordo com o quadro acima, na totalidade dos gêneros artigos de opinião publicados pela Folha de São Paulo são apresentadas ou consideradas vozes que contradizem a posição do articulista. Desse modo, todos os artigos (100%) considerados no *corpus* da pesquisa empreendida por este trabalho apresentam uma orientação argumentativa ampla, o que caracteriza o pluralismo argumentativo. Já os artigos de opinião com orientação argumentativa restrita ao ponto de vista do articulista, com a ausência de vozes contrárias às desse locutor, não se fazem presentes nesta parte do *corpus*.

Passemos, agora, ao exame dos exemplares do jornal *Diário do Grande ABC*:

ARTIGO DE OPINIÃO – DIÁRIO DO GRANDE ABC						
Artigo	Tipos de argumento				Orientação argumentativa	
Nº	Autoridade	Princípio	Causa	Exemplificação	Convergente	Divergente
I	x	x	x		x	x
II		x	x	x	x	
III	x	x	x		x	x
IV	x	x	x		x	
V	x	x	x		x	
VI		x	x	x	x	
VII	x	x	x		x	
VIII	x	x	x		x	
IX	x	x			x	
X		x	x	x	x	

Quadro 22 – Tipos de Argumento e Orientação Argumentativa - artigos do Diário do Grande ABC

Como se observa no quadro 18, o argumento *de princípio* está presente em 100% dos artigos selecionados. Essa mesma porcentagem ocorre também com o de *causa*. Já o argumento de *autoridade* tem sua presença em 60%, e o argumento de *exemplificação* aparece apenas em 30%. Desse modo, os argumentos de princípio e de causa predominam na argumentatividade dos artigos de opinião publicados pelo Diário do Grande ABC selecionados.

No que concerne ao caráter de convergência ou divergência da orientação argumentativa, nota-se que apenas 20% dos artigos publicados pelo Diário do Grande ABC apresentam vozes contrárias à do articulista, vozes divergentes da sua posição, apontando para uma orientação argumentativa ampla. O restante, 80% dos artigos, não abre espaço para vozes contrárias, manifestando uma orientação argumentativa restrita, marcada pela convergência com o ponto de vista do articulista. Portanto, os exemplares estudados desse periódico, em sua maioria, não apresentam o pluralismo argumentativo.

A Folha de S.Paulo circula num espaço físico de dimensões superiores ao espaço físico por onde circula o Diário do Grande ABC. Enquanto o primeiro periódico atende a todo o território nacional brasileiro, o segundo está limitado à região do ABC paulista. Desse modo, o jornal de circulação nacional tem os seus artigos chegando ao julgamento de um número maior de interlocutores que o jornal de

circulação regional. Portanto, o articulista do periódico de circulação nacional, ao produzir seu enunciado colocando suas opiniões sobre um determinado tema, precisa ter plena consciência da abrangência que as suas palavras ganham, no que diz respeito ao número de pessoas e instituições, com as quais ele estabelece uma interação.

Nessas últimas circunstâncias em que o articulista está envolvido, ele se vê coagido a responder a maioria das futuras reações imagináveis entre os seus interlocutores e mais aquelas já manifestadas de uma forma ou de outra. Por sua vez, o jornal de circulação regional tem o seu articulista interagindo com um número menor de pessoas e instituições e, assim, deve responder a um número de reações também menor. Por isso, o *Diário do Grande ABC* apresenta artigos de opinião com palavras e operadores argumentativos em números menores aos que são apresentados pela *Folha de S. Paulo*.

O artigo de opinião, de acordo com o exposto sobre a circulação dos jornais, manifesta o dialogismo a que Bakhtin (1997) se refere em *Estética da criação verbal*. As dimensões do artigo, quanto ao número de palavras e ao número de operadores argumentativos, são proporcionais ao número de interlocutores, aos quais o produtor do artigo é coagido a dar respostas, se realmente tiver o propósito comunicativo de persuadi-los de suas convicções.

Essas respostas dadas pelo articulista estabelecem o dialogismo no enunciado, que pode ser marcado, como vimos, pelo pluralismo argumentativo, se o autor responde tanto aos argumentos favoráveis à sua posição quanto aos contrários. Não há pluralismo argumentativo quando o autor responde somente às vozes favoráveis ao seu ponto de vista. No primeiro caso, o número de palavras utilizado pelo articulista, assim como o número de operadores argumentativo, é maior e a tarefa de convencer os leitores, mais trabalhosa. No segundo, a tarefa é menor e menos

trabalhosa, pois o número de interlocutores diminui e, assim, o número de questões a serem respondidas.

As características que descrevemos dos artigos de opinião, pertencentes ao *corpus* e publicados pelo jornal Folha de S. Paulo, permitem que classifiquemos esses artigos como possuidores de pluralismo argumentativo. Já os artigos de opinião publicados pelo Diário do Grande ABC, no tocante ao número de palavras e ao número de operadores argumentativos, não possuem pluralismo argumentativo. Assim, os artigos publicados pela Folha de S. Paulo exibem uma argumentação ampla, enquanto os artigos do Diário do Grande ABC, uma argumentação restrita.

3. 5 Quinta etapa: a palavra dos especialistas da esfera jornalística

O passo final proposto por Bhatia (1993) corresponde às informações obtidas junto a especialistas da esfera jornalística. Para executá-lo, entramos em contato com alguns produtores do gênero aqui em questão, ou seja, articulistas e editores. Desses profissionais da esfera jornalística foram obtidas informações sobre o contexto de produção, caracterização do colaborador do jornal, às vezes na condição de colunista, às vezes na condição de articulista convidado, ou como articulista que oferece seu artigo espontaneamente.

Para pôr em prática a entrevista com esses especialistas experimentados na área e editores que se responsabilizam pela publicação dos artigos, recorreremos ao *e-mail* desses profissionais, que obtivemos junto à redação de cada um dos periódicos selecionados. Não elaboramos uma entrevista longa: foram apenas três perguntas que seis entrevistados responderam a contento, escrevendo suas repostas.

Atendendo ao objetivo desta pesquisa, por meio da primeira pergunta levantamos as exigências feitas pelas empresas jornalísticas para que uma opinião possa ser colocada nas páginas de seu jornal. Com a segunda questão, procurou-se saber como o leitor é levado em conta tanto como pelo articulista no que diz respeito às

reações, positivas ou negativas, desse interlocutor. Com a terceira pergunta, a nossa intenção era saber de quem, geralmente, parte a iniciativa para a produção de um artigo de opinião a ser publicado. A seguir, no quadro 19, expomos as perguntas feitas aos especialistas:

- 1 – Há critérios previamente estabelecidos pelas instituições jornalísticas que condicionam a publicação do artigo? No caso de resposta positiva, descreva rapidamente esses critérios.
- 2 – Quais são as ações previstas na publicação de um artigo de opinião no que diz respeito à interação entre o colaborador e os leitores?
- 3 – Na maioria das vezes a empresa jornalística propõe um tema e convida o colaborador a escrever um artigo, ou ele surge espontaneamente com o artigo pronto para ser publicado?

Quadro 23 – Entrevista realizada com especialistas da esfera jornalística

Aqui, inicialmente, comentamos as respostas dos editores e articulistas, abordando-as mais diretamente logo na seqüência, quando se leva em conta a ordem em que essas perguntas foram colocadas. Desse modo, há articulistas que, segundo suas palavras, escrevem o que querem e sem nenhuma interferência, com plena liberdade até para discordar da posição do jornal que serve como suporte para seus artigos. Outros articulistas, não discordando daqueles, mas com uma atitude mais racional afirmam que, apesar de estarem já há algum tempo em uma página nobre do jornal, como é o caso da página A 2 da *Folha de S. Paulo*, em nenhum momento a direção vetou, censurou ou modificou qualquer de seus artigos.

Entretanto, esses últimos articulistas acreditam que há critérios universais, como, por exemplo, o espaço do jornal não poder ser usado para denegrir a honra de ninguém; para difundir aleivosias; para mentir sobre quem quer que seja; para defender genocídios, ideologias como o nazismo, ou racismo. Isso é tão óbvio que, eles afirmam, nem é mais explicitado. Foram perguntados, também, sobre a condição do articulista colaborador: se, na maioria das vezes, a empresa jornalística propõe um tema e convida o colaborador a escrever um artigo sobre esse tema, ou o colaborador surge de maneira espontânea com o artigo pronto a ser publicado.

As respostas mostram que os colaboradores são convidados para escrever e escolhem livremente seus temas. Há, ainda, os colaboradores apenas eventuais, que tanto podem propor um artigo como podem receber um pedido. Como exemplo, pode-se citar que a Folha publica semanalmente na página A 3 um debate sobre algum assunto atual, pedindo a resposta *não* a um autor e a *sim* a outro, ou seja, os autores opinam sobre um determinado tema, estando um deles de acordo com a questão e o outro não. Já o colunista fixo escolhe os seus temas de forma completamente livre, procurando comentar os assuntos do dia, afirma um colunista de Brasília a serviço da *Folha de S. Paulo*, tanto na política interna quanto na política externa, na área social, na defesa, no comportamento.

Houve respostas lacônicas, mas bastante claras sobre o articulista colaborador, revelando que, em regra, existem dois tipos de *colaborações*: aquela que o jornal pauta, ou seja, encomenda à determinada pessoa e aquela que é a pessoa que propõe e o jornal publica ou não.

Profissionais responsáveis pela edição do artigo de opinião falaram sobre o primeiro contato entre o articulista e a redação do jornal, respondendo a primeira questão. A essa pergunta, os editores responderam que, na maior parte das vezes, o colaborador procura o jornal.

Quanto ao questionamento sobre o processo de avaliação a que é submetido o artigo entregue à redação e solicitando a sua publicação, como o indagado na segunda questão, os editores responderam que avaliam, basicamente, a qualidade do texto, a pertinência e a relevância do tema, assim como a representatividade do autor. Outros critérios, como o domínio do autor sobre o tema e a novidade do assunto, também são levados em consideração. De resto, uma série de aspectos menos verificáveis de antemão são considerados, como variação de assuntos na página, pluralismo de idéias, quantidade de artigos sobre o tema etc. – *critérios* que só podem ser avaliados caso a caso.

Com relação à terceira questão, a maioria dos especialistas respondeu que recebem freqüentemente comunicações de leitores que se vêem, de uma maneira ou de outra, imbuídos a participar do debate proposto no artigo e procuram, por meio de correio eletrônico ou da tradicional carta, entrar em contato com o articulista para manifestar seus pontos de vista. A redação participa diretamente desse processo e estuda uma possibilidade de publicar essas mensagens enviadas pelos leitores, assim como o articulista analisa a necessidade de responder ou não ao leitor.

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Na primeira etapa desta análise, identificamos um gênero cujas características correspondem à esfera jornalística, tendo como produtor o articulista, que pode ou não ter vínculos empregatícios com a empresa jornalística. Esse articulista é sempre identificado não só pela presença de sua assinatura, mas também pelas atividades profissionais e demais ocupações por ele exercidas que são colocadas junto ao seu nome. Pôde-se observar, ainda, que tais articulistas são, às vezes, pessoas conhecidas do grande público e, assim, dispensam apresentações, revelando por si mesmas a competência para falar do assunto a que se propõem.

No que diz respeito à audiência, ainda nessa primeira etapa, entrevistamos leitores de ambos os periódicos selecionados; e o que muito nos chamou a atenção foi a alternativa de resposta na primeira pergunta que os entrevistados, em sua maioria, escolheram: “Deseja apenas se colocar ciente de pontos de vista convergentes ou divergentes do seu, sem se deixar influenciar por esta ou aquela visão”. Concluímos que, apesar de o artigo de opinião ser definido como um gênero opinativo que funciona objetivando defender uma posição sobre determinado tema, ele também traz esclarecimentos sobre esse tema, portanto influencia a formação da opinião do leitor, mas ele, de maneira geral, se nega a admitir.

As respostas obtidas com a segunda pergunta nos permitiram observar a importância do título do artigo para seis leitores que, ao interpretarem um conteúdo como não correspondente ao título de maneira precisa, interrompem a leitura. Esses leitores estariam se referindo a um procedimento realmente existente ou não? Diante de tal questionamento, examinamos o *corpus* selecionado e não pudemos notar essa “falha” apontada por tais leitores em alguns artigos de opinião. Por outro lado, dezesseis leitores afirmaram que o título, o autor e mais informações possíveis de serem verificadas no contexto do jornal são suficientes para a decisão de leitura ou não de um artigo. Com essas últimas respostas à segunda questão, confirma-se a afirmação de que o artigo de opinião traz posições sobre acontecimentos ou fatos noticiados pelo jornal, pois esses leitores obtêm informações a respeito do enunciado produzido pelo articulista no contexto informativo do periódico.

Na terceira pergunta, a maioria dos entrevistados (17 leitores) respondeu que, nos artigos, alcança conhecimentos relativos às áreas profissional, social e política. Uma minoria (3 leitores), entretanto, disse não obter conhecimento algum com essa leitura. Isso se deve à interpretação que esses últimos leitores fizeram do termo “conhecimento”, atribuindo a ele um significado que o restringe às ciências exatas, raramente abordadas por esse gênero do domínio discursivo jornalístico.

Finalmente, com a quarta pergunta, objetivamos tomar conhecimento acerca da aplicação dos conhecimentos obtidos na interação desencadeada com a leitura dos enunciados em questão. Aquela maioria que apontamos no parágrafo anterior respondeu, de maneira generalizada, que aplica os conhecimentos adquiridos com a leitura desse gênero na prática das atividades profissionais e sociais do cotidiano. Os demais responderam que tais artigos, de modo geral, se prestam a fornecer assuntos para as conversas com os amigos.

Na segunda etapa, ao abordar brevemente a história dos três jornais foi possível observar o quanto cada um deles está envolvido com as questões brasileiras já há

um longo tempo, desde o início do século XIX, como é o caso do *Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa. Mais tarde, já no início do século XX, surgem a *Folha de S. Paulo* e o *Diário do Grande ABC*, esse último foi inaugurado no Governo democrático de Juscelino, por ocasião da construção de Brasília, e o êxito dessa iniciativa é, como se pôde observar na 1ª etapa da pesquisa, atribuído ao desdém com que os grandes jornais da capital tratavam os assuntos de interesse da região. E esse periódico santoandreense, na década de 1950, surge para noticiar e comentar os fatos e acontecimentos importantes para os municípios ali compreendidos.

Já a *Folha de S. Paulo* inicia empregando suas atividades objetivando atrair os leitores das classes médias urbanas e da classe operária. Mais tarde, a defesa dos produtores rurais paulistas, a partir de uma mudança na diretoria do jornal, passa a determinar a linha editorial da empresa. Esses fatos nortearam a publicação das informações e opiniões dentro das sucessivas linhas editoriais do jornal, além de contribuir para o estabelecimento de regras e convenções, tanto lingüísticas como estruturais. Isso é válido para os dois jornais abordados neste trabalho.

Na terceira etapa, foi permitido estudar o comportamento dos operadores argumentativos, por meio de um levantamento em cada um dos artigos de opinião. Os principais operadores foram destacados e definidos de acordo com estudos já realizados no campo da argumentação e também foram identificados e expostos os argumentos introduzidos por esses operadores. Desse modo, chega-se aos tipos de argumentação que são empregados, aqui, para classificar os argumentos em cada um dos artigos. Esse levantamento que fizemos dos operadores argumentativos teve como meta estudar a argumentação inserida nos componentes lingüísticos em cada um dos conjuntos de artigos de opinião selecionados em cada um dos jornais.

Com o levantamento citado e explorando, ainda, a argumentatividade no artigo de opinião, na quarta etapa foi constatado que os argumentos podem apresentar duas

tendências: uma para orientação argumentativa convergente à posição do articulista; outra para orientação argumentativa divergente dessa posição. Mas essas duas orientações argumentativas são vozes que podem ocorrer simultaneamente num mesmo artigo. O artigo de opinião que apresenta somente vozes que estão de acordo com a posição do articulista exibe uma discussão **restrita** do tema. Já o artigo apresentando vozes tanto favoráveis quanto contrárias à posição do articulista exibe uma discussão **ampla** desse tema.

Levando em conta esse critério, os artigos de opinião da *Folha de S. Paulo*, como se pode observar no quadro 14, abrem espaço às vozes contrárias à posição de seus articulistas. Esse pluralismo argumentativo se verifica na totalidade dos exemplares desse periódico (100% dos artigos). Já os *artigos de opinião* publicados pelo Diário do Grande ABC não apresentam essa circunstância, pois o exame da orientação argumentativa nesses artigos (como mostrado no quadro 16) indicou a presença de vozes divergentes em apenas 2 (20%) desses artigos. Portanto, esse último periódico apresenta uma incidência pequena de pluralismo argumentativo.

Assim, este estudo demonstra o comportamento de vozes concordantes e discordantes no processo de formação de opinião dos leitores. Evidentemente, o articulista apresenta uma voz contrária a sua quando dispõe de argumentos para eliminá-la e, sobretudo, quando tem ciência dessa voz e não abre mão de descartá-la. Portanto, a competência do articulista em expor e argumentar sobre suas posições pode ser avaliada pelo critério aqui exposto. Nesses termos, os articulistas do jornal *Folha de S. Paulo* apresentam um pluralismo argumentativo mais acentuado e constante do que aquele apresentado pelos articulistas do Diário do Grande ABC.

A aplicação do modelo CARS ao artigo de opinião revelou a heterogeneidade desse gênero no que diz respeito à organização retórica. A *Folha de S. Paulo* varia a forma como distribui as informações em duas seqüências diferentes. Do mesmo

modo, o Diário do Grande ABC varia de duas maneiras diferentes, mostrando um grau semelhante de heterogeneidade nesse aspecto. Apesar dessa heterogeneidade retórico-discursiva, os artigos de opinião dos dois jornais demonstram regularidade no propósito comunicativo, pois, em todos, o articulista defende uma convicção sobre determinado assunto ou tema, por meio de argumentos.

Informações relevantes para a interpretação crítica do artigo de opinião foram obtidas na quinta etapa da análise, em que são expostas as perspectivas de especialistas no gênero em questão. Tanto sobre o relacionamento entre o articulista e a instituição jornalística que lhe oferece o suporte para a divulgação de seu trabalho, quanto ao grau de liberdade que assumem as suas palavras.

Com esses procedimentos, constatamos que a metodologia de análise sugerida por Bhatia (1993) e o modelo de análise proposto por Swales (1990) se prestam favoravelmente à análise do artigo de opinião, alcançando os resultados aqui expostos. Tais resultados respondem positivamente à primeira questão formulada na introdução desse estudo: “os modelos de análise sugeridos por Bhatia (1993) e Swales (1990) se adequam à análise do artigo de opinião?” (p. 5) Isso porque obtivemos informações importantíssimas com relação ao contexto institucional e situacional da comunidade discursiva em que esse gênero é produzido e circula. Tanto locutores (articulistas) quanto interlocutores (leitores) do artigo de opinião participaram dando suas impressões e perspectivas no que diz respeito ao uso do gênero analisado neste trabalho.

Chegamos à estrutura retórica predominante do artigo de opinião, utilizando o modelo CARS de Swales, portanto a primeira pergunta está completamente respondida, assim como a segunda pergunta: “como se estrutura a distribuição de informações predominante no artigo de opinião?” (p. 6).

Cada exemplar do *corpus* foi submetido ao critério de avaliação empregado para determinar a presença de abertura às vozes contrárias à posição do articulista. Esse procedimento responde a terceira pergunta: “o artigo de opinião pode passar por um processo de avaliação cuja finalidade é constatar a presença ou não de vozes contrárias à posição do articulista?” (p. 6). Desse modo, foi possível verificar um pluralismo argumentativo nos dez (100%) na folha de S. Paulo e um pluralismo argumentativo apenas em dois (20%) no Diário do Grande ABC.

Cumprimos, assim, o objetivo geral do trabalho que, como colocamos na introdução, consistiu em analisar o artigo de opinião, publicado por instituições jornalísticas, sob a perspectiva sócio-retórica de gêneros textuais. Nesse procedimento, atingimos os objetivos específicos, envolvendo a utilização da metodologia sugerida por Bhatia e o modelo de Swales e, por último, o estudo do pluralismo argumentativo no artigo de opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar os trabalhos desta pesquisa, nota-se que o objeto aqui focado possui todo um universo ao seu redor e no seu interior que ainda precisa ser explorado por outros e muitos trabalhos, com o propósito de incrementar o seu estudo nas áreas profissional e acadêmica, alcançando o ensino básico. Mas a contribuição que aqui se apresenta há de ser considerada quanto a sua validade, tanto nos estudos concernentes aos aspectos puramente lingüísticos do texto jornalístico quanto aos aspectos sócio-discursivos indispensáveis para a completa compreensão do gênero artigo de opinião.

Considerou-se a acessibilidade oferecida pelo gênero, no que diz respeito ao manuseio e à variedade lingüística, a ser proposta aos potenciais interlocutores do texto jornalístico. Com efeito, o artigo de opinião, assim como os demais gêneros do domínio discursivo jornalístico, é produzido em linguagem direta e simples, de modo a ser acessível à maioria dos leitores. Seu conteúdo trata de problemas atuais nos quais o interlocutor está, como foi exposto no segundo capítulo, de uma forma ou de outra, envolvido, procurando informações e perspectivas que consolidem as próprias opiniões, conservando-as ou transformando-as. Com relação ao autor do enunciado que realiza esse gênero, o articulista, foram estudados seus propósitos e também ressaltadas as suas intenções, que nem sempre estão de acordo com tais propósitos. Esse ponto de vista, sugerido por Bhatia, influenciou na revisão do conceito de propósito comunicativo proposto por Swales.

A crença no papel do texto jornalístico, o artigo de opinião, como elemento promotor da qualidade do ensino na compreensão e produção de textos na escola básica também ganha substância na visão de alguns especialistas que já trabalharam e trabalham acreditando nesse propósito. Esse é o caso de Nilson José Machado e o de Flávia Aidar, participantes do programa leitura de jornais, *Folha Educação* (2000). Com suas experiências e estudos com a área do objeto focado na presente pesquisa no contexto do ensino, reforçam a convicção de que o jornal funciona como instrumento fundamental sintonizando a escola à realidade.

Bhatia (1993) e Swales (1990), no desenvolvimento de seus trabalhos, norteados pela concepção sócio-retórica de gêneros, apresentam modelos de análise com os quais se definiram aspectos a serem observados por acadêmicos e profissionais ou por alunos numa eventual prática pedagógica com gêneros na escola básica. Com a metodologia da análise de gêneros textuais apresentada por Bhatia, chegou-se ao contexto de produção e recepção do artigo de opinião, entrevistando-se produtores desse gênero, tendo em vista esclarecimentos sobre papel social deles na comunidade correspondente. O mesmo objetivo norteou as entrevistas com os leitores do artigo de opinião, o interlocutor que participa da elaboração do gênero, pois o articulista tem consciência da sua reação-resposta e procura, no texto, descartá-la ou confirmá-la.

A avaliação do artigo de opinião, na possibilidade de esse gênero ser estudado em sala de aula na escola básica, depende fundamentalmente da participação do educando que, em contato com o enunciado, emitirá posições contrárias ou favoráveis àquelas encontradas no texto. Referindo-se a esse tema, existem outros trabalhos em que a voz do aluno no planejamento de ensino é solicitada. Por exemplo, a obra de Vigotski (2000) "Pensamento e Linguagem", com sua visão sócio-interacionista.

Com essas ações, esclareceram-se aspectos importantes que se somam no processo de interação peculiar ao gênero aqui estudado. Os conhecimentos relativos a tal processo mostram-se imprescindíveis para a produção e compreensão do artigo de opinião, pois se trata de um gênero em que a argumentatividade tem um papel essencial. De um lado, o articulista (locutor) procurando persuadir o leitor de sua posição sobre uma determinada questão controversa, polêmica, discutida no seio da sociedade onde se dá sua ação. Do outro, o leitor (interlocutor) procurando orientações, informações, para poder assumir uma posição sobre as mesmas questões relevantes, que dizem respeito

tanto a sua vida sócio-familiar quanto a sócio-profissional. Não se colocando, esse interlocutor, numa atitude passiva, mas participando ativamente das ações levadas a efeito pelo articulista, cuja posição pode ser rejeitada ou aceita.

O modelo CARS de Swales, adaptado por outros autores, inclusive para um gênero jornalístico, o editorial, serviu a este trabalho para uma definição da distribuição das informações no artigo de opinião. Duas organizações retóricas foram encontradas em cada um dos periódicos tomados como fonte do *corpus*, mas o predomínio de uma nos levou a considerá-la como padrão. Portanto, a organização retórica do gênero em estudo poderá ser apresentada como um convite à produção do artigo de opinião. Evidentemente esse convite não resolverá o problema do usuário com a expressão, mas estimulará a sua criatividade.

Nos níveis de análise lingüística, estudou-se a argumentatividade como inscrita na própria língua. Toda língua possui, em sua Gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados. Tais mecanismos, de acordo com Ducrot (*apud* Koch, 2006: 29) costumam ser denominados de marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação, tomadas aqui em sentido amplo, esclarece Koch. Tais marcas revelam-se em operadores argumentativos, que foram levantados em todos os exemplares do *corpus*. Esse levantamento permitiu a exposição de recursos para a produção dos enunciados correspondentes ao artigo de opinião e as habilidades relativas à produção desse gênero são objetivadas por este trabalho.

Dimensões quantitativas dos artigos, alcançadas com esse levantamento, tais como o número de palavras e o de operadores argumentativos no conjunto de enunciados correspondentes a cada periódico selecionado, são proporcionais à dimensão do espaço físico por onde circula o jornal. Assim, o jornal cuja circulação abrange todo o território nacional terá seus articulistas dialogando com um número maior de leitores do que os articulistas de um outro jornal de circulação que se limita a uma

pequena região e é escrito para um número pequeno de leitores. Esses últimos, ao praticarem o dialogismo em seus enunciados, preocupam-se em responder às vozes contrárias às suas posições de maneira mais cômoda e desinteressada do que aqueles que respondem a um número muito maior de interlocutores. Sendo maior esse número, também é maior o número de argumentos contrários que precisam ser refutados, caso o articulista tenha em vista persuadir seus interlocutores com argumentos que sustentam uma convicção.

Essas constatações confirmadas, com o levantamento feito com os dois periódicos, relacionam-se com os argumentos presentes nos exemplares do *corpus* que puderam ser classificados. A classificação permitiu realizar uma análise dos tipos de argumentação utilizados por um determinado articulista. Daí foi possível determinar o espaço oferecido pelo articulista às vozes divergentes de sua posição.

Com relação ao caráter convergente ou divergente dos argumentos, apesar de se correr o risco de redundância, convém esclarecer mais: alguns argumentos apresentados pelo articulista podem apresentar, isoladamente, um caráter contrário à real posição por ele defendida no todo do texto. Quando isso ocorre, o produtor do artigo já possui outros argumentos suficientes para descartar aquele argumento contrário a sua opinião e manifestada no enunciado. Esses fatos discursivos foram denominados nesta análise de argumentos *convergentes*, aqueles que favorecem a posição do articulista, e argumentos *divergentes*, aqueles posicionados contrariamente à posição final do articulista.

Ao dar atenção a esses argumentos contrários aos seus, ao pluralismo argumentativo, o articulista tem consciência da existência dos mesmos circulando pela sociedade, alimentando opiniões que, segundo o seu posicionamento, precisam ser combatidas e desfeitas. Assim, tais argumentos necessitam ser expostos, discutidos e, finalmente, eliminados, de acordo com a habilidade argumentativa do escritor do artigo. Caso esses argumentos divergentes não sejam

apresentados e discutidos, duas hipóteses são colocadas, ou o articulista os ignora, ou não detém uma argumentação suficiente para descartá-los. Em qualquer dessas hipóteses, o artigo de opinião pode ser avaliado em sua eficácia, no sentido de persuadir o interlocutor.

Abrindo um pequeno parêntese, vale lembrar que, fazendo uso de outra terminologia, no capítulo 2, Rodrigues (2005) nomeia os argumentos favoráveis à posição do articulista de *movimentos dialógicos de assimilação*, nos quais vozes harmônicas à voz do autor se manifestam no enunciado. Já os argumentos contrários à voz do autor, Rodrigues os denomina de *movimentos dialógicos de afastamento*, que encerram as vozes que se mostram em desarmonia com a voz do autor. Esses dois movimentos dialógicos correspondem, de maneira muito próxima, ao que denominamos na presente pesquisa de argumentos convergentes e argumentos divergentes.

Como se pôde constatar, o artigo de opinião é um gênero textual em que são confrontados posições, pontos de vista, sobre temas diversos que dizem respeito a questões relevantes à participação social da grande maioria de cidadãos e cidadãs de uma aglomeração humana. Entretanto, há artigos de opinião em que uma única posição, um único ponto de vista é exposto ao interlocutor. Esses artigos foram categorizados, neste trabalho, como **restritos**. Já os artigos de opinião que, além da posição do articulista, apresentam outras posições relativas ao tema, que entram em choque com as opiniões por ele emitidas, foram categorizados como **amplos**.

Essa categorização permite avaliar a abertura democrática oferecida pelo articulista em seu trabalho, uma vez que os artigos de opinião possuidores da categoria *amplo* apresentam um debate participativo, contando com a presença de opiniões contrárias às defendidas pelos autores. A medida em que a circulação do jornal tem seu espaço físico aumentado, também aumentam as coerções sentidas pelo articulista em ampliar essa abertura democrática e, assim, responder a um número

maior de reações contrárias à sua posição. Portanto o seu artigo exigirá um número maior de argumentos, capazes de sustentarem suas convicções e convencer os interlocutores, o que implica um número maior de palavras e operadores introduzindo as argumentações.

Por outro lado, os artigos de opinião categorizados como restritos apresentam uma participação nula no que diz respeito a outros pontos de vista contrários à posição do articulista. Esses artigos, portanto, promovem um debate menos participativo e, por conseguinte, menos esclarecedor dos problemas discutidos naquele espaço quando lido por um interlocutor que vive distante daquela região. Desse modo, as reações-respostas, para usar uma expressão de Bakhtin (1997), envolvem um número limitado à quantidade de leitores que possui o jornal, à diversidade de usos e costumes com que tais leitores vivem o seu dia-a-dia. O enunciado desse artigo de opinião compreende poucos argumentos e, por conseguinte, poucos operadores argumentativos.

Finalizando essas últimas palavras sobre o trabalho, é importante dizer que, ao iniciarmos essas considerações, referimo-nos à multiplicidade de aspectos a serem considerados por um pesquisador no trato com gêneros opinativos. Desses aspectos, alguns já foram abordados em outros trabalhos de maneira brilhante, e nos foram bastante úteis na produção desta dissertação. Outros aspectos importantes desse gênero aguardam pesquisadores, para os quais este trabalho espera ser igualmente útil.

ANEXOS

Artigos de Opinião analisados

FOLHA DE S. PAULO:

- I *Masp estatal* – Marcos Augusto Gonçalves (p.135)
- II *Pela democracia, o Senado deve fechar* – Rui Falcão (p. 136)
- III *Muitas vantagens e uma responsabilidade* – Fabiano Santos (p.137)
- IV *Muitos riscos envolvidos* – Roberto Abdenur (p.138)
- V *Filhos indesejados e criminalidade* – Gabriel Chequer Hartung (p.139)
- VI *Sete anos* – Cristovam Buarque (p.140)
- VII *De quando a lei substitui a democracia* – Gustavo Loschpe (p.141)
- VIII *Os perigos da simplicidade* – George Martine e Sonia Correa (p.142)
- IX *O sigilo é um direito seu, meu, nosso* – Vladimir Rossi Lourenço (p.143)
- X *Receita de combate à sonegação* – José Eduardo Dutra (p. 144)

DIÁRIO DO GRANDE ABC:

- I *Fiscalização para todos* – Áurea Rangel (p. 145)
- II *Um “Simples” para a Lei Rouanet* – Henrique Flory (p.146)
- III *Desafios para os biocombustíveis* – Maurício Sampaio (p. 147)
- IV *Carga tributária e crescimento* – Antonio Palocci (p. 148)
- V *Previdência para o futuro* – Luiz Marinho (p.149)
- VI *As taxas ocultas do parcelamento* – Manoel Messias da Silva (p. 150)
- VII *SOS Aterro São João* – Leonardo Aguiar Morelli (p. 151)
- VIII *As metrópoles e o aquecimento global* – Mario Eugênio Saturno (p. 152)
- IX *Justiça pede choque de gestão* – Rubens Approbato Machado (p.153)
- X *Um campo minado no trajeto do PAC* – Vivien Mello Suruagy (p. 154)

MARCOS AUGUSTO
GONÇALVES

Masp estatal

FURTOS de obras de arte não acontecem apenas em museus cercados de precariedades, como o Masp. Não é portanto, apenas o sumiço das telas de Picasso e Portinari que justifica uma discussão acerca dos destinos do museu paulista.

O patético episódio no entanto, não deixa de oferecer uma oportunidade para intensificar um debate que se trava aqui e ali, sem que nada de concreto aconteça. Circula pela internet um abaixo-assinado que sugere uma mudança radical do estatuto do museu. A proposta já foi firmada por nomes relevantes do meio artístico e intelectual.

O texto começa por constatar o fato de o Masp ser, há tempos, uma “instituição enferma, sem recursos e sem direção profissional”.

Tal situação é atribuída ao arranjo institucional em que se inscreve o museu: “O problema a ser atacado de frente é de ordem institucional, pois, deste ponto de vista, o Masp é uma aberração: não sendo uma fundação, não dispõe de dotação original; não sendo, por outro lado, um museu do Estado, não é amparado por lei orçamentária. O mais importante museu de arte do hemisfério Sul é uma sociedade civil de direito privado, constituída por algumas dezenas de associados que não contribuem para a manutenção de sua associação”.

Considerando que o patrimônio

foi formado também por um aporte oriundo da Caixa Econômica Federal, vale dizer, do Estado brasileiro”, e que a sociedade em questão não parece reunir condições para arregimentar os recursos exigidos, os signatários consideram necessária uma “intervenção dos poderes públicos” que venha a colocar o Masp em sua esfera. A favor da idéia, o texto lembra casos de sucesso da gestão pública da cultura em São Paulo, como a Pinacoteca do Estado, a Osesp e o Museu da Língua Portuguesa. A senha para a mudança seria a previsão de que o prédio projetado por Lina Bardi passará à prefeitura em 12 de novembro deste ano.

A proposta soa como uma tentativa desesperada —o que é compreensível— de encerrar um ciclo de decadência. É um sinal de que a sociedade culta de São Paulo já não suporta a indigência do museu. É difícil discordar do diagnóstico, mas é também difícil imaginar como essa intervenção poderia ser realizada. Talvez Evo Morales pudesse dar uma ajuda. Na realidade, seria preciso a falência ou um gesto da sociedade que administra o Masp —o que é difícil acontecer.

Parece sensato imaginar que o museu deveria se inscrever num regime público-privado que assegurasse os meios necessários não apenas à sua preservação mas ao seu desenvolvimento. A continuar a ser gerido como nos últimos anos, o Masp, que poderia e deveria ser uma instituição de ponta, provavelmente prosseguirá em seu melancólico declínio.

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES é editor da
Ilustrada.

Pela democracia, o Senado deve acabar

RUI FALCÃO

ABSOLVIÇÃO do senador Renan Calheiros pode contribuir, paradoxalmente, para aperfeiçoar a democracia se a reflexão sobre o escândalo transpuser as considerações de caráter circunstancial.

O episódio repulsivo oferece a oportunidade de avançar no diagnóstico e na solução da crise da representação. Uma crise que se manifesta no fosso crescente entre a vontade dos representantes e a dos representados e se materializa na existência do sistema bicameral brasileiro.

Com isso, não se sugere ignorar a excrescência da sessão e votação secretas: a publicidade dos atos parlamentares é instrumento inalienável do exercício da cidadania e uma exigência da República e do Estado democrático de Direito. Com o sigilo, os senadores rebaixaram a política à “arte de impedir as pessoas de participar de assuntos que propriamente lhes dizem respeito”, no entender de Paul Valéry.

Como parlamentar e militante petista, expressei minha divergência também quanto a se ter liberado a bancada do PT para votar como quisesse, decisão que serviu de pretexto a setores da mídia e da oposição para atribuir ao partido a responsabilidade pela absolvição. Da mesma forma, é inexplicável a abstenção: a quem não estava convencido da quebra de decoro cabia a opção conseqüente de votar pela absolvição.

Mas o que mais importa é constatar que a existência do Senado Federal é um desserviço à democracia brasileira. Não apenas por esses episódios de denúncia de corrupção mas também pela fraude ao pacto federativo, ao sistema representativo, pelo seu poder revisor ante a Câmara dos Deputados

A existência do Senado é um desserviço à democracia brasileira. É chegada a hora de discutir o fim do sistema bicameral do país

e —a partir de 1988— ampliado com a faculdade de propor leis.

Como instituição, o Senado foi introduzido no Brasil à época do império e ainda hoje traz consigo vestígios do mando monárquico e cacoeiros oligárquicos das velhas repúblicas.

Assim, além de casa legislativa, o Senado tinha atribuições de corte judicial, para os delitos cometidos por membros da família imperial, ministros, conselheiros, secretários, senadores e deputados. Ou seja, os caminhos usuais da Justiça não conviham a esse tipo de gente, que demandava foro especial.

É chegada a hora de discutir o fim do sistema bicameral do país, eliminando o Senado e definindo um modelo de representação unicameral adequado e igualitário, que assegure a diversidade e a expressão federativas.

A duplicidade de funções no Legislativo federal contribui para distorcer duplamente o sistema de representação proporcional. Primeiro, por consagrar uma desproporção entre o percentual de eleitores de cada Estado e o de cadeiras na Câmara dos Deputados. Segundo, por associar a essa situação, agravando-a ainda mais, o caráter não proporcional do número de cadeiras no Senado, onde os Estados contam com o mesmo número de representantes, independentemente da variação no número de seus eleitores.

A Casa revisora, que representa as unidades da Federação, dispõe de mais poder que a Casa dos representantes do povo, pois sobre a vontade da Câmara de aprovar prevalece a vontade do Senado de rejeitar.

Não é de esperar que tal distorção, geradora de privilégios antidemocráticos, seja corrigida por iniciativa de seus beneficiários diretos —os parlamentares, em especial os senadores. Daí a necessidade da convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para a reforma política, que se oriente pela necessidade de prover de substância democrática as instâncias de representação.

Enquanto a constituinte exclusiva não vem, o projeto de reforma política em tramitação na Câmara poderia incluir algumas mudanças paliativas, como a de confiar ao Senado exclusivamente as funções referentes às questões da Federação e do Estado.

Além disso, por que não reduzir o mandato senatorial de oito para quatro anos, como ocorre com os demais cargos eletivos, e sujeitar os suplentes ao escrutínio do voto?

Por que não eliminar o sigilo nos atos parlamentares?

Há, pois, iniciativas a tomar, mais adequadas do que a proposta pueril de voto nulo nas eleições para o Senado. Pois, enquanto existir, o Senado, a despeito de sua malformação, representará um espaço institucional de disputa política que, “malgré lui”, deve ser utilizado pelas forças progressistas para fazer avançar a democracia brasileira.

RUI FALCÃO, 63, advogado e jornalista, é deputado estadual pelo PT. Foi deputado federal, presidente do PT e secretário municipal de Governo de São Paulo (gestão Marta Suplicy).

Muitas vantagens e uma responsabilidade

FABIANO SANTOS

TRAMITA NO Congresso Nacional mensagem presidencial oriunda do protocolo de adesão a partir do qual o Executivo fica autorizado a negociar prazos e condições sob a égide dos quais a Venezuela passará a ser país-membro pleno do Mercosul. Como em qualquer questão de política externa, ao Congresso é demandada uma delegação para que o governo, dentro de certos parâmetros e diretrizes e tendo em vista os mais profundos interesses nacionais, estabeleça acordos com outras nações a respeito de questões comerciais, econômicas, culturais etc.

É difícil fugir à conclusão de que se trata de excelente negócio para a economia brasileira. Nossos vizinhos venezuelanos são compradores de produtos e serviços de empresas brasileiras com alto valor agregado. Além disso, a Venezuela é uma enorme potência energética. Em tempos de resolução de gargalos de infra-estrutura, não é recomendável desconsiderar nenhuma possibilidade de expansão da capacidade brasileira e de nações irmãs de gerar e distribuir energia.

Finalmente, o ingresso da Venezuela tem a enorme vantagem de permitir que imensas regiões do Brasil, como o Norte e o Nordeste, conheçam as vantagens de participar de um mercado comum no continente.

O Mercosul é uma ótima idéia, mas é ainda uma realidade vivida apenas pelos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste de nosso país.

Os argumentos contrários à aprovação da mensagem são na maioria das vezes puramente ideológicos e, embora controversos, até têm sua razão de ser. São, contudo, irrelevantes para a matéria em discussão.

Algumas intervenções chamam a atenção para o fato de que o grupo de trabalho "ad hoc" constituído para definição de prazos e condições de adoção pela Venezuela do enquadramento normativo no Mercosul não teria concluído seu trabalho e que isso impediria a tramitação da matéria em nosso Legislativo. Argumento meritório, sem dúvida, mas que não passa de filigrana jurídica.

Ora, na mesma decisão do Mercosul que regulamenta a adesão de novos membros (decisão 28/05), encontra-se artigo que afirma não ser tal decisão um documento legal de aplicação imediata ao arcabouço jurídico dos países-membros. Além disso, cronogramas e prazos, bem como o compromisso da Venezuela de aderir aos termos regulamentares do Mercosul, estão devidamente assinalados na mensagem presidencial.

Trata-se, portanto, de questão política, e como tal deve ser tratada. O ponto é: tem o Ministério das Relações Exteriores expertise e espírito público para a condução do processo de integração desse país ao mercado comum? O Itamaraty talvez seja a melhor e mais bem preparada burocracia pública do país, dotada de autonomia e continuidade institucional

adequadas ao atendimento do interesse nacional.

Além disso, o Congresso possui instrumentos, tais como as audiências públicas e a prestação de contas, para recuperar a delegação concedida no momento em que sejam identificados eventuais prejuízos decorrentes da política pública em questão.

Por último, vale a pena refletir sobre o significado de uma eventual decisão contrária do Congresso Nacional com relação à mensagem.

O efeito não seria só um convite para que a Venezuela volte as costas para a América do Sul e retorne à condição de país caribenho. Seria também uma agressão aos princípios norteadores da diplomacia parlamentar estabelecidos pela Constituição de 88.

O desiderato inscrito em nossa Carta Magna é muito claro: devemos lutar para construir um continente integrado política, econômica e culturalmente. O Brasil, por suas dimensões e história, tem um papel de liderança a exercer nesse processo — esse é seu destino e sua oportunidade para fazer expandir nossa economia e tornar nossa sociedade mais justa. Abrir mão dessa responsabilidade em nome de antipatias e fanfarrônicas dos governantes de ocasião não parece ser a opção mais inteligente nem a que representa a amadurecida condução de política pública tão crucial.

FABIANO GUILHERME MENDES DOS SANTOS, 43, doutor em ciência política, é professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Congresso Nacional desse instituto.

» NÃO

Muitos riscos envolvidos

ROBERTO ABDENUR

A ENTRADA da Venezuela no Mercosul tem aspectos técnicos e políticos. Não faz sentido sua entrada plena antes de concluídas as negociações sobre abertura de mercados, adesão à Tarifa Externa Comum e aos acordos com terceiros e aceitação do acervo normativo do bloco. Tais entendimentos têm sido postergados, e resta alto nível de incerteza sobre se o resultado final será satisfatório para o Brasil.

Pode dar-se situação em que, integrada a Venezuela ao bloco, subsistam fatores de incerteza e insegurança para as empresas brasileiras.

O aumento de nossas vendas àquele país (de menos de US\$ 1 bilhão a 2,7 bilhões entre 2003 e 2006) ocorre independentemente daquelas negociações e no contexto de uma explosão de importações que fez a Venezuela elevar, no mesmo período, de US\$ 2,7 bilhões a mais de US\$ 8 bilhões suas compras aos próprios EUA.

Acresce ser improvável que o Brasil obtenha vantagens substancialmente maiores do que aquelas que lhe dá, no comércio bilateral, o acordo firmado no âmbito da Aladi em 2003.

No plano político, salta aos olhos que o ideário bolivariano de Chávez vai se materializando sob a forma de regime autocrático, com contornos socialistas radicais e declarada vocação missionária e expansionista, sem escrúpulos quanto a intervenções no quadro político de outros países.

Esse ideário está em frontal contradição com o Mercosul como projeto

de integração profunda, à maneira da União Européia, com base nos princípios da economia de mercado, livre-comércio, regionalismo aberto e, em particular, democracia — que a sociedade brasileira vê como mais do que a mera realização de eleições, e sim como a plena vigência do Estado de Direito, com separação e equilíbrio de Poderes, respeito às minorias opositoras, irrestrita liberdade de expressão e alternância de governos.

É também preciso ter em mente que a questão da integração energética na América do Sul — hoje objeto de sérias incertezas sujeitas ao impacto de eventos como os que se deram entre Bolívia e Brasil — é tema que se desdobra em outro plano, por fora do Mercosul. É equívoco invocar o argumento energético a favor da entrada da Venezuela no bloco.

Outra ponto a ser levado em conta é que a presença da Venezuela no bloco traria sérias dificuldades às negociações de livre-comércio com a UE, que poderiam mesmo ser inviabilizadas, dada a atitude fortemente crítica ora presente na Comissão Européia e nas capitais dos países-membros diante das atitudes tomadas por Chávez em detrimento da democracia em seu país e de ações externas, como as parcerias ditas “estratégicas” com países malvistas, como Belarus e Irã.

Estaria assim comprometido um dos principais objetivos do Mercosul, a formação da maior zona de livre-comércio do mundo, com um mercado de mais de 700 milhões de pessoas.

O governo brasileiro foi longe demais no equivocado afã de forçar uma precipitada entrada da Venezuela no Mercosul, na ilusão de que assim poderia conter os ímpetos de Chávez.

É compreensível que nossa diplomacia não deseje perder a face com uma reviravolta na matéria. Outra, contudo, é a situação no Congresso, que tem o poder constitucional de não endossar acordos prejudiciais aos interesses do país (como já fez em anos recentes, com a rejeição de acordos de proteção de investimentos e do entendimento com os EUA sobre o uso da base de Alcântara).

A importância do assunto e a gravidade de suas implicações estão a justificar no Legislativo o cuidado de uma avaliação serena e objetiva dos fatos, em termos suprapartidários (ou seja, não como confronto entre oposição e governo), a salvo de atitudes ideológicas e com abstração dos ataques a ele desferidos por Chávez.

A preservação da integridade e da credibilidade de nosso mais ambicioso projeto no plano internacional requer uma prolongada pausa para reflexão sobre o tema, de modo a permitir que ele oportunamente se coloque em termos cabíveis e adequados, quais sejam, o de uma simples associação da Venezuela ao Mercosul, em lugar de sua plena incorporação.

ROBERTO ABDENUR, 65, diplomata de carreira aposentado, foi embaixador no Equador (85-88), na China (89-93), na Alemanha (96-2001), na Áustria e na ONU em Viena (2002-2003) e Washington (2004-2006), além de secretário-geral do Itamaraty (93-94). É colaborador do *Centro Brasileiro de Relações Internacionais*.

Filhos indesejados e criminalidade

GABRIEL CHEQUER HARTUNG

OITO ANOS depois da divulgação do trabalho seminal de Steven Levitt, muito se discute sobre a validade e o uso do seu resultado. O artigo mostra que a decisão da Suprema Corte americana, que permitiu em 1973 o aborto nos 50 Estados daquele país, foi determinante para a forte redução nas taxas de criminalidade na década de 90. Segundo o estudo, metade da redução de 40% nas taxas de crimes violentos e cerca de um terço da redução de 30% nas taxas de crimes contra o patrimônio se devem à legalização do aborto.

A evidência de Levitt é bem contundente. Primeiro, mostra que a criminalidade começou a cair nos EUA exatamente 18 anos após a legalização do aborto, momento em que os bebês nascidos depois da decisão da Suprema Corte entravam na faixa etária de maior envolvimento criminal. Em seguida, mostra que, nos cinco Estados em que o aborto foi permitido três anos antes do resto do país, as taxas de criminalidade começaram a cair exatamente três anos antes. E termina mostrando que os Estados nos quais houve proporcionalmente mais abortos durante a década de 70 foram os que apresentaram redução mais acentuada da criminalidade.

A justificativa teórica para o aborto afetar a criminalidade se expressa em duas proposições: 1) a legalização do aborto reduz o nascimento de filhos indesejados; 2) filhos indesejados têm uma chance maior de se envolverem em atividades criminosas.

A primeira proposição é verdadeira por definição. A segunda proposição encontra suporte em aproximadamente 40 anos de pesquisa acadêmica. Por exemplo, Dagg (1991) mostra que filhos que nasceram porque não foi permitido pela Justiça que as mães abortassem se tornaram adolescentes com probabilidade bem superior de participar de atividades criminosas se comparados com crianças com mesmo "background" familiar, mas cujas mães não expressaram judicialmente a intenção de interromper a gestação.

Meu estudo aborda a mesma questão sob uma ótica distinta. Vejo, usando dados de São Paulo, que fatores como a proporção de filhos nascidos de mães adolescentes, nascidos de famílias monoparentais e a taxa de fecundidade são determinantes mais importantes da criminalidade 20 anos mais tarde do que fatores socioeconômicos tradicionais, como o crescimento econômico, a desigualdade e a presença da polícia.

A relação entre meu estudo e o de Levitt é que o aborto reduz a criminalidade, em grande medida, porque reduz esses fatores. Porém, o objetivo de nenhum desses trabalhos é justificar a legalização do aborto. Sua contribuição envolve apenas mostrar um de seus benefícios. Cabe à sociedade decidir, ponderando ao mesmo tempo os custos de ordem moral e normativa associados à saúde pública. Além disso, há outras formas além do aborto de atacar problemas como

gravidez indesejada, gravidez adolescente e alta fecundidade.

O investimento em educação é, provavelmente, a medida mais óbvia e mais eficaz para atacar o problema.

Analisando dados do Censo 2000, percebemos que a fecundidade de mulheres sem instrução chega a ser seis vezes maior que a de mulheres com 12 anos ou mais de educação formal, pertencentes à mesma faixa de renda. Além de reduzir a fecundidade, a educação tem um impacto direto na criminalidade, uma vez que adolescentes mais educados têm menor probabilidade de se envolverem em atividades criminosas. A pré-escola, em especial, parece ser um grande redutor direto de criminalidade.

Políticas públicas que melhorem a educação reprodutiva e planejamento familiar também devem contribuir para a redução da criminalidade. Uma experiência interessante é a do Instituto Kaplan, que reduziu em 91% a ocorrência de gravidez entre adolescentes, estudantes do ensino médio, em 24 escolas da rede estadual em 14 municípios do Vale do Ribeira.

Infelizmente, esse tipo de política, mesmo que seja amplamente adotada hoje, só deve começar a fazer efeito na criminalidade em aproximadamente 20 anos. Enquanto isso, a sociedade brasileira terá que enfrentar seus velhos desafios na segurança pública.

GABRIEL CHEQUER HARTUNG, 25, economista, mestre em economia e doutorando da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ (Fundação Getúlio Vargas). É coautor do estudo "Fatores Demográficos como Determinantes da Criminalidade".

Sete anos

CRISTOVAM BUARQUE

RECENTEMENTE na Inglaterra, uma monarquia, um de seus parlamentares foi duramente criticado pela mídia e por pares por ter confessado que seus filhos estudavam em uma escola privada. Em 2014, a República brasileira comemora 125 anos, mas continua incompleta.

Incompleta porque não conseguiu construir a causa comum de uma nação nem unificar seu povo, que continua dividido em dois lados que convivem apartados. Apesar do seu regime republicano, o Brasil ainda não é uma república no modelo social. E o principal indicador é a separação educacional, berço da desigualdade e do abismo social.

Por todo esse período, a casta dirigente prometeu que o crescimento econômico distribuiria a renda e que o desenvolvimento unificaria a nação, fazendo dela uma República. Foi uma mentira, porque a elite que substituiu a nobreza conservou todos os privilégios e continuou distante do povo.

Essa divisão social estava presente desde o início. Para representar um país com 65% da população adulta composta de analfabetos, os primeiros republicanos desenharam uma bandeira com um texto escrito. A bandeira de uma República de poucos: os que sabiam ler. De lá para cá, a porcentagem foi reduzida para 13%, mas o total de analfabetos mais que dobrou, passando de 6 milhões para 16 milhões os brasileiros incapazes de reconhecer a própria bandeira.

Essa realidade teria sido completamente diferente se o primeiro decreto republicano, assinado pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15/11/1889, tivesse determinado que a educação fosse igual para todos, ricos e pobres, brancos e negros, moradores de cidades grandes ou pequenas. E que, para dar exemplo, determinasse que os filhos dos dirigentes republicanos, eleitos pelo povo, estudassem nas escolas dos filhos do povo.

Em vez disso, ao longo da gestão de 29 presidentes, a escola brasileira manteve-se dividida: a dos ricos e a dos pobres. E os parlamentares e governantes republicanos mantiveram seus filhos nas exclusivas escolas dos ricos e ainda recebem dinheiro público para pagar parte da mensalidade.

Pena que os primeiros republicanos não tenham tomado essa decisão, mas ainda é tempo. República significa escola igual para todos. Sem desculpas para que governantes fujam da escola do país que governam. Talvez, se forem obrigados a ter seus filhos na escola do povo, cuidem melhor dela.

Seria moralmente correto implantar imediatamente essa decisão republicana, mas politicamente isso é impossível, por causa do vício histórico dos privilégios. Os dirigentes certamente serão contrários a isso.

Reação idêntica aconteceu a cada vez que se defendeu a abolição da escravidão. A escravidão deixou o Brasil viciado e obrigou a abolição a vir aos poucos, sempre com prazos para que seus donos se acostumassem ao que

então parecia absurdo: acabar com a divisão entre escravos e livres.

Da mesma forma, hoje não é possível adotar de imediato uma escola republicana: equivalente para todos, parlamentares e seus eleitores. Diante dos vícios arraigados, é preciso dar um prazo de sete anos para essa decisão ser executada: no 125º aniversário da República, a partir de 2014.

Certamente, os líderes republicanos usarão todos os argumentos para não “condenar” os representantes do povo a colocar seus filhos na escola pública. Dirão que tira a liberdade do cidadão, mas ninguém é obrigado a ser candidato e a ter vida pública. Dirão que isso impede a educação religiosa, mas nada impede a educação religiosa em aulas especiais nas igrejas. Dirão que é anticonstitucional.

Mas este é o melhor argumento para justificar a proposta: não é republicana a Constituição que impede que a escola do povo seja boa a ponto de receber os filhos dos eleitos do povo.

Além de fazerem um gesto republicano, do ponto de vista simbólico, os governantes certamente cuidarão melhor das escolas do povo, se forem obrigados à sua utilização.

Sete anos é o prazo necessário para acalmar os vícios dos nossos republicanos e evitar um desastre similar à longa espera pela abolição.

CRISTOVAM BUARQUE, 63, doutor em economia, é senador pelo PDT-DF. Foi reitor da Universidade de Brasília (1985-1989), governador do Distrito Federal pelo PT (1995-98) e ministro da Educação (2003-04). É autor, entre outras obras, de “A Segunda Abolição”.

» NÃO

De quando a lei substitui a democracia

GUSTAVO IOSCHPE

BERTOLT BRECHT disse que “há homens que lutam um dia e são bons. Há homens que lutam por um ano e são melhores. Há homens que lutam por vários anos e são muito bons. Há outros que lutam durante toda a vida: esses são os imprescindíveis”. De acordo com essa e várias outras definições, o senador Cristovam Buarque é um homem imprescindível à nossa República. Sua luta diuturna pela causa da educação em um país tão ignorante o torna merecedor de nosso respeito e nossa admiração.

Como sabe o vulgo, porém, o demônio está nos detalhes e de boas intenções a sua casa está cheia. O novo capítulo na cruzada do senador não deve virar realidade e, mesmo que passe a existir, não deve render os frutos que ele almeja. Trata-se da idéia de obrigar, por lei, os filhos de ocupantes de cargos eletivos a cursar a escola pública.

A lógica, imagino, é: se os políticos sentissem na própria pele o fracasso educacional brasileiro, se preocupariam mais com as nossas escolas públicas, levando à sua melhoria.

Há, de saída, problemas de exequibilidade. Como faríamos o recenseamento dos filhos dos inúmeros ocupantes de cargos eletivos do país? Mais importante: como garantiríamos que esses pais não matriculariam as crianças em escolas públicas só para cumprir a lei e então as colocariam em escolas particulares, onde elas realmente estudariam?

Afora os problemas de ordem prática, o mais preocupante e desalentador é o pensamento que lhe é subja-

cente. Fica implícita na proposta do senador a leitura que faz de seus pares: pessoas públicas que só se ocupariam de problemas públicos se se tornassem problemas privados. Se é assim, então deveríamos abolir o Congresso e deixar que cada brasileiro legisle em causa própria —ao menos seria mais barato e nos pouparia dos vexames dos deputados e senadores.

A proposta do senador revela o desconhecimento que nós, brasileiros, temos do funcionamento de uma democracia plena. Acreditamos só nos formalismos democráticos —eleições, leis etc.—, mas não em sua essência: o povo é soberano e decide os seus destinos por meio dos seus servidores eleitos, a classe política.

Se entendêssemos essa lógica, senadores saberiam que é inútil instituir uma legislação se ela contraria a vontade popular, pois se torna letra morta. Compreenderiam o corolário desse pensamento: a única maneira de gerar uma mudança em instituição pública, como o é o sistema escolar, é por meio da mobilização e da conscientização de toda a sociedade.

A escola brasileira não é ruim porque o político não coloca seu filho nela —ela é ruim porque prefeitos, governadores e presidentes não perdem voto se a escola for mal nem ganham voto se a escola vai bem.

Ainda está plasmada na cabeça do brasileiro médio a idéia de que a boa escola é aquela com belas paredes pintadas, boa merenda, uma linda quadra poliesportiva e cheia de professores bem pagos e com muitos di-

plomas. Não entendem que esses são apenas supostos meios (a maioria de pequeno impacto no aprendizado), e não a finalidade do sistema escolar, que é educar as nossas crianças.

Enquanto não vencermos essa batalha do convencimento e tornarmos o aprendizado um assunto eleitoralmente importante, toda legislação aprovada cairá no esquecimento.

Enquanto prosperar a mentalidade patrimonialista e elitista dos que estão no poder, não duvido que políticos usem verba obtida em falcatruas para construir boas escolas públicas para seus filhos e chegados.

Há quase dois anos, fui contratado pela UNDP e pelo Banco Mundial para prestar uma consultoria ao nosso Ministério da Educação sobre financiamento internacional da educação, em que se procurava sintetizar a experiência dos países que obtiveram grande sucesso educacional e econômico em curto espaço de tempo. Uma das conclusões finais do estudo era que, nos países em que a educação dá certo, o consenso social em torno do tema substitui a legislação, mas no Brasil, um país no qual a educação até agora fracassa, se acredita que a legislação substitui o consenso.

Por alguma razão obscura, o estudo jamais foi publicado. Acho que porque não era isso que o pessoal de Brasília queria ouvir e, muito menos, contar.

GUSTAVO IOSCHPE, 30, mestre em desenvolvimento econômico pela Universidade Yale, com especialização em economia da educação, é articulista da revista “Veja” e foi colaborador da Folha. É autor, entre outras obras, de “A Ignorância Custa um Mundo”. (Prêmio Jabuti 2005).

Os perigos da simplicidade

GEORGE MARTINE e SONIA CORRÊA

A GRAVIDEZ indesejada, a pobreza e a violência são questões importantes e, sem dúvida, todas elas se encontram presentes no cenário das favelas cariocas. Mas essa convivência não significa causalidade. Apesar das boas intenções, as declarações do governador Sérgio Cabral a respeito da legalização do aborto como forma de conter a violência refletem uma lógica simplista: pobre tem filho demais e isso gera mais pobreza, que, por sua vez, gera violência.

A singeleza de tais raciocínios seduz a opinião pública, escamoteia as principais causas de problemas sociais complexos como a violência e faz dos pobres, principalmente as mulheres, seus bodes expiatórios.

Em vez de recorrer apenas ao senso comum, porém, o governador lança mão de um capítulo do livro "Freakonomics", de Steven Levitt e Stephen J. Dubner, no qual se afirma que a redução da violência nos Estados Unidos, no final do século passado, pode ser atribuída, em grande parte, à legalização do aborto. Contudo, tanto a afirmação sobre a alta fecundidade nas favelas como a tese de que a legalização do aborto reduz a violência são contestáveis.

Na realidade, a população das favelas cariocas apresenta hoje níveis baixos de fecundidade. De acordo com estudos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, as mulhe-

res que residem nas favelas têm 2,6 filhos por mulher, em média, comparado com 1,7 para o resto da população carioca. As mulheres com mais de nove anos de estudo, sejam elas faveladas ou não, têm níveis de fecundidade comparáveis aos da Europa —1,6 por mulher. Mulheres com níveis de renda per capita acima de um salário mínimo também apresentam níveis de fecundidade abaixo da reposição.

Portanto, para poder exercer seus direitos reprodutivos, as faveladas precisam de melhor renda e educação. Além disso, não se deve fazer ilação direta entre número de filhos e violência; nesse caso, o Maranhão, onde a média de filhos atinge 3,2 por mulher, seria campeão da violência.

A famosa tese de que a legalização do aborto reduz a criminalidade é igualmente atraente, mas peca também pela sobre-simplificação.

O estudo, escrito por Levitt e John Donahue, enfoca um período curto e negligencia outros determinantes da criminalidade norte-americana, tais como os efeitos diretos da ascensão e da queda da epidemia do crack durante o período estudado sobre o aumento e a posterior retração da criminalidade. Também usa categorias etárias pouco desagregadas e se baseia em números absolutos de detenções, e não em médias per capita.

É importante ressaltar também que a intenção dos autores era anali-

sar as possíveis conseqüências da relação entre a legalização do aborto e a criminalidade, e não oferecer bases normativas. Inclusive, o próprio Donahue já afirmou que um dos achados fundamentais da pesquisa é que, ao poderem decidir sobre suas vidas reprodutivas, as mulheres tomam decisões que têm efeitos positivos sobre seus filhos e a sociedade.

Em suma, é lamentável que problemas sociais complexos continuem sendo mesclados nesse afã pela busca de soluções fáceis. O governador Sérgio Cabral tem razão quando considera o aborto um grave problema de saúde pública e se posiciona a favor da descriminalização, conforme as decisões adotadas nas conferências internacionais do Cairo (1994) e de Beijing (1996), que definiram os direitos sexuais e reprodutivos.

Entretanto, é preciso sublinhar que, historicamente, as políticas de controle da fecundidade que fizeram recurso ao aborto de maneira instrumental, seja por motivações eugênicas, seja como caminho para solucionar problemas sociais complexos, não apenas foram condenadas como abuso dos direitos mas também não tiveram os resultados esperados.

GEORGE MARTINE, 68, mestre em sociologia pela Universidade Fordham e doutor em demografia e ecologia pela Universidade Brown, é consultor e presidente da Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais).

SONIA CORRÊA, 58, antropóloga, é pesquisadora associada da Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e membro da Comissão de Cidadania e Reprodução.

O sigilo é um direito seu, meu, nosso

VLADIMIR ROSSI LOURENÇO

AS INSTITUIÇÕES financeiras sabem e os agentes do fisco também: é dever dos destinatários da norma que protege o sigilo bancário manter resguardados dados de tantas quantas pessoas — físicas ou jurídicas — operarem, de uma ou de outra forma, nesse sistema.

A proteção ao sigilo bancário está no inciso X do artigo 5º da nossa Constituição Federal (“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”) e no inciso XII do mesmo artigo (“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”).

Não decorre da criação dadivosa do legislador complementar (lei complementar 105/2001). Integra o rol dos direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos brasileiros. Logo, não pode ser tisdada por espécie normativa de hierarquia menor, como estamos vendo.

A instrução normativa da Receita Federal 802, de 27/12/2007, foi além das questionadas normas que lhe deram fundamento. Não se satisfaz em romper os limites de duvidosa constitucionalidade traçados pela lei complementar e pelos decretos que a regulamentaram: dispôs, no artigo 2º, que, na hipótese em que o montante

global movimentado por semestre referente a uma modalidade de operação financeira discriminada no parágrafo primeiro do artigo 5º da lei complementar 105/2001 for superior a R\$ 5.000 (caso de pessoa física) ou R\$ 10 mil (por pessoa jurídica), as instituições financeiras deverão prestar informações relativas às demais modalidades de operação, ainda que movimentadas em montantes globais inferiores aos limites estabelecidos.

Com isso, contrariou o disposto no artigo 4º do decreto 4.489, de 2002, que permitia às instituições financeiras desconsiderar as informações relativas a cada modalidade de operação com montante global movimentado mensalmente inferiores a esses mesmos limites.

Em tradução livre: pode não haver limite mínimo algum para que as informações sejam repassadas ao fisco.

Foi ainda mais longe a referida instrução ao ignorar que o decreto 3.724, de 2001, este também alvo de Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), ao possibilitar a quebra do sigilo bancário pela autoridade administrativa, exigiu como condição para tal a existência de processo administrativo fiscal e a imprescindibilidade da violação dos dados.

No âmago da relação jurídica tributária, a União age como parte, impondo o cumprimento do dever ao contribuinte, mas sem gozar privilégios que desequilibrem essa relação.

A regra constitucional que veicula o direito ao sigilo de dados bancários só pode ceder a excepcionalidade no

curso de processo administrativo ou judicial quando necessária para conclusão da ocorrência do fato tributário ou eventual fraude ou crime, sempre mediante ordem judicial.

O governo, com o fim da CPMF, alardeia ter perdido importante instrumento de fiscalização. Contudo, a contribuição provisória foi concebida como tributo eminentemente de arrecadação, e não de fiscalização, tanto que a lei 9.311, de 24/10/96, na redação original do parágrafo terceiro do artigo 11, vedava a utilização das informações bancárias para a constituição de crédito tributário relativo a outras contribuições ou impostos.

Alguém já disse que uma vida pode ser escrita a partir dos cheques emitidos e das compras com cartões de crédito. Assim, é um direito seu, meu, nosso — assegurado constitucionalmente — que esses dados não sejam devassados sem a existência prévia de processo, ainda que administrativo.

Por fim, a instrução normativa, se aplicada, irá promover a quebra generalizada no sigilo bancário de inúmeros correntistas. E, por isso, é inconstitucional. O razoável argumento de combate à sonegação fiscal, ao crime contra a ordem tributária, à evasão fiscal, à lavagem de dinheiro não permite que se perpetrem atos contra a Constituição Federal.

Fora da Constituição, não há segurança jurídica nem esperança para a sociedade. Tampouco para a administração pública.

VLADIMIR ROSSI LOURENÇO, 45, advogado, é vice-presidente do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

» SIM

Receita de combate à sonegação

JOSÉ EDUARDO DUTRA

UMA NOVA polêmica chega para agitar o ambiente tributário nacional. Constitucionalistas de plantão se manifestam ferozmente contra “mais uma medida atentatória ao sagrado direito ao sigilo bancário cometida pela Receita Federal do governo Lula”.

Tudo porque a Receita Federal, baseada na lei, editou instrução normativa para que as instituições financeiras lhe repassem, semestralmente, dados sobre a movimentação de pessoas físicas e jurídicas.

Ao assumir a cadeira de senador da República pelo PT-SE em 1995, apresentei, no dia seguinte à posse, projeto (PLS 7, de 16/2/1995) que estabelecia a obrigatoriedade de as instituições financeiras repassarem mensalmente à Receita Federal os dados dos correntistas que movimentassem um valor superior a 20 mil Ufirs. O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e posteriormente incorporado a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na forma do seu artigo 5º.

Aprovado nas comissões, com o parecer favorável dos relatores Jefferson Péres (PDT-AM) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), o projeto foi a plenário no Senado em fevereiro de 1998.

Lá se travou um grande debate em torno do artigo 5º, pois os líderes do PSDB, do PMDB e do PFL encaminharam pela rejeição com argumentos semelhantes aos que estamos vendo agora.

Só que o então líder do governo, o senador Elcio Álvares (PFL-ES), com o apoio do então secretário da Receita, Everardo Maciel, defendeu a manutenção do artigo, o que foi acatado pela maioria do plenário. O projeto foi à Câmara dos Deputados, voltou ao Senado e foi posteriormente sancionado como lei complementar nº 105, em 10 de janeiro de 2001, que foi regulamentada no ano seguinte.

O artigo 5º diz, em seu “caput”, que o Poder Executivo disciplinará os critérios segundo os quais as instituições financeiras informarão à administração tributária da União sobre as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços.

O parágrafo 2º define que as informações transferidas serão restritas a informes relacionados com a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados, sem nenhum elemento que permita identificar a sua origem ou a natureza dos gastos a partir deles efetuados. E o parágrafo 5º determina que as informações sejam consideradas sob sigilo fiscal, na forma da legislação em vigor.

Portanto, onde está a inconstitucionalidade? As informações repassadas à Receita Federal serão exatamente as mesmas que eram obtidas por meio da CPMF.

Aliás, não era feito dessa forma antes exatamente pela existência daquela contribuição. Com a sua revo-

gação, o Estado não pode abrir mão desse instrumento de fiscalização, que, ao longo do tempo, tem contribuído para arrecadar bilhões de reais que seriam sonegados.

O Estado não é um ser tão impessoal como parece. Ele é representado pelos agentes públicos e suas prerrogativas. Por que é considerado inconstitucional um auditor da Receita Federal ter acesso a algumas informações que um auditor do Banco Central tem, sem nenhuma contestação, se ambos estão submetidos às mesmas normas de sigilo?

A resposta a essa pergunta foi dada no plenário do Senado pelo saudoso senador Wilson Kleinübing, liberal convicto: “É que o auditor da Receita Federal, de posse dessas informações, pode recuperar o imposto sonegado”.

Leio nos jornais que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) poderá contestar esse dispositivo. Estranho, pois ela nunca questionou a transferência das mesmas informações via CPMF. Espero que o seu presidente, Cezar Britto, meu conterrâneo de Sergipe, que tem uma história de lutas em defesa da transparência, não embarque nessa canoa furada que poderá provocar um tremendo retrocesso no combate à sonegação.

JOSÉ EDUARDO DUTRA, 50, presidente da Petrobras Distribuidora e ex-presidente da Petrobras (2003 a 2005), foi senador pelo PT-SE (1995 a 2003), autor do projeto lei do Senado nº 7, de 16/2/1995, que estabelecia a obrigatoriedade de as instituições financeiras repassarem à Receita Federal os dados dos correntistas.

Fiscalização para todos

▼ No dia 22 de novembro passado, a Polícia Militar foi às ruas de São Paulo e cidades do Grande ABC para promover uma blitz com o objetivo de autuar os carros de motoristas da cidade, mas que trafegam com placas de outros estados por uma questão estratégica.

O estratagemma desses motoristas tem por objetivo o pagamento reduzido de IPVA. Além de complicar drasticamente o tráfego, a força-tarefa parou 2.000 veículos e realizou a apreensão de documentos para averiguação de endereços falsos. Segundo dados da Secretária da Fazenda, o Estado deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão por conta deste tipo de fraude.

Sonegação fiscal está lon-

ge de ser uma manobra aceitável. É crime previsto por lei. Mas também existem leis que garantem aos cidadãos que pagam seus impostos veiculares condições de tráfego: ruas com pavimentação adequada, sinalização eficiente e segurança. Mas o Poder Público também não cumpre seu papel e nos nega este direito. Sem dó nem piedade.

O contribuinte, literalmente, paga para ver. Talvez boa parte dos que burlam a legislação deixasse de fazê-lo se não se sentisse roubado em seus direitos. Prova disso é o índice de aprovação que as estradas administradas pela iniciativa privada no Estado de São Paulo têm.

Segundo dados de pesquisa da Artesp (Agência Regula-

dora de Transportes Delegados do Estado de São Paulo), o Programa de Concessões no Estado teve 95% de aprovação dos usuários. Entre os aspectos mais importantes apontados pelos pesquisados estão, em primeiro lugar, a segurança viária seguida de sinalização, conservação, obras de ampliação e serviço de atendimento. Como fica claro, o motorista não se importa de pagar. Desde que, como qualquer consumidor, receba por isso.

É fácil multar, apreender e parar (mais) o trânsito na busca incessante pela engorda dos cofres públicos. Mas quem fiscaliza as autoridades que nos privam do direito de ir e vir em segurança? Existem jurisprudências de pro-

cessos de motoristas contra administrações públicas por avarias – pessoais ou patrimoniais – causadas por vias esburacadas ou sem sinalização. Mas são processos lentos. Uma verdadeira briga de Davi e Golias, na qual nem sempre Davi leva a melhor.

Seria interessante que visasse moda fazer blitz nos órgãos de trânsito para saber porque, diante de tanta arrecadação – que permitiria que mandassem ladrilhar ruas com pedrinhas de brilhante – ainda existem vias sem condições de tráfego. Quem, na verdade, está sonegando o quê para quem?

Áurea Rangel é química, mestre em engenharia de materiais e especialista em infra-estrutura viária.

Um 'Simples' para a Lei Rouanet

▼ O governo paulista instituiu, em 2006, a nova lei de incentivo à cultura por meio de benefício fiscal, a Lei 12.268/06 ou a Lei PAC-ICMS, que permite às empresas abater até 3% do seu ICMS devido, para incentivar projetos aprovados pela Secretaria da Cultura. A lei paulista inova ao criar um procedimento informatizado, que permite agilidade, transparência e praticidade de uma forma nunca vista até hoje.

No âmbito federal, a Lei Rouanet, porém, está longe de ser considerada democrática, pois apresenta distorções e elas precisam ser corrigidas. Procedimentos devem ser adotados para torná-la mais ágil e transparente,

com prestação de contas e alocação de recursos mais eficiente. Sugiro que os produtores culturais adotem um novo foco estratégico: a democratização cultural.

Podemos nos espelhar nas novidades provenientes de São Paulo e, a partir delas, atingir uma nova lei mais ampla, abrangente e democrática. O Ministério da Cultura poderia conter um procedimento totalmente informatizado para apresentação, gerenciamento e prestação de contas dos projetos culturais. Chamei essa iniciativa de "um simples para a Lei Rouanet". A meta destas sugestões é democratizar a cultura e o fazer cultural. Para democratizar a cultura, precisamos ter uma política

que chegue aos pequenos e aos iniciantes.

Devemos permitir que empresas menores possam participar e tenham interesse nisso. Podemos, por exemplo, instituir um piso para o qual toda e qualquer empresa possa patrocinar e abater do seu Imposto de Renda ou usá-lo imediatamente para quitar pagamentos do Simples Nacional. Este piso pode ser variável de acordo com o tamanho da empresa, como acontece com a lei do ICMS em São Paulo, ou poderia ser fixo. Projetos maiores poderiam – e deveriam – se tornar modulares e se dividir em projetos menores, mais específicos e mais transparentes em sua gestão e prestação de contas e, assim,

facilmente controlados pela sociedade.

A participação consegue concretizar a inclusão de uma imensa faixa da população que, por meio da produção e fruição cultural, minimiza os efeitos cruéis do abismo econômico. As leis de incentivo à cultura estarão, assim, realizando uma redistribuição de renda, tornando acessível a muitos, algo que antes era privilégio de poucos. Finalmente, poderá haver um pouco mais de justiça social às comunidades carentes, marcadas pela falta de opção e atenção governamental.

Henrique Flory é escritor e consultor Estratégico do IBIM (Instituto Brasileiro de Incentivo ao Mérito).

Desafios para os biocombustíveis

▼ A cana-de-açúcar é um fenômeno. Apesar de ocupar apenas 2% das terras aráveis do País, encerrou 2007 como o terceiro item em termos de valor bruto da agropecuária. O setor sucroalcooleiro se posicionou em terceiro lugar nas exportações da agricultura brasileira, atrás apenas de soja e carnes, que utilizam área muito superior.

O horizonte é promissor. A Única (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) estima que serão construídas 86 plantas industriais até 2012, com investimentos de US\$ 17 bilhões, além da geração de milhares de novos empregos no campo.

Em que pese essa euforia, é preocupante o descompasso entre a oferta e a demanda. O aumento da produção, sem resposta do consumo, gera pressões sobre os preços e a rentabilidade. Tal situação renova a exigência de ações concretas para promover o consumo de derivados da cana-de-açúcar. Por exemplo: o País conta com cerca de 4 milhões de carros flex. É imperioso que os proprietários sejam estimulados a consumir álcool hidratado em seus veículos.

Por sua vez, os produtores de cana-de-açúcar devem se antecipar às novas exigências da redução da queima de cana, adotando

ações de sustentabilidade ambiental e metas para eliminar essa prática. É preciso, ainda, promover campanhas junto aos governos estaduais para que, a exemplo de São Paulo, reduzam ICMS para o etanol. Minas Gerais e Goiás têm recebido grandes investimentos no segmento sem que haja a contrapartida em renúncia fiscal.

Outro aspecto importante diz respeito à liderança mundial que o País deve assumir em relação aos biocombustíveis. O Brasil, como principal player, deve estabelecer estratégias internacionais para consolidar esse mercado. É necessário lutar contra o

elevado protecionismo nos mercados de açúcar e etanol.

A logística também preocupa. Precisamos investir, por exemplo, na construção de alcooldutos, que reduziriam a demanda por transporte do Centro-Oeste para portos do Sudeste e Sul. O mercado do biocombustível é essencial e estratégico. Não podemos deixar a euforia prejudicar o desenvolvimento de uma atividade de potencial. Os desafios são urgentes.

Maurício Sampaio é presidente da Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócio e membro do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp.

Texto IV - Diário do Grande ABC

Carga tributária e crescimento

▼ O aumento da arrecadação em todos os níveis de governo, em particular na esfera federal, colocou o tema da carga tributária no centro do debate econômico. Muitos questionam se houve de fato esse aumento. Estudo recente do economista Raul Velloso revela que, ao contrário, nos últimos quatro anos o valor de desonerações fiscais superou em muito o de aumentos de tributos.

Fim do IPI sobre máquinas e equipamentos; desoneração da cesta básica, livros, materiais de informática e produtos da construção civil; redução do Imposto de Renda nas transações imobiliárias; e redução da carga tributária das universidades para constituir o ProUni são alguns exemplos. Mas por que o volume de arrecada-

ção continua a crescer?

Um olhar mais atento sobre os dados desagregados da Receita Federal mostra com clareza o que está ocorrendo: há um evidente aumento da eficiência da administração tributária, agora fortalecida com a unificação da Receita Federal com a Receita Previdenciária.

E há, principalmente, um aumento no recolhimento de tributos referentes a lucros, renda, crédito e maior formalidade da economia. O atual ciclo de crescimento vem se mostrando consistente e contribui para expandir o lucro das empresas, os empregos formais e a renda das famílias.

Setores importantes da economia também vêm aumentando de forma vigorosa seus níveis de formalização, resulta-

do da combinação de pelo menos três fatores: ampliação do acesso ao mercado de capitais; expansão do crédito; e ampliação da participação do Brasil no mercado mundial.

Mais importante do que o diagnóstico sobre a expansão da arrecadação no País são as escolhas das políticas que serão adotadas para aproveitar esse ciclo virtuoso e que darão maior sustentabilidade ao crescimento econômico em curso.

Combinar o bom uso desses recursos com novas desonerações fiscais e uma melhoria da qualidade dos tributos é uma opção de eficiência garantida. Investimento não é assunto banal. É a mais difícil das tarefas dos governos. Na administração pública, em seus diferentes níveis, os gastos correntes

tendem a ganhar de goleada dos gastos com investimentos.

É por isso que a escolha das políticas públicas precisa ser bem equilibrada, além de eficiente. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acaba de lançar um plano para estimular novos modelos de gestão dos hospitais. Botou o dedo na ferida e merece todo incentivo. É essencial, neste momento, promover reformas para melhorar a qualidade do gasto público e para simplificar a complexa estrutura dos nossos impostos. Esse seria um bom caminho para converter a melhora da arrecadação em mais crescimento para o País e mais bem-estar social.

Antônio Palocci é ex-ministro da Fazenda e deputado federal (PT-SP).

Previdência para o futuro

▼ O Fórum Nacional da Previdência Social tem a responsabilidade de preparar o sistema de seguridade social que atenderá a futura geração de trabalhadores. Apesar do cenário de curto prazo favorável à Previdência Social, confirmado inclusive pela Pnad-2006, divulgada na semana passada pelo IBGE, é incontestável a necessidade de planejamento do sistema. Caso contrário, a sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social nos próximos 40 ou 50 anos correrá sérios riscos.

A Pnad registrou continuidade da tendência de desaceleração do crescimento populacional já registrada nos anos anteriores. A média brasileira de filhos por mulher

caiu de 6,2 para 2,0, entre 1960 e 2006. E a expectativa dos técnicos é a de que, nas próximas décadas, fique em menos do que dois filhos por mulher. O número de crianças com idade entre 0 e 9 anos, em relação à população adulta, baixou para 16,5% em 2006 – em 2005, representava 17,1% dos 187,2 milhões de brasileiros. Já a parcela de pessoas com 40 anos ou mais, aumentou de 31,5% para 32,3%.

O quadro é de envelhecimento gradual da população brasileira e isso precisa ser seriamente analisado. No futuro, o número de adultos ativos inseridos no mercado de trabalho e, portanto, contribuintes da previdência social, pode ser insuficiente para fa-

zer frente aos valores dos benefícios a serem pagos aos aposentados e pensionistas.

Segundo o IBGE, o Brasil tem 2 milhões de pessoas com mais de 80 anos. A previsão é de que, em 2050, tenha 14 milhões. Já o Censo Previdenciário recadastrou, até agora, 159 segurados com idades entre 110 e 127 anos.

A manutenção das regras atuais, portanto, pode significar o aumento das alíquotas de contribuição e dos impostos – inclusive das fontes de receita da seguridade social – que recairão sobre os salários de futuros trabalhadores.

É nossa obrigação analisar esses dados sob a ótica do pacto entre as gerações que mantém o sistema – os trabalhadores da ativa contribuem

para garantir a aposentadoria dos inativos. Para isso, é preciso coragem para examinar temas estratégicos, ainda que considerados delicados pela sociedade e, em decorrência, pelos participantes do Fórum.

Corrigir as distorções nas pensões por morte e ajustar tempos de contribuição para a nova realidade da expectativa de vida brasileira são apenas alguns exemplos dos obstáculos que temos a obrigação de superar, se quisermos garantir a sustentabilidade da Previdência. Caso contrário, a conta ficará para os trabalhadores que sequer entraram no mercado de trabalho.

Luiz Marinho é ministro da Previdência Social.

As taxas ocultas do parcelamento

▼ Graças à estabilidade econômica, o Brasil tem retomado a confiança e a esperança no desenvolvimento, perdidas nos anos 1990. O investimento estrangeiro retorna ao País, não dependemos mais do FMI, o incentivo ao crédito decola e faz a economia girar – receita básica para o País crescer.

O resultado desse *boom* é que, nos últimos cinco anos, o crédito cresceu 150%, as vendas de carros aumentaram 78% e a de computadores, 190%. Da mesma forma, se em 2003 o crédito representava 23% do Produto Interno Bruto (PIB), até outubro de 2007 chegava a 34%, o equivalente a R\$ 880,8 bilhões. A previsão é que chegue a 38% em 2008. Porém, ainda há muito a crescer. Na Coreia, re-

presenta 100% do PIB; na Tailândia, 90%; e no Chile, 60%.

Hoje vivemos um momento de inflação civilizada, o PIB está crescendo em uma média de 4% ao ano, nossas reservas externas aumentaram e a dívida pública tem caído. O cenário é bom, mas, como os juros baixaram, o crédito disponível em abundância faz com que uma parcela muito grande da população não perceba as altas taxas embutidas no financiamento. Não podemos culpar bancos nem consumidores por estarem aproveitando esta maré. Se há algum culpado, é a falta de conhecimento sobre educação financeira.

Mas há alternativas. Quem conhece a realidade das cooperativas de crédito sabe que educar os sócios é um ideal

perseguido. A todo momento, os associados são informados das taxas que pagam e as não cobradas. Há quem pense que cooperativismo é para quem não tem condições de abrir conta em banco, mas esse conceito não é verdadeiro. As organizações são sérias, obedecem regras do Banco Central e são focadas na melhoria da qualidade de vida de seus associados e familiares.

Se no Brasil apenas 10% da PEA (População Economicamente Ativa) é associada a uma cooperativa de crédito é por falta de uma política que divulgue mais as vantagens e mude uma cultura arraigada que não investe na cooperação como pilar para o desenvolvimento sustentável do País. Sim, porque, nos EUA, a

participação das cooperativas no sistema financeiro nacional é de 9,1% e a penetração é de 43%. Na Alemanha, o índice é de 36% e a presença é de 15% no mercado financeiro.

O cooperativismo é um sistema à frente do seu tempo, estruturado de forma inteligente e voltado para quem tem consciência do próprio dinheiro e acompanha de perto o mercado. Neste momento de crescimento, este apoio pode evitar que a população não seja vítima de crédito fácil e afunde em dívidas, como já acontece com 60% da população de baixa renda.

Manoel Messias da Silva é presidente do Sicoob Central Cecresp (Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo).

SOS Aterro São João

▼ Em respeito a regras internacionais, a lei brasileira determina que todo licenciamento ambiental deve ser público e transparente, para que possam se manifestar a sociedade e principalmente as partes eventualmente prejudicadas. É o princípio da publicidade que confere legitimidade aos atos dos governantes. No entanto, quando os governantes estão a serviço de interesses duvidosos, os processos acabam cheios de vícios e, via de regra, terminam nas vias jurídicas. Mas, se o Judiciário é lento e ambientalmente burro, as ilegalidades se sacramentam e a injustiça prevalece. É o que está para acontecer na implantação de um megalixão na divi-

sa entre Mauá e São Paulo.

No apagar das luzes de 2007, às vésperas dos feriados de fim de ano, o secretário de Meio Ambiente, Xico Graziano, determinou que o Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) publicasse edital no *Diário Oficial do Estado*, no dia 18/12, com texto quase ilegível pelo tamanho das letras, convocando uma audiência pública sobre o lixo em Mauá, no próximo dia 17. Nem tudo que parece “legal” é legítimo?

Ao que tudo indica, o governo Serra não quer que tal “audiência” seja assim tão pública, já que está prevista para se realizar em um restaurante no Centro da cidade, bem distan-

te de onde reside a população (que é a mais afetada). Temendo que o “povo” estrague mais essa “maracutaia”, dirigentes do governo do Estado de São Paulo demonstram o quanto agem a serviço dos empresários interessados no lixo da maior e mais rica capital do País, e não titubeiam em tentar burlar as leis para, “por baixo do pano”, agilizar o licenciamento da ampliação do aterro São João.

Não é de se estranhar. Essa tem sido a prática daqueles que, em tempo de eleições, juram que governarão “pensando nas pessoas”, mas, depois de empossados, provam sua subserviência àqueles que costumeiramente estão envolvi-

dos com escândalos financeiros em campanhas eleitorais.

Não nos esqueçamos que este será mais um ano em que os políticos esperam apoios generosos dos empreiteiros do lixo, e estes sabem muito bem como cobrar seus dividendos depois. O caso dos lixões em São Paulo tem passado despercebido do Ministério Público do Estado, que também parece estar subserviente. Resta agora à população torcer para que o Ministério Público Federal impeça que se consolide mais essa arbitrariedade.

Leonardo Aguiar Morelli é secretário-geral do Instituto para Defesa da Vida, que articula ações concretas da Campanha da Fraternidade de 2008.

As metrópoles e o aquecimento global

▼ Na 6ª Conferência Municipal de Produção Mais Limpa de São Paulo, realizada em agosto, o pesquisador norte-americano Ira Magaziner, diretor da Iniciativa de Mudanças Climáticas da Fundação Clinton, defendeu que as maiores cidades do mundo precisam se unir para diminuir, com urgência, o uso de energia nas áreas urbanas.

Ele destaca que as cidades são responsáveis por 75% da energia consumida no planeta e que, nas 40 maiores metrópoles, até 50% dessa energia é desperdiçada por ineficiência das edificações. E cerca de metade da energia consumida pelos edifícios é gasta com ar-condicionado e com luzes ligadas sem necessidade.

São Paulo faz parte do Grupo de Liderança Climática das Grandes Cidades, o C-40. Criado em 2005, o grupo reúne as 40 maiores cidades do mundo com o objetivo de combater o aquecimento global. Hoje, metade da população mundial vive em cidades.

Foi lançado um programa de eficiência energética em edifícios, com a orientação de criação, pelas cidades, de códigos de construção para edificações mais eficientes. Mas é fundamental que prédios antigos melhorem iluminação e ventilação naturais e automatizem sistemas de ar-condicionado e iluminação.

No evento, o meteorologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, afirmou não ser mais

possível reverter o aquecimento global. Pode-se reduzir seu impacto e evitar uma catástrofe se for reduzido perto de 70% das emissões globais. No cenário mais otimista, podemos estabilizar o aquecimento entre 2°C e 3°C.

Melhorar a eficiência energética poderá reduzir até 10% das emissões. Assim, reduzir emissões é essencial. E o Brasil tem de saber o que fazer para enfrentar as mudanças climáticas que virão. Por ser um país desigual, com altos índices de pobreza, está entre os mais vulneráveis às mudanças, principalmente nas grandes cidades.

A cidade de São Paulo deve dar o exemplo e liderar o processo, ter a menor emissão per capita do mundo e au-

mentar a capacidade de adaptação às mudanças climáticas. Para isso, Nobre recomendou redução de densidade de construções, mudança de altitude das edificações, criação de sombras na cidade – com mais árvores e vegetação – e uso de materiais refletivos nas edificações. Será preciso ainda fazer mais restrições ao tráfego, reduzir vazamentos e criar sistemas de aviso de risco de enchentes e de deslizamentos.

Enfim, agora é o momento de tomar as decisões corretas para que salvemos alguma coisa do nosso futuro. Decisão para políticos e cidadãos.

Mario Eugenio Saturno é tecnologista sênior do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Justiça pede choque de gestão

▼ Estamos assistindo, passivamente, a um crônico emperramento do Poder Judiciário, causando-lhe o seu maior mal, que é a morosidade.

Esse fato, a cada dia, torna-se mais grave e se alastra sem que haja uma sinalização que aponte caminho menos traumático para a necessária aplicação da Justiça.

Apontam-se várias causas, entre elas, a falta de juiz em algum rincão qualquer; o desvio de comportamento de alguns agentes; a falta de condições financeiras, de recursos humanos e/ou de recursos tecnológicos. Há, porém, um fator fundamental para esse cenário caótico: o problema de gestão.

Os chamados “operadores do Direito” (juizes, promotores, advogados), que cuidam da alma humana, costumam ter aversão a números e a assuntos administrativos. E, em determinados momentos, assumem a direção de uma entidade como a Ordem dos Advogados do Brasil, com milhares de funcionários, de associados, de inúmeras subseções.

De igual modo, se vêem à frente de um Poder Judiciário com um gigantesco Tribunal de Justiça como o de São Paulo, tendo a obrigação de administrar de forma a prestar um serviço de qualidade, transparente e digno. Não é fácil. Elege-se um desembargador, que

passou toda a sua vida a julgar todos os tipos de litígios, envolvendo os interesses e as relações humanas, para comandar esse complexo. Por sua exclusiva formação humanística, não está preparado para isso.

Em decorrência desses fatos, torna-se necessária a busca de uma gestão profissional, altamente qualificada, nos tribunais, para que possam conquistar maior eficácia. A gestão profissional, para ter êxito, precisa se amparar no conhecimento da mecânica processual, que deverá, aí sim, ser orientada, pelos magistrados.

Hoje, 43 milhões de processos se encontram na fila aguardando julgamento da Justiça.

Desse estoque, 32 milhões estão emperrados ainda no primeiro grau de jurisdição. Ou seja, todos eles poderão se tornar passíveis de receber os recursos cabíveis, como determinam os códigos processuais.

Urge rever esse cenário. O acesso à Justiça é condição *sine qua non* para a cidadania e a democracia e só se torna efetivo quando há resposta em tempo razoável. É hora de mudar, enquanto for possível curar o doente.

Rubens Approbato Machado, advogado, é ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da OAB-SP e do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Um campo minado no trajeto do PAC

▼ A terceirização dos serviços contribui para que empresas de todos os segmentos atendam aos requisitos contemporâneos de qualidade, produtividade, agilidade, baixo custo operacional e foco na atividade-fim. A definição seria redundante não fosse o caráter subvertido com o qual a atividade é abordada no Brasil. Prevalece, no caso, o estranho vício nacional de desqualificar procedimentos, processos e até leis, pois o contratante, público ou privado, mostra-se às vezes incapaz de fiscalizar e garantir o total cumprimento do que foi acordado.

Por conta desse pragmatismo burro, cá estamos discutin-

do se a prática deve ou não ser extinta no País. A polêmica dá-se até mesmo no Congresso, no qual tramitam projetos de lei. Enquanto isso, a ausência de normatização adequada, o descumprimento de normas já existentes e a fragilidade da fiscalização permitem a impune atuação de alguns prestadores de serviços informais, exploradores inescrupulosos de mão-de-obra e sem requisitos técnicos.

Em vez de se discutir o mérito da terceirização – há muito consagrada como padrão de eficiência –, que se cumpram os princípios que regulam todos os itens envolvidos em um contrato do gênero.

Tanto mais quando se verifica que os problemas existentes suscitam outras e graves distorções, como a prevalência de um verdadeiro oligopólio no segmento das grandes obras. Já as de menor valor são disputadas de modo acirrado por elevado número de empresas, gerando contratos com preços quase inexequíveis. Ou seja, há uma precarização dos serviços.

Todas as questões aqui analisadas observam-se em instalações elétricas, mecânicas, hidráulicas e de gás, sempre relacionadas à segurança, funcionalidade e bem-estar dos usuários. Não é difícil perceber que a persistência dos ví-

cios e equívocos nesse mercado estabelece um campo minado no teatro de operações dos investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O Brasil não pode perenizar seus erros atávicos. Mais do que nunca, é preciso predominar a consciência de que o mundo mudou e a sociedade exige um novo padrão ético e qualitativo do governo, do Legislativo, do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos e dos setores produtivos.

Vivien Mello Suruagy, engenheira, é presidente do Sindinstalação (Sindicato da Indústria de Instalação do Estado de São Paulo).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)